

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

BRUNO NOVELINO VITTORETTO

**DO PARAHYBUNA À ZONA DA MATA**  
**Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro**  
**(1830/1870)**

Juiz de Fora

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

**Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação  
produtiva do café mineiro (1830/1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Bruno Novelino Vittoretto.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Pires.

Juiz de Fora

2012

Bruno Novelino Vittoretto

**Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação  
produtiva do café mineiro (1830/1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em História da Universidade Federal  
de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção  
do título de Mestre em História.

Juiz de Fora, 29 de fevereiro de 2012

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Anderson Pires – Orientador

---

Profa. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida – Presidente

---

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães – Membro Titular

Vittoretto, Bruno Novelino.

Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870) / Bruno Novelino Vittoretto – 2012.

161 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

1. Zona da Mata. 2. cafeicultura. 3. incorporação produtiva. 4. sistema agrário I. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pelo financiamento do trabalho.

Sou grato também ao Prof. Dr. Anderson Pires, orientador da pesquisa sempre solícito nos esforços para melhorar o trabalho, e em sua luta constante – da qual agora me considero integrante – na consolidação da historiografia da Zona da Mata mineira.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Almeida (UFJF) e ao Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF), os meus sinceros agradecimentos por participarem das bancas de qualificação e defesa do presente trabalho, cujas leituras foram muito cuidadosas e enriquecedoras.

No Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF), agradeço a Danilo Souza, Edna Silveira e Galba di Mambro, por cederem toda a documentação necessária.

A todos os amigos que perpassaram por essa trajetória, e que de alguma forma contribuíram para a realização do trabalho seja através de discussões, dicas de leitura, dúvidas ou nas salas de aula, grupos de estudos, congressos e também nos momentos mais despretensiosos, muito obrigado.

Esse trabalho é o mínimo que posso oferecer à minha família (Angela, Braz e Denis), dado esforço e dedicação com que sempre trataram minhas escolhas. Muito obrigado!

## RESUMO

O tema central dessa pesquisa versa sobre o processo de incorporação produtiva do café mineiro ao mercado mundial da *commodity* durante o século XIX. Trata-se da ascensão da cultura cafeeira na região geográfica do Vale do Parahybuna, que com a introdução da rubiácea lança os elementos para a conformação da região historicamente constituída da Zona da Mata mineira. Ainda, tem como objetivo discutir os descompassos que caracterizaram a agricultura do café local, diferenciando-a das demais regiões cafeeiras do país, tanto em relação ciclo cronológico de sua produção, quanto em relação à capacidade de diversificação econômica que o produto básico proporcionou no período da transição capitalista. A base documental para esse estudo foi os inventários *post-mortem*, localizados no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF), além dos Relatórios de Presidentes da Província de Minas Gerais, as fontes demográficas – compostas pela Lista Nominativa de 1831 e o Recenseamento Geral de 1872, e os relatos de viajantes que passaram pelo Caminho Novo durante a primeira metade da centúria.

Palavras-chave: Zona da Mata, cafeicultura, incorporação produtiva; sistema agrário.

## ABSTRACT

The main theme of this research talks about the process of Minas Gerais' coffee productive incorporation into the world market in the nineteenth century. It contemplates the rising of coffee culture in the geographic region called Vale do Parahybuna, that was transformed into the historically constituted region of Zona da Mata, as soon as the rubiaceae grew there. Still, it aims to discuss the mismatches that characterized the coffee culture in the region, mainly considering the differences between other coffee-growing areas, as its temporal cycle and its ability of diversifying the local economy in the period of the capitalist transition. The documental basis for this research was the inventories *post-mortem*, located at Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF), beyond the Reports of the Provincial Presidents of Minas Gerais, demographic sources – Nominal Lists of 1831 and Census of 1872, and reports of travelers who passed through Caminho Novo during the first half of the century.

Key-words: Zona da Mata, coffee culture; productive incorporation; agrarian system.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Produção Mundial de Café (1852-1904).....	33
Quadro 02 - Importação Mundial de Café (1851-1915).....	33
Quadro 03 - Dízimos das Freguesias da Comarca do Rio das Mortes (1741-1828).....	73
Quadro 04 - Principais Benfeitorias (1830-1854).....	75
Quadro 05 - Composição regional das exportações de café (1818-1851).....	79
Quadro 06 - Proporção dos cafezais (1830-1854).....	83
Quadro 07 - Extensão das propriedades (1830-1854).....	89
Quadro 08 - Extensão das propriedades dos cafeicultores (1830-1854).....	89
Quadro 09 - Extensão da soma das parcelas dos cafeicultores (1830-1854).....	90
Quadro 10 - Número de parcelas dos cafeicultores (1830-1854).....	91
Quadro 11 - População Total das Comarcas Mineiras (1833).....	93
Quadro 12 - Percentual da População das Comarcas de Minas Gerais (1833).....	93
Quadro 13 - População de Santo Antonio do Parahybuna (1833-55).....	94
Quadro 14 - Estrutura de Posse de Escravos – Santo Antonio do Parahybuna (1831).....	96
Quadro 15 - Estrutura de Posse de Escravos (1830-1854).....	97
Quadro 16 - Estrutura de Posse de Escravos dos Cafeicultores (1830-1854).....	98
Quadro 17 - Formas de Acesso (1855-1870).....	104
Quadro 18 - Extensão das propriedades (1855-1870).....	105
Quadro 19 - Número de parcelas geral (1855-1870).....	106
Quadro 20 - Número de parcelas dos cafeicultores (1855-70).....	107
Quadro 21 - Extensão das propriedades dos cafeicultores (1855-1870).....	108
Quadro 22 - Extensão da soma das parcelas dos cafeicultores (1855-1870).....	109
Quadro 23 - Pop. de Juiz de Fora (distrito - vila - cidade em períodos selecionados).....	113
Quadro 24 - População escrava de algumas localidades do sudeste no século XIX.....	114
Quadro 25 - Estrutura de Posse de Escravos (1855-1870).....	115
Quadro 26 - Estrutura de Posse de Escravos dos Cafeicultores (1855-1870).....	116
Quadro 27 - Café Produzido por MG e Volume de Café Transportado pela Cia.União & Indústria (1858-1868).....	124
Quadro 28 - Média Quinquenal de Produção de Café em Minas Gerais (1851-1874).....	130
Quadro 29 - Arrecadação da Província/Estado de Minas Gerais (1839-1920).....	131
Quadro 30 - Pés de café (1830 – 1870).....	138

Quadro 31 - Proporção dos cafezais (1855-1870).....	139
Quadro 32 - Principais Benfeitorias (1855-1870).....	140
Quadro 33 - Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego nos principais estados produtores de café em Km (1873 – 1936).....	142
Quadro 34 - Relação dos estabelecimentos industriais: Juiz de Fora (1870 – 1907/8).....	144

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Número e Idade dos Cafezais (1830-1854).....	82
Gráfico 02 - Percentual de Idade dos Cafezais (1830-1854).....	83
Gráfico 03 - N° de Pés de Café por Propriedade (1830-1854).....	84
Gráfico 04 - Médias Qüinqüenais da Produção de Café de Minas Gerais (1850/1924).....	129
Gráfico 05 - Exportações de Café Mineiras em Toneladas (1820-1875).....	129
Gráfico 06 - Quantidade Média Anual em Quilos do Café Exportado, Zona da Mata (1815-1884).....	132
Gráfico 07 - Percentual de Idade dos Cafezais (1855-1870).....	135
Gráfico 08 - N° e Proporção dos Cafezais (1855-1870).....	137
Gráfico 09 - Média Qüinqüenal de Pés de Café por Escravo (1835-1870).....	139

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Vale do Parahybuna.....	66
Mapa 02 - Municípios do Vale do Paraíba fluminense e da Zona da Mata mineira por data de fundação (1801-1890).....	133

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAP 1 – <i>COMMODITIES</i> E SISTEMAS AGRÁRIOS.....</b>	<b>25</b>
1.1 – Surgimento do mercado de <i>commodities</i> .....	26
1.2 – Café: botânica, origens, consumo.....	36
1.3 – O Sistema Extensivo de uso do solo.....	43
1.4 - Conclusão.....	57
<b>CAP II – A ECONOMIA MERCANTIL DE SUBSISTÊNCIA NO VALE DO PARAHYBUNA (1830-1854).....</b>	<b>58</b>
2.1 – O processo de ocupação do Vale do Parahybuna.....	59
2.2 – A produção.....	69
2.3 – A Terra.....	86
2.4 – O Trabalho.....	92
2.5 – Conclusão.....	99
<b>CAP III – A ECONOMIA CAFEIEIRA DA ZONA DA MATA MINEIRA (1855- 1870).....</b>	<b>100</b>
3.1 – Introdução.....	101
3.2 – A conformação da fronteira agrícola na Zona da Mata.....	103
3.3 – A dinâmica da mão-de-obra cativa.....	112
3.4 – A incorporação produtiva da cafeicultura regional.....	119
3.5 – Efeitos de Encadeamento e diversificação urbano-industrial.....	141
3.6 – Conclusão.....	147
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>149</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>154</b>

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer o momento de incorporação produtiva do café na região da Zona da Mata mineira, entre os anos de 1830 e 1870. Ou seja, o comportamento pioneiro da atividade agrária cafeeira em Minas Gerais, destacando-se os elementos conformadores do sistema agrícola vigente: a terra e o trabalho. Ainda, de que forma o metabolismo entre homem e natureza se estabeleceu durante o período de introdução da *commodity* na região. Em um primeiro momento, busca refletir de que maneira a simbiose dos dois elementos supracitados agiu no espaço geográfico do Vale do Parahybuna, considerado como área pioneira da produção da rubiácea. E em um segundo momento, procura compreender como esses mesmos elementos se comportaram quando da inserção de sua produção ao mercado mundial do café, cujo processo se confunde com a formação da própria região da Zona da Mata mineira, ao passo que os elementos socialmente constituídos em torno da atividade agrária são quem de fato fundam a identidade regional.

O recorte temporal da pesquisa se estabelece entre os anos de 1830 e 1870, e pode ser dividido em dois sub-períodos específicos no que diz respeito às mudanças econômicas e políticas ocorridas tanto localmente – no interior da própria Zona da Mata; como no âmbito mais generalizado do Império. O primeiro – entre 1830 e 1854 – trata-se da terceira fase de um processo secular ocorrido no interior da Capitania/Província de Minas Gerais. Diz respeito à chamada acomodação evolutiva da economia mineira, assentada no modelo mercantil de subsistência, donde a dispersão populacional logo após a crise da extração aurífera reorientou a dinâmica de diversas áreas de seu território, incluindo o Vale do Parahybuna, durante um longo período de tempo. Ainda, trata-se de um período de transição em relação à propriedade da terra, entre o fim das Sesmarias e a Lei de Terras; como também o momento de maior fluxo de africanos em direção ao centro-sul do Brasil, fundando o regime de *plantation* nas áreas cafeeiras do país.<sup>1</sup>

Já o segundo sub-período do trabalho, situado entre os anos de 1855 e 1870, é marcado por outras transformações. Com a extinção do tráfico de cativos, o acesso à mão-de-obra escrava fica restrito a outras modalidades de tráfico, como também à reprodução natural, em que as unidades produtivas matenses agregaram mão-de-obra o suficiente para estabelecer a região como a maior detentora de cativos da Província de Minas Gerais.<sup>2</sup> Percebe-se nesse momento também a crescente ascensão da cultura cafeeira no interior das propriedades rurais

---

<sup>1</sup> GORENDER, Jacob. **O Escravidão Colonial**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

<sup>2</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX*. X Seminário Sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. **Anais do X Seminário Sobre a Economia Mineira**, Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

em uma região que era caracterizada por um processo de ocupação pouco efetivo até meados do oitocentos, em que pesem a presença de alguns grupos estabelecidos nesse mesmo espaço durante a primeira metade do século XIX. Também é um período marcado pela transformação legal da terra em mercadoria com a efetivação da Lei de Terras.

A Zona da Mata mineira, cujo topônimo só é oficializado no início da República Velha quando da divisão do Estado em zonas fisiográficas,<sup>3</sup> abrange uma área de aproximadamente 35.000 Km<sup>2</sup>, ou 5% de todo o território das Minas Gerais. O presente trabalho se concentrará mais detidamente ao vale do Rio Parahybuna, situado na parte sul da mesma região e constituído por localidades como Juiz de Fora, Chapéu D'Uvas, Rosário de Minas, Simão Pereira e Mathias Barbosa. Embora a constante mudança em relação à administração territorial dessas localidades tenha ocorrido sistematicamente a partir da segunda metade do oitocentos, pode-se considerar que esse espaço no qual a pesquisa incide, corresponde genericamente à zona pioneira do café em Minas Gerais. Ou seja, as vilas, cidades, distritos, em seus desdobramentos, que fizeram parte da área de confluência da cafeicultura matense, que se expandirá no sentido norte da mesma região.

Essa pesquisa se insere nas discussões alavancadas no interior do Grupo de Pesquisa em História Econômica e História Regional Comparada. As atividades realizadas pelo mesmo grupo compõem-se pela exposição dos trabalhos afinados à temática da Zona da Mata apresentados em seminários ministrados por pós-graduandos e pós-graduados tanto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como de outras instituições de ensino do país. O grupo visa o aprimoramento dos métodos e teorias da história econômica como um todo, especialmente nas seguintes áreas: economias agroexportadoras, história financeira e bancária, história da industrialização, modernização e expansão capitalista em perspectiva comparativa, história do consumo, antropologia econômica e história regional de Minas Gerais.

Portanto, em termos gerais, o tema aqui abordado faz parte de um esforço conjunto de historiadores dedicados à história da Zona da Mata mineira, que buscam estabelecer um olhar mais cuidadoso à medida que versa sobre as especificidades da região. E esse olhar direcionado dentro de uma cronologia que privilegia o século XIX e início do XX, perpassa ainda por uma temática de maior vulto: a compreensão da transição capitalista no país. Dessa forma, busca-se inserir a região matense – caracterizada como uma economia agroexportadora – em uma discussão sobre as possíveis formas de inserção ao capitalismo no Brasil, refutando

---

<sup>3</sup> REZENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)**. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2008, p.40.

a ideia de um modelo unívoco que por sua vez não é capaz de dar conta das especificidades de cada espaço econômico. No que diz respeito às economias cafeeiras, e o papel determinante delas nesse processo, o modelo *paulistocêntrico*<sup>4</sup> predomina na historiografia de modo a diminuir ou simplesmente não considerar o desempenho de outras regiões produtoras da rubiácea no processo de transição.

É nesse sentido que a abordagem regional aqui considerada é extremamente importante para a diferenciação. Pioneiros desse campo de pesquisa alavancado nos programas de pós-graduação em História do país a partir da década de 1970, em trabalho clássico os pesquisadores Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva defendem a ideia de que a *pesquisa histórica no Brasil precisa ser estimulada e reorientada, sobretudo para estudos locais, mais aprofundados*.<sup>5</sup> Portanto, o objeto de pesquisa tangencia a formação de uma historiografia local que busca evidenciar as características que conformaram a região mineira do café, diferenciando-a das outras regiões das Minas Gerais, como também das outras regiões cafeeiras do país.

Mas não só à dinâmica regional está restrita essa abordagem, que versa sobre as possíveis formas de inserção no capitalismo desenvolvidas no Brasil. Esse trabalho também tem por preocupação considerar os processos ocorridos em esfera global, qual seja a conformação do mercado mundial do café e o papel representado pelas economias regionais nesse processo. Para tanto, utiliza-se de uma literatura denominada *Global Commodity Chains*, cujo principal objetivo é compreender as nuances da dinâmica exportadora nas regiões produtoras dessas mercadorias em suas conexões com as regiões consumidoras, como se verá mais detidamente no primeiro capítulo desse trabalho. Resumindo, o presente trabalho busca contemplar os aspectos evidenciados por Miguel, Mazoyer e Roudart a respeito dos estudos que versam sobre a história da agricultura:

*Evidencia-se que a compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passa, necessariamente, por um conhecimento aprofundado e sistemático do processo evolutivo e do contexto histórico onde operam e se articulam as sociedades agrárias. Nesse sentido, a compreensão do processo de formatação de uma agricultura exige uma considerável apreensão das particularidades relacionadas a seus aspectos intrínsecos ou internos (condicionantes ambientais, estrutura social, mercado, conhecimento técnico, etc.) e externos (economia nacional, sistema político, relações de troca, inserção internacional, etc.).*

---

<sup>4</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Convênio de Taubaté e a agricultura Fluminense*. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Vol.4, Nº3, Ago (número especial), Taubaté, 2008, p.85.

<sup>5</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

*Constata-se, assim, (...) ser imprescindível explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura no futuro do homem e da vida, em diferentes épocas e nas diferentes partes do mundo.*<sup>6</sup>

Feita essa apresentação geral da pesquisa, torna-se necessária uma breve discussão dos principais trabalhos que contemplaram a temática dos ciclos cafeeiros no Brasil e sua contribuição no período de transição capitalista.

O pesquisador Stanley Stein é um dos pioneiros do enfoque regional sobre a economia cafeeira no período de transição, ao estudar o município de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, entre os anos de 1850 e 1900. Stein afirma que a Abolição e o advento da República representaram para os fazendeiros da região, a *instabilidade de sua economia e a inevitabilidade de seu declínio*.<sup>7</sup> O autor ainda destaca a incapacidade dos proprietários em pagar salários que pudessem atrair libertos e imigrantes, seduzidos por melhores oportunidades em outras localidades. Havia também a concorrência em escalar mão-de-obra diante as oportunidades de trabalho geradas no ramo industrial – principalmente na capital, e por companhias agrícolas formadas no próprio município.

Outro estudo pioneiro trata-se da obra de Emília Viotti da Costa, publicada originalmente no ano de 1966. Com um recorte espacial mais amplo, a autora desvenda o *lento e difícil* processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas regiões cafeeiras do centro-sul do país – com enfoque maior para o caso paulista; destacando o papel da imigração nesse processo. Assim como na obra de Stein, Emília Viotti destaca que as regiões menos produtivas, ou em decadência, não possuíam recursos o suficiente para atrair mão-de-obra, uma vez que os trabalhadores preferiam exercer suas atividades nas localidades em ascensão, que pudessem oferecer-lhes melhores condições de vida. Segundo a autora, a imigração também representou elemento fundamental no processo de transição capitalista no país, pois os colonos aderiram a formas de trabalho diferenciadas depois, e até mesmo antes do fim do escravismo em algumas regiões.<sup>8</sup>

Passados os enfoques pioneiros revelados pelas duas obras clássicas supracitadas, publicadas na década de 60 do século passado, outros estudos se propuseram a estabelecer

---

<sup>6</sup> MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários*. IN: MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009, p.20.

<sup>7</sup> STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p.323.

<sup>8</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Fechando a tríade de estudos clássicos sobre a cafeeira no país, há ainda a obra do economista Delfim Netto, que embora não trate especificamente os ciclos cafeeiros e a transição do trabalho nas economias regionais, faz um importante balanço sobre o mercado do café antes e depois da intervenção estatal, destacando a capacidade oscilatória do produto. NETTO, Antonio Delfim. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

cronologicamente os ciclos cafeeiros das regiões produtoras da *commodity* e a transição capitalista entre os séculos XIX e XX: são os casos da cafeicultura fluminense, paulista e capixaba. A começar pelo Rio de Janeiro, destaca-se a dissertação de mestrado de João Fragoso, cuja principal preocupação são as especificidades do sistema agrário-exportador em Paraíba do Sul. O autor traça algumas considerações acerca dos contratos de arrendamentos, parceria e meação presentes na documentação pesquisada, e afirma que o *modus operandi* da agricultura não se modificou com fim da escravidão no Vale do Paraíba. Pois, a *associação* do produtor direto aos meios de produção, permitiu a extorsão do trabalho e a continuidade do sistema agrário na região. O autor também demonstra que já me meados da década de 1880, as áreas em pasto suplantam as matas virgens, consolidando o definhamento da cafeicultura nessa localidade do Vale do Paraíba fluminense.<sup>9</sup>

Para o caso paulista, há a obra de Sérgio Milliet<sup>10</sup>, além do trabalho de Warren Dean sobre Rio Claro.<sup>11</sup> Milliet faz um balanço da cafeicultura em diversas regiões do estado paulista, divididas em sete zonas, afirmando que a degradação da cultura ocorre ao fim da década de 1930. Já Warren Dean aponta que a importância do café no município rio-clarense se estendeu até meados de 1930. Apesar de trabalhar questões mais ligadas ao campo da antropologia, estabelecendo diálogos sobre família, gênero e identidade na composição do mercado de trabalho em São Paulo, Verena Stolcke se utiliza da mesma cronologia sobre o ciclo cafeeiro paulista.<sup>12</sup> Já Rogério Faleiros ressalta que a produção da rubiácea no município de Franca, calcada no trabalho imigrante, encontrava-se a *pleno vapor* na década de 1890.<sup>13</sup> Enfim, os trabalhos relacionados à economia cafeeira de São Paulo, em geral, definem o momento de degradação e crise da *commodity* em meados da década de 1930.

O caso do Espírito Santo é um pouco diferente no que tange a cronologia do ciclo cafeeiro regional. Estudando o período pré-abolição na Província capixaba, a pesquisadora Vilma Paraíso Almada demonstra que o café suplanta a cana-de-açúcar no papel de principal gênero agrícola de exportação da província entre as décadas de 1850 e 1870. Com isso, a autora afirma que a expansão da fronteira agrária capixaba tende a se acelerar vertiginosamente, criando um amplo mercado de terras na região. Almada também assegura

<sup>9</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

<sup>10</sup> MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1982.

<sup>11</sup> DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820 / 1920)**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

<sup>12</sup> STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>13</sup> FALEIROS, Rogério Nanques. **Homens do Café – Franca (1880 / 1920)**. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 2002.

que a produção da *commodity* no Espírito Santo não foi prejudicada com a Abolição, justamente por se tratar de uma área de expansão nova.<sup>14</sup> Mais recentemente, Faleiros e Vargas asseguram que a fronteira da cafeicultura no Espírito Santo manteve-se aberta até a década de 1940, quando o predomínio da atividade passa a ser comandado por grupos assentados na própria região, e não mais por grupos oriundos do estado do Rio de Janeiro.<sup>15</sup> Dessa forma, fica evidente o caráter tardio da produção cafeeira no Espírito Santo, em relação às outras três principais regiões cafeeicultoras do país: Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Após uma breve revisão das principais obras direcionadas à temática da crise cafeeira no período da transição capitalista nas principais regiões produtoras da rubiácea no país, resta uma análise dos trabalhos que tangenciam essa mesma temática na Zona da Mata mineira. O primeiro deles trata-se do artigo publicado pelo geógrafo Orlando Valverde na Revista Brasileira de Geografia, que à época se utilizou de fotografias aéreas no mapeamento dos espaços devassados da região. O autor chama atenção para o fato da Zona da Mata ter por característica justamente a falta de matas, uma vez que a degradação causada pela agricultura exportadora assolou por décadas os terrenos da região. Sobre a crise da cafeicultura, Valverde afirma que a abolição *não causou o desastre econômico generalizado que os historiadores conservadores costumam propalar*. Isso porque segundo ele, a marcha da agricultura, em que o café se estabeleceu como item predominantemente propulsor, seguiu adiante no sentido sul-nordeste no alvorecer do século XX.<sup>16</sup>

Em debate suscitado na década de 1980 sobre a economia escravista nas Minas Gerais durante o século XIX, Roberto Martins tece algumas considerações sobre a cafeicultura mineira. Segundo o autor *a grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do resto da província*, pois a produção agrária da Mata era uma mera extensão da produção fluminense.<sup>17</sup> Ainda na década 1980 Wilson Cano publica estudo sobre as diferenças regionais dentre a produção cafeeira do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Nele, Cano também avalia que o papel desempenhado pela cafeicultura foi bastante reduzido nas Minas Gerais.

<sup>14</sup> ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidismo e transição: o Espírito Santo, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

<sup>15</sup> FALEIROS, Rogério Nanques & VARGAS, Neide César. *A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora*. IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História das Empresas. **Anais do IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História das Empresas**, Curitiba (PR), 2011, p.21.

<sup>16</sup> VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.

<sup>17</sup> MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980.

Ainda, o autor considera que com o fim do escravismo a região matense não foi capaz de gerar *força produtiva capitalista*, ao passo que a mesma também não *pôde constituir um complexo cafeeiro*, dada sua baixa capacidade de diversificação econômica.<sup>18</sup>

Com bases no relatório elaborado pelo engenheiro Carlos Prates no início do século XX, João Heraldo Lima tece uma série de considerações sobre a cafeicultura da Zona da Mata. A cronologia do ciclo cafeeiro matense, em relação ao momento de crise da produção se estabelece da seguinte forma. Lima acredita que a fronteira agrícola da região tenha se esgotado já na última década do oitocentos. Enquanto isso, o café já estaria em plena decadência por volta de 1910. Segundo o autor, o comportamento da cafeicultura se dava *simultaneamente nos estados do Rio, de Minas e de São Paulo, configurando um único processo*. Ainda com base no relatório de Prates, João Heraldo Lima afirma que a parceria era a forma de trabalho predominante no campo no período pós-abolição. Assegura ainda que a região matense, ao contrário do oeste paulista, não possuía condições em estabelecer outras formas de trabalho – principalmente o pagamento de salários; dada a situação de crise vivida pela atividade agroexportadora no início do século.<sup>19</sup>

Assim como João Heraldo Lima, em sua dissertação de mestrado sobre a transição do trabalho, Ana Lanna acredita que a fronteira agrícola da Zona da Mata mineira estaria completamente fechada ainda muito cedo. Segundo a autora, não haveria possibilidade de avanço do café em meados da década de 1890, interferindo diretamente na configuração da mão-de-obra empregada no período de transição do trabalho. Dessa forma, a alternativa para a questão do trabalho segundo Lanna, se assentou em duas modalidades: a parceria e o assalariamento temporário. Além de poder intercalar culturas próprias entre os cafezais, o parceiro ficava responsável pelo trato da rubiácea, e recebia metade dos lucros auferidos na venda do produto. Já o assalariamento temporário recrutava trabalhadores migrantes, vindos de outras regiões do estado, que permaneciam por um período de três a quatro meses realizando os serviços determinados.<sup>20</sup>

Já Ângelo Carrara faz uma avaliação da dinâmica de longo prazo na região da Zona da Mata. Pautado na subdivisão da região em três partes (sul, central e norte), pioneiramente estabelecida por Elza Coelho de Souza<sup>21</sup>, o autor destaca o *lento ocaso de um mundo antigo*,

---

<sup>18</sup> CANO, Wilson. *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP.

<sup>19</sup> LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

<sup>20</sup> LANNA, Ana. **Transformação do Trabalho: A Passagem para o trabalho Livre em Minas Gerais, 1870/1920**. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1985.

<sup>21</sup> SOUZA, Elza Coelho de. *Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais*. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XIII, Nº 1, Jan-Mar, p.47-70, 1951.

em que o processo de industrialização não ocorrera a contento. Segundo Carrara, a Zona da Mata assistira de fato ao movimento da urbanização, principalmente no caso da localidade que viria a ser o núcleo regional já no início do século XX, a cidade de Juiz de Fora. Dessa forma, o argumento do autor é de que a industrialização não ocorre de maneira veemente, uma vez que há uma desproporção entre a população urbana total e o montante dessa mesma população dedicada às atividades industriais nas cidades matenses.<sup>22</sup>

Os argumentos utilizados tanto por Carrara quanto pelos outros autores supracitados, não se sustentam de forma que a cafeicultura regional e o processo de diversificação econômica dela advindo demonstraram-se capazes sim de gerar uma transição capitalista. Contudo, se essa transição não ocorreu nos mesmos moldes das regiões economicamente mais dinâmicas do país, ela foi possível de acordo com as especificidades que moldaram a Zona da Mata em relação a sua produção cafeeira. Rômulo Andrade questiona visões cristalizadas pela historiografia que foram importantes para mudança de perspectiva sobre os processos autônomos da Mata, embora o autor direcione mais à questão do escravismo. Mesmo assim, Andrade revela outros elementos como predomínio da grande propriedade e a enorme capacidade de agregar a mão-de-obra escrava antes da Abolição.<sup>23</sup>

Com base em uma documentação formada por registros paroquiais de terras e inventários *post-mortem*, Anderson Pires demonstra que a região da Zona da Mata mineira não se inseriu na crise de produção após o advento da Abolição, tal como ocorrera no caso fluminense. Segundo o autor, a região matense demonstra potencial produtivo até o início da década de 1920, uma vez que sua fronteira agrícola ainda retém áreas disponíveis para o cultivo da planta. Portanto, a conformação do trabalho – representado pela parceira, meação, etc.; embora com níveis de mercantilização inferiores aos encontrados na cafeicultura paulista, foi elemento importante à transição e ao crescimento da economia local. Também pautado em inventários *post-mortem*, além de uma gama de documentos compostos por registros de hipotecas, processos de falência, jornais e periódicos, o autor demonstra os efeitos de encadeamento proporcionados pela produção cafeeira local, capazes de agregar os elementos na formação do complexo agroexportador da Zona da Mata.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> CARRARA, Ângelo. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: UFOP, 1999, p.65.

<sup>23</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. **Revista Brasileira de História**. Vol.11, Nº.22, Mar-Ago, p.93-131, 1991.

<sup>24</sup> PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993. PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004.

Luiz Fernando Saraiva argumenta que o regime de propriedade da terra se estabeleceu como *condição material* fundamental dessas formas de transição do trabalho, pois a grande concentração fundiária explicaria, segundo o autor, como os grandes fazendeiros conseguiram manter os trabalhadores em suas propriedades no período.<sup>25</sup> Por fim, o trabalho de José Augusto Destro corresponde a mais recente contribuição sobre o processo de degradação da cafeicultura na Mata. Assim como no estudo supracitado, Destro acredita que a cafeicultura matense sobreviveu a contento ao fim do escravismo, como também ampliou suas bases na década de 1890. Em sua dissertação de mestrado, o autor se dispõe a revelar a ascensão das atividades pecuárias como movimento proporcionalmente conexo à diminuição da cultura cafeeira na região. Portanto, o gado de leite surge como principal atividade na substituição do café na Mata. O autor ainda coloca genericamente que a década de 1920 constitui o momento de crise da cafeicultura local, quando o recrudescimento da pecuária é aparente diante a pouca disponibilidade de novas áreas para o cultivo da rubiácea, enquanto as parcelas ocupadas com a cultura cafeeira, já desgastadas, não geravam uma produtividade suficiente aos fazendeiros.<sup>26</sup>

Outros estudos perpassam a questão do ciclo cafeeiro no período da transição capitalista na Zona da Mata, como os de Sônia Souza e Elione Guimarães.<sup>27</sup> Embora o trabalho das autoras – que possuem como característica principal o enfoque antropológico; não se comprometa a responder questões ligadas à cronologia da cafeicultura, também tendem a confirmar o caráter tardio da produção do café mineiro em relação à produção da rubiácea no Rio de Janeiro, já no fim da República Velha e a considerar a capacidade transformadora da economia cafeeira local. Enfim, a contribuição desses últimos autores, independente do foco analítico adotado nessas décadas de transformações historiográficas, tende a uma direção que é a de refletir sobre os processos autônomos da região matense.

Em que pese a rica bibliografia em relação ao tema da transição capitalista nas regiões cafeeiras do país, percebe-se que ainda é possível refletir sobre esse mesmo processo, de maneira mais aprofundada. A pesquisa aqui em foco tende a conformar estudos já realizados sobre o período da transição capitalista na Zona da Mata, em suas conexões com a cafeicultura. Contudo, esses estudos tenderam a lançar luz sobre o processo de crise do café,

---

<sup>25</sup> SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, 2001.

<sup>26</sup> DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora (1896/1930)**. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 2006.

<sup>27</sup> SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...: Estratégias de Sobrevivência Camponesa no Período de Transição - Juiz de Fora (1870-1920)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2003. GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828/1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

além da diversificação econômica proporcionada pelo produto. Ao contrário, a proposta aqui tem por objetivo determinar o momento de incorporação da *commodity* cafeeira na região, e a configuração inicial da dinâmica que viria a se estabelecer localmente. Dessa forma, tende a refutar as prerrogativas mais tradicionais cristalizadas pela historiografia, de que a Mata deveria ser considerada enquanto um enclave no território da Província mineira, e não teria condições de formar um complexo dinâmico de desenvolvimento econômico, fundamentalmente capitalista, dada a falta de retenção de fluxos em esfera local.

Ao mesmo tempo, a proposta aqui descrita contempla os trabalhos já realizados que buscaram refutar as afirmações acima descritas, embora mais uma vez, os mesmos tendam a considerar questões em torno da crise cafeeira. Portanto, a pesquisa em foco inverte a periodização mais recorrente dentre esses autores não como forma de questioná-la, mas de evidenciar as diferenciações por eles feitas em relação às economias cafeeiras regionais, e mais especificamente ao ciclo do café na Zona da Mata. A análise sob uma base empírica mais apurada sobre o início da cafeicultura regional busca completar esses estudos já realizados, uma vez que a cronologia da cafeicultura se estabelece como elemento essencial à transição capitalista, de modo que o impacto da Abolição não representou a retração da atividade agrária na virada do século, donde a região assistiria a formação do complexo agroexportador e a inversão do capital agrário em atividades urbano-industriais.

Dessa forma, será evidenciado o papel intermediário da cafeicultura de Minas Gerais diante o processo de produção da *commodity* no país. Quer dizer que a agricultura cafeeira da Mata se estabeleceu exatamente entre os dois ciclos da rubiácea nas principais regiões cafeeiras do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, o fato da região mineira do café não ter assumido a liderança do produto primeiro em relação ao Rio de Janeiro, e depois em relação a São Paulo, não diminui sua importância econômica, assim como a sua capacidade de diversificação econômica na transição capitalista. De fato, o que ocorreu na Zona da Mata foi a conformação de um complexo agroexportador *periférico*, delineado por características diferenciadas diante os demais complexos cafeeiros, principalmente por sua natureza interiorana.<sup>28</sup> Mesmo assim, a delimitação da produção da rubiácea na região em perspectiva comparativa, não representou um empecilho para a formação desse complexo, nem mesmo foi capaz de reter o processo dinâmico de diversificação econômica e a transição capitalista em esfera local.

---

<sup>28</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004.

As fontes de trabalho consistiram em quatro *corpus* documentais distintos dentre si. O primeiro refere-se à documentação cartorária sob custódia do Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de fora (AHUFJF). Tratam-se dos inventários *post-mortem*, que correspondem 566 processos em todo o período dos quais foram inutilizados 139, por não possuírem informações suficientes ou não serem considerados rurais. Dos 427 processos restantes, 118 ou 27,63% da documentação referem-se ao primeiro sub-período da pesquisa (1830-1854). Já o segundo sub-período, compreendido entre 1855 e 1870, é representado por 309 inventários, equivalentes a 72,36% dos processos utilizados.

O segundo grupo de documentos pesquisado, refere-se aos dados demográfico-estatísticos disponíveis para a região durante o oitocentos. Tratam-se das listas nominativas de 1831 e o recenseamento geral de 1872, ambos disponibilizados na web<sup>29</sup>, e amplamente trabalhados por diversos autores. O terceiro grupo é formado pelos Relatórios dos Presidentes da Província e do Estado de Minas Gerais entre os anos de 1830 e 1870, organizados pela Universidade de Chicago e também disponibilizados eletronicamente.<sup>30</sup> Já o último grupo de fontes diz respeito aos relatos de alguns dos viajantes que passaram ao longo do Caminho Novo entre o século XVIII e a primeira metade do século seguinte.

Os inventários *post-mortem*<sup>31</sup> destacam-se perante as demais fontes. Neles, foi possível compreender os limites da produção econômica cafeeira diante os dois elementos do sistema agrário: a terra e o trabalho. Através da estrutura da posse desses dois elementos, perceberam-se os níveis de concentração da propriedade rural e da mão-de-obra cativa enquanto elementos determinantes no processo de inserção do café na região. Por fim, os inventários permitiram uma análise quanto à produção agrária propriamente dita. Foi possível quantificar elementos como o volume da produção cafeeira, além da idade dos cafezais presentes nas propriedades, mapeando assim o grau de produtividade que as unidades rurais representavam naquele momento ao qual foram arroladas, e em última instância o processo de inserção/ampliação da cafeicultura local. Do mesmo modo, as benfeitorias encontradas no beneficiamento da *commodity* em distintos períodos, deixaram transparecer as características da produção agrária.

Já as fontes demográficas serviram como suporte analítico de âmbito mais generalizado, complementar, porém não menos importante. Os dados demográficos entre

---

<sup>29</sup> <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>; <http://www.ibge.com.br>

<sup>30</sup> [http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

<sup>31</sup> Para maiores informações sobre essa fonte, ver: FLEXOR, Maria Helena. **Inventários e testamentos como fonte de pesquisa**. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_074.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.htm) (capturado em 16/10/2008).

1831 e 1872 trazem informações essenciais para a percepção do crescimento da região como um todo. O intervalo de quatro décadas dentre as duas séries permitiu mensurar o padrão populacional e sua evolução nesse período de transformações. Ou seja, as mudanças ocorridas na região em relação a outras regiões de Minas Gerais e do Brasil que possuam características semelhantes aos municípios/distritos localizados na Zona da Mata mineira.

Os Relatórios dos Presidentes da Província e do Estado de Minas Gerais compreendidos entre os anos de 1830 e 1870, foram utilizados fundamentalmente no primeiro capítulo. Trata-se de uma documentação produzida e publicada anualmente pela administração da Província/Governo, cujo conteúdo buscava versar sobre os projetos a serem realizados, já em andamento ou ainda em pauta de discussão por parte do poder público; além de trazer algumas informações estatísticas em anexo. Dividida em seções temáticas, essa fonte de pesquisa se prestou na compreensão sobre a visão que os oficiais governamentais possuíam em relação aos assuntos da agricultura, incluindo aí a posição dos mesmos sobre a economia cafeeira, o trabalho e as formas de modernização no campo. E ainda, de que forma o discurso desses agentes se afinava à realidade vivida no interior das unidades de produção da Mata no que diz respeito a esses mesmos elementos.

Enfim, o último conjunto documental aqui descrito são os relatos de viajantes. Através dessa fonte, foi possível fazer exclusivamente no segundo capítulo, algumas inferências a respeito das atividades agrícolas na parte leste da Capitania/Província de Minas Gerais durante um século e meio. Ou seja, uma breve análise da descrição sobre a economia agrária do Vale do Parahybuna antes da chegada efetiva do café, sob a visão de autores que vão de desde Antonil a Fox Bunburry entre os anos de 1700 a 1854.

As citações literais em língua inglesa foram traduzidas livremente, com a inserção do trecho original nas notas de fim de página.

**CAP I – *COMMODITIES* E SISTEMAS AGRÁRIOS**

## 1.1 – Surgimento do mercado de *commodities*

O termo inglês *Commodity* provém da língua francesa (*commodité*), cuja tradução consiste basicamente nas expressões portuguesas *mercadoria*, *produto*.<sup>32</sup> Mais do que a própria etimologia da palavra, é o seu léxico que realmente importa para a análise, uma vez que o uso do termo remete a um sentido formulado ao longo de séculos. Quer dizer que a definição apropriada para *commodity* se estabelece da seguinte forma: produto primário-exportador, com pequeno grau de industrialização e produzido em grandes quantidades, conhecido também por sua dinâmica de comercialização, uma vez que se situa dentre as principais trocas comerciais dos países.<sup>33</sup> Destacam-se as *commodities* agrícolas como café, tabaco, açúcar, cacau, além das minerais como a prata e o ouro. O que se fará adiante é um breve histórico da conjuntura em que a própria palavra fora conformada sob esse significado. A saber, trata-se do surgimento do mercado de *commodities* durante o século XIX.

E o café tem papel de destaque nesse cenário. Antes de se conformar como uma *commodity*, a rubiácea se estabeleceu como um produto de significativa circulação entre algumas regiões desde o século XV, cerca de cem anos após a domesticação da planta no continente africano. No entanto, esses circuitos mercantis envolvendo a rubiácea ficaram ainda pouco acessíveis às regiões europeias. No período de apogeu do Império Otomano, cuja dimensão se estendia pela Península Arábica e partes circundantes do Mediterrâneo no Norte da África e o sudeste europeu, o café circulou principalmente sob a influência de mercados estabelecidos na cidade do Cairo, rumo a outras regiões urbanas importantes como Meca, Tunis, Damasco e Istambul. Dessa forma, os negociantes do café, intimamente ligados à casta militar que dominava o Egito, erigiram enormes fortunas através de suas atividades no Mar Vermelho.<sup>34</sup>

Desde muito cedo, o café fora um produto cuja vocação mercantil se estabelecera rapidamente, ao passo que era produzido para a troca ao invés do consumo por parte daqueles que o cultivavam desde o século XV, o que revela sua natureza exportadora.<sup>35</sup> Durante cerca

<sup>32</sup> DE LUCCA, J. L. *Commodity*. In: DE LUCCA, J. L. (Org.). **Elsevier's Economics Dictionary**. Amsterdam: Elsevier, 2001, p.100.

<sup>33</sup> TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006. **DICTIONARY OF ECONOMICS. Commodity**. A & C Black Publishers Ltd: London, 2006, p.32-33.

<sup>34</sup> TUCHSCHERER, Michel. *Coffee In The Red Sea Area From Sixteenth To The Nineteenth Century*. In: CALRENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (Org.). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003, p.51-53.

<sup>35</sup> TOPIK, Steven. *The Integration Of The World Coffee Market*. In: CALRENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (Org.). *Op. Cit.*, 2003, p.25.

de dois séculos os circuitos que envolviam o café se encontravam situados principalmente no mundo árabe. Somente na primeira década do século XVII, que ocorre de fato a entrada do produto nos mercados da Europa,<sup>36</sup> principalmente devido à ação das Companhias das Índias Orientais tanto da Inglaterra (EIC), como da Holanda (VOC).<sup>37</sup> É nesse período também que são criadas as primeiras casas de café no velho continente. A importação que anteriormente dependia dos fornecedores do porto de Mocha (Iêmen), começa a ser substituída pela comercialização do produto Javanês, uma vez que a cultura fora inserida na ilha dominada pelos neerlandeses. Segue-se nessa centúria a introdução da cafeicultura em outras regiões sob possessão europeia também no ocidente, como as colônias da Jamaica e Saint Domingue.<sup>38</sup>

Em finais do século XVIII, o café se estabelece como um produto colonial, à medida que a produção e comercialização da rubiácea se encontram a partir de então sob o controle de potências como a Holanda, a França e a Inglaterra, nos territórios a elas pertencentes tanto a oeste como a leste do globo terrestre.<sup>39</sup> Contudo, no alvorecer do século XIX, uma nova conjuntura política faz emergir regiões que se destacarão por períodos maiores no mercado internacional do café. O marco da virada no mercado do café pode ser estabelecido com a Revolução escrava Haitiana iniciada em 1791. A antiga colônia francesa que era responsável por cerca de 30% do fornecimento do açúcar mundial, possuía uma considerável produção de algodão, e ainda, era a principal produtora de café do mundo até aquele momento; se viu cerceada da produção desses importantes produtos tropicais consumidos em ampla escala, e acabou cedendo espaço para que novas áreas incorporassem essas culturas.<sup>40</sup>

Dessa forma, os países recém-libertados dos domínios europeus assumem a vanguarda na produção dessas mercadorias tropicais. Com isso, o café é incorporado ao mercado mundial durante a primeira metade do século XIX, principalmente por Cuba na década de 1810 e o Brasil, que já na década de 1830 supera todas as regiões cafeeiras do mundo, colocando-se como líder absoluto na produção da rubiácea.<sup>41</sup> Da mesma forma, os mercados consumidores dessas mercadorias se encontram em constante expansão, dadas as mudanças socioculturais ocorridas no período, tema da próxima seção desse trabalho.

<sup>36</sup> CLAY, Jason. **World Agriculture and the Environment: a commodity -by- commodity guide to impacts and practices**. Washington: Island Press, 2004, p.70.

<sup>37</sup> JAMIESON, Ross W. *The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World*. **Journal of Social History**. Vol.35, nº 2, 2001, p.276.

<sup>38</sup> KIPPLE, Kenneth F. & ORNELAS, Kriemhild Coneè (Org.). **The Cambridge World History Of Food**. New York: Cambridge University Press, 1999, Vol.2. p.1760. SPURR, Howard W. **The Paul Revere Album**. Boston: Howard W. Spurr Coffee Co. Publishers, 1897, p.31.

<sup>39</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 42ª Ed., 1995, p.160.

<sup>40</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660/1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.261.

<sup>41</sup> *Idem*, p.262.

Somente os EUA, por exemplo, formarão mais de 50% do mercado de café brasileiro ainda em meados do XIX, uma vez que o país procura produtores livres da dominação britânica, tanto pela disposição em negociar a mercadoria de maneira mais vantajosa em termos de tarifas e preços, quanto pela posição geográfica mais propícia ao deslocamento do produto.<sup>42</sup>

Portanto, a rubiácea, que já era conhecida nos mercados da Europa e da Ásia poucos séculos antes, ganha cada vez mais espaço nas transações comerciais se conformando enquanto uma *commodity*. Particularmente, a conformação do mercado de *commodities* no decorrer do século XIX só foi possível por meio de uma série de transformações ocorridas naquele período. O processo de internacionalização das economias, do qual esses produtos colocaram-se na vanguarda, foi acompanhado por mudanças sociais e institucionais diversas. Inovações técnicas permitiram maior produtividade e demandaram outros tipos de produtos; movimentos imigratórios proporcionaram a ocupação de novas áreas de cultivo; ampliação e melhorias no setor de transportes proporcionaram redução nos custos e agilidade nas trocas comerciais; políticas econômicas e institucionais impulsionaram e facilitaram a dinâmica de investimento, crédito e comercialização dessas mercadorias.<sup>43</sup>

Jeffrey Frieden aponta alguns elementos de maior importância desse processo:

*A liberalização do comércio se auto-reforçava, o padrão ouro também, e cada um deles reforçava um ao outro. O padrão ouro tornava o comércio e as finanças internacionais mais atrativas, as quais por sua vez aumentavam o poder de atração do padrão ouro. A abertura econômica global levou a meios de transporte mais rápidos, a um melhor sistema de comunicações, a moedas mais confiáveis, a políticas comerciais mais livres e a uma maior abertura econômica.*<sup>44</sup>

*O comércio se unira definitivamente à paz.*<sup>45</sup> O sistema de equilíbrio de poder cujo baluarte se fundava na paz, se concretizou através da via econômica mais dinâmica alcançada no século XIX. Quer dizer que a inexistência de guerras prolongadas e/ou devastadoras entre as potências europeias funcionou como forma de expansão dessas mesmas economias, que se utilizaram também de outros mecanismos para o desenvolvimento. O emprego do padrão-ouro servira para dar maior unidade às negociações internacionais e uniformizar o mercado, ao mesmo tempo em que os estados liberais, fundados sob a ideia do mercado auto-regulável, proporcionaram maior fluidez e flexibilidade nas transações. Grosso modo, duas instituições

<sup>42</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. Cit.*, 1995, p.160.

<sup>43</sup> KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy, 1820 - 2000: an introductory text.** New York: Routledge, 1999, p-09-25.

<sup>44</sup> FRIEDEN, Jeffrey. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.71.

<sup>45</sup> POLANYI, Karl. **A Grande Transformação.** RJ: Elsevier, 2000, p.30.

políticas e duas econômicas; ou ainda, duas instituições internacionais, duas nacionais, proporcionaram o ritmo das transformações ocorridas ao longo do século.<sup>46</sup>

Por fim, a revolução tecnológica percebida no ramo dos transportes também se coloca como elemento primordial no crescimento do mercado de *commodities* durante o oitocentos.<sup>47</sup> Uma transformação sem precedentes na história humana foi inserida por dois meios de locomoção: ferrovia e navegação à vapor. Ambos apresentavam características semelhantes no que diz respeito à alta capacidade de carga tanto de mercadorias, quanto de pessoas; além de representarem, acima de tudo, meios de locomoção extremamente mais velozes do que os anteriormente utilizados. A ferrovia foi marcadamente impulsionada na segunda metade do século XIX quando os cinco continentes já apresentavam linhas férreas. Já na década de 1870, o meio de transporte ferroviário representava nove vezes mais em termos quantitativos, em relação ao que era transportado por via marítima no mesmo período, e contava com mais de 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros e meio milhão de vagões de carga.<sup>48</sup>

O transporte marítimo impulsionado pelo vapor trouxe a possibilidade de contato em regiões cujo acesso era extremamente difícil até então, propiciando de maneira mais intensa a troca internacional. Embora as ferrovias fossem quantitativamente maiores, em última instância elas funcionavam como setores suplementares à navegação, majoritariamente responsável pelo comércio entre os países. Seu crescimento pulou de cerca de 14% do transporte mundial na década de 1830 para 49% na década de 1870. Percebe-se também que a tonelagem a vapor crescera de forma absurda em três décadas, com o destaque para a marinha mercante britânica. Em meio à forte resistência da navegação à vela, ainda predominante no período, entre 1850 e 1880, o crescimento da tonelagem mundial alcançara 440%, enquanto que o aumento obtido pelo Reino Unido se estabeleceu em cerca de 1.600%.<sup>49</sup>

Outro aparato tecnológico importante que alcançou considerável expansão, diz respeito ao telégrafo enquanto um meio de comunicação bastante eficaz. Na década de 1840 já era possível estabelecer o contato através dessa tecnologia em alguns locais da Inglaterra e Estados Unidos. As regiões mais desenvolvidas economicamente o adotaram de maneira mais rápida, e as linhas europeias cresceram da seguinte forma: 2 mil milhas em 1849, 15 mil em 1854, 42 mil em 1859, 80 mil em 1864 e 111 mil em 1869, acompanhadas também pelo crescente número de mensagens. Esse meio de comunicação fora essencial para no processo de expansão comercial, uma vez que a rapidez com que a informação sobre aspectos como as

---

<sup>46</sup> *Idem*, p.17.

<sup>47</sup> KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. *Op. Cit.*, 1999, p.12-15.

<sup>48</sup> HOBBSBAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.68.

<sup>49</sup> *Idem*, p.72-75.

condições climáticas, volume das safras, concorrência, etc. tornou-se elemento integrante no processo de negociação das mercadorias no mercado internacional.<sup>50</sup>

*Com o advento das informações, o café tornou-se uma mercadoria pura, no sentido de que os direitos de embarques do produto, a partir daquele momento eram comprados e vendidos no próprio mercado sem que o comprador realmente estivesse vendo o lote em questão. Os cafés tornaram-se commodities com rótulos específicos quanto a sua classificação. De fato, com o advento da informação, os compradores negociavam árvores ainda não florescidas em áreas distantes. Já em 1880, os negociantes estavam comprando mais uma ideia do que um grão palpável.*<sup>51</sup>

Com a maior integração dentre as regiões produtoras e os mercados consumidores dos produtos tropicais, que entre 1870 e 1913, mais do que dobram em volume comercializado,<sup>52</sup> o século XIX é de fato o período de dinamização do mercado de *commodities*. O café, além de outros produtos de ampla circulação como o chá e o algodão, tornaram-se verdadeiros *motores sociais*<sup>53</sup>, responsáveis por grande parte da receita gerada nos países produtores, uma vez que o alcance dessas mercadorias servira como porta de entrada das economias periféricas no mercado mundial. Contudo, se a tão aclamada integração de mercados tenha ocorrido de maneira inédita na história mundial, acontece que esse processo ficara de certo modo restrito geograficamente a algumas regiões, principalmente nos países produtores. Mesmo assim, o setor exportador representou para esses países o elemento econômico mais dinâmico.<sup>54</sup>

Portanto, trata-se de um período de expansão e consolidação do sistema capitalista em escala mundial, donde as transformações nos setores supracitados proporcionaram o crescimento de mercados distantes com maior facilidade. Uma vez que esse arranjo conformado em torno de mercadorias-chave foi capaz de promover a maior integração de regiões em diversas partes do globo, pode-se afirmar que é também nesse período que se encontram as raízes do processo de globalização. Portanto, a divisão internacional da produção ocorrida ao longo do século XIX, e de maneira inédita na história da humanidade, é

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.73.

<sup>51</sup> *With the advent of futures, coffee became a more pure commodity in the sense that rights to coffee shipments were now bought and sold on the market floor without the buyer actually seeing the lot in question. Coffees became commodities possessing a bundle of specific, graded attributes. Indeed, with the advent of futures, buyers purchased coffee not yet blossoming on distant trees. Already in 1880 merchants were buying an idea rather than palpable beans.* TOPIK, Steven. *The Integration of the World Coffee Market*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003, p.40.

<sup>52</sup> FRIEDEN, Jeffrey. *Op. Cit.*, 2008, p.38.

<sup>53</sup> CALRENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven. *Introduction: Coffee and Global Development*. IN: CALRENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (Org.). *Op. Cit.*, 2003, p.4.

<sup>54</sup> CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary. *Introduction*. IN: CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary (ORG.) **An Economic History of Twentieth-Century Latin America, Vol.1, The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. New York: Palgrave, 2000, p.1-9.

quem funda esse fenômeno que veio se consolidando de forma mais dinâmica, e atualmente é configurado por características distintas dos séculos anteriores.

Alguns dados compilados ainda no decorrer do século XIX e no início do século XX dão a dimensão do crescimento do mercado de café no período em questão. A produção mundial estimada do produto, que em 1825 não ultrapassa 1.650.000 sacas, crescera para cerca de 19.818.000 sacas no ano fiscal de 1900-01. Já no ano 1906-07, a produção esteve estimada em 23.920.000 de sacas, revelando nesse período de 81 anos, um aumento percentual de 1.350%.<sup>55</sup> Comparando os dados que se iniciam em 1821, percebe-se que a América do Sul fornecia apenas 8% do café mundial naquele ano, consegue alcançar cerca de 80% do mercado da *commodity* no ano de 1896. Enquanto isso, os países da América Central e Caribe, líderes absolutos em 1821, com mais de 90% da produção da rubiácea, alcançam somente a cifra de 2% no mesmo ano de 1896.<sup>56</sup>

Da mesma forma, enquanto que no início do século, 150 mil toneladas de café eram suficientes para suprir os mercados europeu e americano, em 1848 os dois continentes já consumiam mais de 250 mil toneladas, cuja proporção cresceu da seguinte forma: 1868, 375 mil toneladas; 1888, 700 mil toneladas. Novamente, fica evidente o crescimento astronômico da comercialização do produto no decorrer da centúria.<sup>57</sup> Ainda sobre a demanda nos países europeus e americanos (fundamentalmente os Estados Unidos), outros estudos apontam alguns dados. Somente os norte-americanos consumiam por volta de um terço da produção mundial do café, tendo absorvido 525 mil toneladas entre 1876 e 1880, uma média de 156.482 toneladas por ano. O mercado de café cresceu nesse país de forma estável, saltando de 79.848 toneladas anuais entre 1857 e 1861, para 156.482 toneladas anuais entre 1876 e 1880.<sup>58</sup>

Sobre o consumo dos norte-americanos e europeus, Marquese e Tomich afirmam:

*(...) a sua população [dos EUA] aumentou quinze vezes e o consumo per capita anual passou de apenas 25 gramas para 4 quilos. Tratava-se de um mercado aberto, livre de tarifas de importação desde 1832, que pouco exigia a respeito da qualidade do café adquirido. Os demais grandes compradores do período, todos localizados no norte de uma Europa em rápido processo de industrialização e urbanização, também se distinguiram no século XIX pela explosão demográfica e pelo notável aumento nas taxas de consumo per capita. Interessa destacar nisso tudo que a passagem do mercado restrito e*

<sup>55</sup> GRAHAM, Harry C. **Coffee: Production, Trade, and Consumption by Countries**. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1912, p.9.

<sup>56</sup> COFFEE: ITS HISTORY AND ALSO ITS REMARKABLE GROWTH IN THE WORLD OF COMMERCE. Chicago: Thomson & Taylor Spice Company, 1898, p.23-24.

<sup>57</sup> WALSH, Joseph M. **Coffee: its History, Classification and Description**. Philadelphia: Henry T. Coates & Co., 1894, p.281.

<sup>58</sup> THURBER, Francis B. **Coffee: From Plantation to Cup (A brief history of coffee production and consumption)**. New York: American Grocer Publishing Association, 1881, p.204.

*de luxo do século XVIII para o mercado de massa industrial do século XIX foi claramente induzida pela oferta a baixo custo do produto.*<sup>59</sup>

A conjuntura se por um lado é favorável às trocas mercantis em termos de facilidade, no caso do café são os preços que não se encontram favoráveis ao produto nas primeiras décadas do século XIX. Mesmo assim, uma transformação sem precedentes no mercado mundial do café ocorre. A inserção da zona pioneira do Brasil – o Vale do Paraíba fluminense – como nova produtora da rubiácea transforma definitivamente as negociações em torno do produto.<sup>60</sup> No caso da América Latina, a integração de algumas regiões fornecedoras de *commodities* ao mercado internacional como o Vale, vai se tornando cada vez maior em relação às regiões europeias e norte-americanas do que entre as próprias regiões dos países latino-americanos.<sup>61</sup> Portanto, a conformação da cafeicultura no país também se desenvolveu por meio de elementos específicos. Independente da situação dos preços e da queda do mercado de café, a incorporação de novas áreas de fronteira no centro-sul do país acontece de fato na primeira metade do oitocentos.<sup>62</sup>

Alguns aspectos, como a baixa qualidade do produto brasileiro em relação aos cafés da América Central ou da Ásia não impediram a comercialização do mesmo, pelo contrário, atuaram como elementos propulsores na venda do café no mundo. Acrescente-se à baixa qualidade do café nacional, os condicionantes ambientais extremamente favoráveis ao cultivo da planta de acordo com as especificações do sistema agrário vigente naquele período, além da conformação da mão-de-obra sob o alicerce da escravidão, e ainda, a possibilidade de escoamento da produção agrária em direção ao mercado internacional:

*(...) um volumoso **tráfico negreiro transatlântico** bilateral entre os portos da África Central e o Rio de Janeiro, controlado por negociantes desta praça [do Rio de Janeiro]; a existência de **vias** que cruzavam o Vale do Paraíba no sentido norte-sul (Caminho Novo entre o Rio de Janeiro e a capitania de Minas Gerais, aberto na década de 1720) e leste-oeste (Caminho Novo da Piedade, articulando o Rio de Janeiro a São Paulo, aberto na década de 1770 para facilitar as comunicações da sede do Vice-Reino com as minas de Goiás e Mato Grosso); a disponibilidade de uma **enorme área de terras virgens** entre a Serra da Mantiqueira e os contrafortes da Serra do Mar, derivada da política oficial das “zonas proibidas”; por fim, um **complexo sistema de transporte** baseado em tropas de mulas, muito eficazes –*

<sup>59</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, Cap.8, Vol.2 (1831-1870), p.19.

<sup>60</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). *Op. Cit.*, 2008, Cap.8, Vol.2 (1831-1870).

<sup>61</sup> CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary. *Introduction*. IN: CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary (ORG.). *Op. Cit.*, 2000, p.9.

<sup>62</sup> FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2003, p.86.

diante dos meios disponíveis do período – para enfrentar a topografia acidentada do centro-sul do Brasil.<sup>63</sup>

**Quadro 01**  
**Produção Mundial de Café (1852-1904)**

<i>Ano</i>	<i>Mundo</i>	<i>Brasil</i>	<i>Colômbia</i>	<i>Outros</i>	<i>África</i>	<i>Ásia/Oceania</i>
1852	4,60	2,40	0,0002			
1856	5,60	3,20	0,0065			
1860	6,30	3,60	0,0096			
1864	5,60	2,60	0,0325			
1868	6,50	3,80	0,0519			
1872	7,50	3,50	0,0854			
1876	7,80	3,60	0,0850			
1880	9,80	5,61	0,0940			
1884	11,11	6,21	0,123	3,97	0,19	0,63
1888	11,06	6,83	0,200	3,46	0,13	0,45
1892	11,02	6,20	0,330	3,96	0,21	0,32
1896	13,47	8,68	0,459	3,863	0,23	0,27
1900	18,14	13,85	0,300	3,53	0,19	0,28
1904	15,61	11,16	0,501	3,66	0,13	0,16

Apud: CUNHA, Mauro Rodrigues. IN: MARTINS, Marcellino & JOHNSTON, E. (ORG.). **150 anos de café**. Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E.Johnston Exportadores Ltda., 1992, p.307-08.

**Quadro 02**  
**Importação Mundial de Café (1851-1915)**

<i>Ano</i>	<i>Mundo</i>	<i>EUA</i>	<i>Europa</i>	<i>Outros</i>
1851	4,6070	1,1567	-	3,4504
1857	5,2049	1,8219	-	3,3829
1862	5,1642	0,9299	-	4,2343
1868	7,0579	1,8824	-	5,1755
1874	7,1522	2,1546	-	4,9977
1880	7,5287	3,3793	-	4,1494
1886	11,1350	4,2713	-	6,8637
1892	10,8750	4,7950	-	6,0800
1898	14,0250	6,5948	-	7,4302
1904	16,1450	7,5382	-	8,6068
1910	17,6099	6,6020	9,8151	1,1927
1915	16,6168	8,4653	6,8002	1,3512

Apud: CUNHA, Mauro Rodrigues. IN: MARTINS, Marcellino & JOHNSTON, E. (ORG.). *Op. Cit.*, 1992, p.330-31.

<sup>63</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). *Op. Cit.*, 2008, p.12.

Em um país em que cerca de dois terços da produção agrícola é exportada durante o século XIX<sup>64</sup>, certamente o café agregava grande parte das vendas desses gêneros negociados internacionalmente. O crescimento por volta de 1.350% em oito décadas reflete a capacidade que as regiões cafeeiras do Brasil obtiveram na produção da rubiácea.<sup>65</sup> Dessa forma, os quadros I e II demonstram um pouco desse ritmo alcançado pelo Brasil, na posição de líder em produção e comercialização de café, como também destacam as principais regiões importadoras do produto, principalmente comprovando o papel predominante que os Estados Unidos obtiveram ao longo do século no que diz respeito ao consumo da mercadoria.

A produção brasileira da rubiácea alcança níveis quantitativos estrondosos no século XIX. Segundo Furtado, o produto já era o terceiro mais importante, com 18% do valor das exportações brasileiras no decênio da independência, ficando atrás somente do açúcar e do algodão.<sup>66</sup> As exportações do produto brasileiro podem ser sumariamente descritas nesses números: Em 1800 o país exportou 13 sacas de café; em 1817, 66.985 sacas; em 1820, 97.498 sacas; em 1830, 484.222; em 1840, 1.037.981. Já em 1907, são 15.680.475 sacas, sendo que cerca de um terço (5.248.787) foram enviadas para os Estados Unidos; e 2.966.002 sacas para a Alemanha; enquanto que a França recebeu 2.807.937 sacas. Já em 1908, são 12.658.457 exportadas, sendo 5.954.625 para os Estados Unidos, 2.156.856 para a Alemanha e 998.388 para a Holanda. Enfim, em 1909, tem-se o total de 16.880.696 de sacas exportadas: 7.053.985 (Estados Unidos); 3.286.547 (Alemanha); 1.673.938 (França) e 1.443.940 (Holanda).<sup>67</sup>

Portanto, há de se considerar o enorme peso do Brasil como o grande produtor do café no momento que a mercadoria emerge como uma *commodity*. Se em 1850 o país produzia a metade do café mundial, e em 1906, seis vezes mais que o resto dos produtores,<sup>68</sup> devido às facilidades encontradas localmente, a conjuntura de transformações em esfera global também se estabeleceu como elemento determinante do processo de crescimento da cafeicultura, e das atividades a partir dela desenvolvidas:

*O elemento dinâmico no desenvolvimento agrícola era portanto a demanda: a crescente demanda por alimentos por parte das regiões urbanas e industriais do mundo, a crescente demanda destes mesmos setores por trabalho e, como ligação entre dois, a economia de rápida expansão que fez crescer o consumo básico das massas e, portanto, sua demanda per capita. Pois, com a construção de uma genuína economia global capitalista, novos mercados surgiram do nada (como notaram Marx e Engels) enquanto os mais antigos cresceram dramaticamente. Pela primeira vez desde a Revolução*

---

<sup>64</sup> FRIEDEN, Jeffrey. *Op. Cit.*, 2008, p.89.

<sup>65</sup> GRAHAM, Harry C. *Op. Cit.*, 1912, p.9.

<sup>66</sup> FURTADO, Celso. *Op. Cit.*, 2003, p.86.

<sup>67</sup> *Idem*, p.19-20.

<sup>68</sup> TOPIK, Steven. *The Integration Of The World Coffee Market*. In: CALRENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (Org.). *Op. Cit.*, 2003, p.31.

*Industrial, a capacidade da nova economia capitalista em proporcionar emprego emparelhou-se com a capacidade de multiplicar a produção (...). Em conseqüência, para tomar um exemplo, o consumo de chá per capita da Inglaterra triplicou entre 1844 e 1876, e o consumo de açúcar per capita cresceu de 17 para 60 libras neste mesmo período.<sup>69</sup>*

---

<sup>69</sup> HOBBSAWM, Eric. *Op. Cit.*, 1996, p.188.

## 1.2 – Café: botânica, origens e consumo

Planta nativa da Abissínia, no continente africano, o cafeeiro pertence à família das rubiáceas, e se desenvolve a contento em áreas tropicais e subtropicais. Contudo, são as regiões de clima ameno que se adaptam de melhor forma ao seu cultivo, uma vez que as temperaturas entre 15°C e 22°C, sob um regime de chuvas bem distribuído durante as estações, em que a média pluviométrica anual varia entre 1.500 mm a 2.000 mm, conformam um ambiente extremamente favorável para a sua produção. A árvore de aspecto piramidal que atinge cerca de 2 metros de altura, podendo alcançar até 10 metros em estado selvagem, também se caracteriza por apresentar uma floração esbranquiçada e possuir uma vida útil de três a quatro décadas. Já seus frutos compõem-se por cerejas protegidas por dois invólucros – uma polpa e um pergaminho – que compõem o grão do café.<sup>70</sup>

Existem por volta de vinte e cinco espécies de cafeeiros, donde se destaca a produção de duas delas: *Coffea arabica* e *Coffea robusta*. Esta, apresenta características mais rústicas, à medida que é mais resistente às pragas e intempéries climáticas, alcançando dessa forma maior produtividade, apesar de seu sabor mais amargo e adstringente. Enquanto isso, o *Coffea arabica* possui peculiaridades que o colocam como a espécie mais difundida ao redor do mundo, embora mais delicado, já que apresenta um gosto mais suave, aromático, redondo e achocolatado. Ainda, existem algumas variedades da espécie *arabica*, elencadas não só em relação às especificidades botânicas de cada planta, mas também de acordo com o local de produção e o trato dado ao produto nos momentos pré e pós-colheita. Destacam-se algumas dessas variedades: Bourbon, Amarelo, Comum, Maragogipe, Sumatra, etc.<sup>71</sup>

Embora pertencente ao continente africano, o café foi primeiramente reconhecido na península arábica, donde a palavra *qahwah* servira para distinguir a bebida, associando-a em um primeiro momento à Província de Kaffa, localizada próxima à região de Shoa (Shewa), sudoeste da Abissínia. Contudo, o termo que surgira a partir de uma denominação geoespacial, vai ganhando outro significado. Quer dizer que, com o decorrer do tempo, a palavra passou a representar a bebida que se extraía no processo de infusão do grão devidamente processado da rubiácea, e não o fruto ou a árvore propriamente ditos. Ou seja, o *qahwah* dos árabes detinha denominações semelhantes àquelas por eles estabelecidas em relação a outras bebidas como o vinho ou o licor, tanto pelos hábitos de apreciação gerados

---

<sup>70</sup> MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. São Paulo: contexto, 2008, p.34-35. PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. Cit.*, 1995, p.117-18.

<sup>71</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.164-65; 482-83.

em torno das mesmas, quanto pelas características do café, sua cor, viscosidade, aroma, aparência, etc.<sup>72</sup>

Embora natural da antiga região africana que estenderá seu uso somente no século XX, a planta já seria amplamente conhecida quando de sua difusão no Oriente Médio por volta do século XV.<sup>73</sup> Quer dizer que cerca de oito séculos após a revelação de Maomé, são os muçulmanos os primeiros a consumirem de maneira mais ampla o fruto da rubiácea, que também se espalha em outras regiões mais ao leste da península arábica e da costa mediterrânea. Contudo, a conquista definitiva dos mercados a oeste do mar homônimo, ou seja, a Europa ocidental, e também a América do Norte, nos Estados Unidos, tarda algumas centúrias para ocorrer em relação às regiões pioneiras do consumo da planta, uma vez que o produto torna-se mais conhecido nesses locais somente a partir do século XVIII.

*Em um século, seu uso se espalhou pelo Egito e outras partes do Império Turco. Após dois séculos de sua introdução na Arábia, o consumo do café parece ter sido confinado às nações maometanas da Ásia Ocidental; e considerando sua rápida difusão e popularidade entre as nações europeias, é notável que ele não tenha, assim como o tabaco, se estendido entre os Hindus, os Chino-Hindus, os Japoneses, ou as populações do Arquipélago Indiano (...).*<sup>74</sup>

Afora a maior resistência das regiões do extremo oriente em relação ao café, aonde este enfrentava a concorrência de outros produtos, geralmente mais baratos, a estreita relação entre o Islã e a rubiácea possui características específicas. Acredita-se que a bebida servira como substituta do álcool, expressamente proibido pelo livro sagrado do Alcorão. Daí a própria denominação da palavra como anteriormente citada (*qahwah*), e suas variações (*kāhwāh*, *kava*, *kaffa*, *kaffe*, *kahve*, etc.), associando o licor amarronzado obtido no processo de preparo do produto a outras bebidas alcoólicas.<sup>75</sup> Portanto, o café utilizado não só pela infusão do fruto torrado e moído, mas mastigado ou introduzido em outros alimentos, servira como fonte alimentar para guerreiros, caçadores, e principalmente como fonte para rituais e cultos religiosos em regiões do Egito, Arábia e Turquia por séculos.

Logo o uso do produto se difunde, surgem os *cafés*, espaços públicos dedicados ao consumo da bebida. Centros urbanos do mundo oriental como Constantinopla, Meca e Cairo

<sup>72</sup> UKERS, William H. **All About Coffee**. New York: The Tea and Coffee Trade Journal Company, 1922, p.32.

<sup>73</sup> SIMMONDS, P. L. **Coffee and Chicory: Their culture, chemical composition, preparation for market, and consumption**. London: E. & F. N. Spon, 1864, p.6.

<sup>74</sup> *In a century its use spread to Egypt and other parts of the Turkish empire. For two centuries from its introduction into Arabia, the use of coffee seems to have been confined to the Mahomedan nations of Western Asia; and, considering its rapid spread and popularity among the European nations, it is remarkable that it has not, like tobacco, extended to the Hindus, the Hindu-Chinese, the Japanese, or the tribes of the Indian Archipelago (...).* *Idem*, p.6.

<sup>75</sup> TOPIK, Steven. *Consuming Coffee in Central America, 1850-1930*. **Diálogos Revista Eletrônica de História**, Nº Especial, 2008, p.4105. KIPLE, Kenneth F. & ORNELAS, Kriemhild Coneè (Org.). *Op. Cit.*, p.1760.

se destacaram na difusão desses locais, emergindo como novos substitutos das antigas tavernas, e destinados ao encontro de homens cujo uso da bebida ainda se destacava em relação aos seus aspectos devocionais.<sup>76</sup> Séculos após, com a introdução do produto na Europa, os cafés vão ganhando características diferenciais, uma vez que as transformações relacionadas à modernidade alcançada no velho continente são cada vez mais indissociáveis da prática do consumo da rubiácea nesses espaços dedicados ao seu uso.

O primeiro espaço dedicado ao consumo de café aberto na Europa, data de 1672, na cidade de Paris, a capital francesa onde uma série de outros estabelecimentos surgidos a partir de então ficaram famosos por receber figuras de destaque político, artístico/cultural, como Voltaire, Molière e Fontaine.<sup>77</sup> Os significados que esses locais passam a carregar diferem daquela antiga tradição devocional da bebida amplamente difundida no mundo oriental. Trata-se de um momento em que os cafés surgem conjuntamente às transformações políticas e sociais emergidas no ocidente, principalmente nos países europeus.<sup>78</sup> Sobre a importância desses espaços na França, em consonância com o ambiente de mudança na esfera pública local, o historiador norte-americano Steven Topik afirma:

*As casas de café funcionavam como centros de efervescência intelectual e política, especialmente durante a Restauração. Elas serviram como os primeiros clubes masculinos, salas de leitura, universidades “penny”, e locais para organização de partidos políticos, assim como precursoras de algumas instituições capitalistas centrais como a bolsa de valores, a casa de café Lloyd e as companhias de seguros.*<sup>79</sup>

Portanto, os cafés são incorporados como parte da vida urbana, principalmente nas capitais europeias e norte-americanas, donde já na virada para o oitocentos, o consumo da rubiácea carrega consigo as marcas dessa sociedade em transição. Quer dizer que o café produto, e o café espaço público foram componentes representativos do processo de ascensão da burguesia e das demais classes trabalhadoras urbanas, uma vez que a bebida fora assimilada aos princípios de sobriedade, temperança e disciplina do mundo moderno.<sup>80</sup> Surgem nessa mesma conjuntura, os Estados Unidos como um amplo mercado para o produto. Embora sua forma de consumo possua caracteres um pouco diferentes em relação ao

<sup>76</sup> *Idem*, p.4105-4106.

<sup>77</sup> WALSH, Joseph M. *Op. Cit.*, 1894, p.11.

<sup>78</sup> ELLIS, Markman. **The Coffee-House: a cultural history**. London: Phoenix, 2005, p.75.

<sup>79</sup> *Coffeehouses appealed as centers of intellectual and political ferment especially during the Restoration. They served as the first men’s clubs, newspaper reading rooms, penny universities, and sites of organizing political parties as well as precursors to such central capitalist institutions as the stock exchange and with Lloyd’s coffee house, insurance companies.* TOPIK, Steven. *Op. Cit.*, 2008, p.4109. O termo “Penny Universities” foi criado justamente para descrever o ambiente de discussão intelectual no interior desses espaços, que por sua vez era proporcionado pelos centavos (penny) pagos nas xícaras de café durante as refeições.

<sup>80</sup> JAMIESON, Ross W. *Op. Cit.*, 2001, p.282.

consumo europeu (como o maior uso doméstico e não público da bebida), a crescente inserção da rubiácea nesse país surge, grosso modo, de acordo com as mesmas demandas que conformam a modernidade europeia em relação ao trabalho, ao controle do tempo e à sanidade mental dos indivíduos.

O produto rapidamente vai sendo assimilado a um conjunto de novas mercadorias exóticas.<sup>81</sup> Ou seja, não só o café, mas um grupo de estimulantes – chá, cacau, etc. – muitas das vezes associados ao açúcar ou ao leite, vieram a substituir outras mercadorias até então difundidas. Além de surgirem como alternativas às bebidas alcoólicas, já acusadas de serem um *mal social* no século XIX, esses produtos fazem parte de uma mudança significativa da dieta humana nas regiões consumidoras dessas mercadorias, destacando-se o uso de alimentos com maior teor calórico, que se apresentavam como maiores fontes de energia não intoxicante, ao contrário das bebidas utilizadas anteriormente como o vinho ou a cerveja.<sup>82</sup> O café, assim como tantas outras *drogas tropicais*, também carregava consigo as características que o colocava enquanto um alento medicinal importante, devido as especificações farmacológicas a ele atribuídas.

Ou seja, os contemporâneos acreditavam na capacidade que a planta possuía para o bom funcionamento tanto do corpo quanto da alma por parte daqueles que o consumissem. Joseph Walsh reproduz em sua obra um trecho de um texto datado de 1663, evidenciando as benesses que o café poderia apresentar àquela época. Segundo o autor, o produto fazia *acelerar os espíritos* e mantinha o *coração alegre*. Também podia agir contra a *dor de cabeça*, além de ser *excelente para a cura de gota, hidropisia, escorbuto, hipocondria e similares*.<sup>83</sup> Outro texto, já no final do século XIX demonstra com mais detalhes as características da bebida, inclusive relacionando-a com as bebidas alcoólicas:

*O café pertence à classe medicinal ou auxiliar de substâncias alimentares – sendo muito valioso por seu efeito estimulante sobre o sistema nervoso e vascular. Produz uma sensação de flutuação e alegria comparável a um certo estágio de intoxicação alcoólica, mas que não termina em depressão e colapso. Ele aumenta a frequência do pulso, traz paz para aqueles que sofrem de calafrios de malária, alivia a sensação de fadiga, e sustenta a força sob prolongado e severo esforço muscular. (...) É em todos os momentos absolutamente indispensável para bom ânimo, e nada dá maior assistência aos cansados e desgastados.*<sup>84</sup>

<sup>81</sup> COWAN, Brian William, **The social life of coffee: the emergence of the British coffeehouse**. Yale: Yale University Press, 2005, p.31.

<sup>82</sup> MAHONY, Mary Ann. *The Local and the Global: Internal and External Factors in the Development of Bahia's Cacao Sector*. IN: TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). *Op. Cit.*, 2006, p.190.

<sup>83</sup> WALSH, Joseph M. *Op. Cit.*, 1894, p.13.

<sup>84</sup> *Coffee belongs to the medicinal or auxiliary class of food substances,—being very valuable for its stimulant effect upon the nervous and vascular system. It produces a feeling of buoyancy and exhilaration comparable to a certain stage of alcoholic intoxication, but which does not end in depression and collapse. It increases the*

E dessa forma são muitos os exemplos que se estendem nos textos publicados no decorrer dos séculos XVIII e XIX.<sup>85</sup> Para além desses trabalhos, os manuais e dicionários do período também apontam as propriedades do café e as vantagens de seu uso. Em Bluteau, por exemplo, o autor afirma que a bebida, devidamente preparada no processo de infusão, *desseca as umidades do estomago, e serve contra a corrupção do sangue, a enxaqueca, a hydropefia, e a obstrução das entranhas.*<sup>86</sup> Outro dicionário importante, já publicado na segunda metade do século XIX, aponta as características do produto, considerado como um dos estimulantes mais enérgicos, por possuir *todas as vantagens das bebidas espirituosas, sem ter nenhum dos inconvenientes d'elas, isto é, não produz a embriaguez nem os acidentes que a acompanham.* Ainda, o café teria outras peculiaridades como *a propriedade de fazer passar o sono e facilitar singularmente a digestão.*<sup>87</sup>

É importante lembrar que o café é reconhecido nas América Latina mais ou menos no mesmo período em que o produto passa a ser difundido na Europa. No Brasil, sua chegada data de 1727, quando Francisco Mello Palheta, membro integrante da comissão enviada a Cayenna pelo governo do Pará, de lá trouxe as primeiras mudas e frutos da rubiácea.<sup>88</sup> Embora faltem dados melhor elaborados sobre o consumo desse produto exportador nos próprios países produtores, alguns pontos podem ser analisados. Nas Américas, o café começa como um produto de uso doméstico, não orientado para o exterior. Quer dizer que durante o século XVIII, a rubiácea não se insere nessas regiões, sobretudo na América Central, como uma bebida com características de consumo semelhantes àquelas do oriente.<sup>89</sup>

Da mesma forma, o café não possuía para os latino-americanos o mesmo significado que fora construído em torno do produto na Europa e nos Estados Unidos. Os espaços

---

*frequency of the pulse, brings peace to those suffering from malarial chills, lightens the sensation to fatigue, and it sustains the strength under prolonged and severe muscular exertion. (...) It is at all times absolutely indispensable to good cheer, and to the tired and worn-out energies nothing gives greater relief.* SPURR, Howard W. *Op. Cit.*, 1897, p.37-39.

<sup>85</sup> JOHN TIMBS, F.S.A. **Clubs and club life in London, with anecdotes of its famous coffee houses, hostelries, and taverns, from the seventeenth century to the present time.** London: John Camden Hotten, 1872, p.270-72. HULL, E. C. P. **Coffee planting in Southern India and Ceylon.** London, New York: E. & F. N. Spon, 1877, p.7-8. THURBER, Francis B. *Op. Cit.*, 1881, p.222. COFFEE: ITS HISTORY AND ALSO ITS REMARKABLE GROWTH IN THE WORLD OF COMMERCE. Chicago: Thomson & Taylor Spice Company, 1898, p.4.

<sup>86</sup> BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V.** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, Vol.7, p.35-36.

<sup>87</sup> CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessórias para uso das familias.** Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, Vol.I, p.395.

<sup>88</sup> MAGALHÃES, Hildebrando de. *Contribuição para a história do café.* IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.269.

<sup>89</sup> TOPIK, Steven. *Op. Cit.*, 2008, p.4099.

públicos dos cafés, a vida urbana, burguesa, a modernização, nada disso permeava o consumo da rubiácea na América Latina. Em Saint Domingue, por exemplo, a montagem da cafeicultura não se deu através de uma elite imperial nos moldes coloniais dos plantadores de açúcar desse mesmo país, mas pela ação de uma população mestiça – *affranchise* – que comerciava a mercadoria internamente dentre as camadas mais pobres.<sup>90</sup> Outro exemplo, o café mexicano era primeiramente cultivado em pequenas propriedades na região de Chiapas. Ainda que encontrasse maior resistência, cuja presença de outras bebidas indígenas inibia seu consumo, a rubiácea era da mesma forma comerciada entre as diversas camadas sociais do país.<sup>91</sup>

Há ainda outros exemplos, como Guatemala e Costa Rica – primeira região sob domínio espanhol a exportar o fruto – onde o consumo interno do café era inicialmente mais importante ao estímulo da produção do que seu próprio direcionamento além-mar.<sup>92</sup> Como salientado anteriormente, a introdução do café no Brasil se deu de maneira específica, mas nem por isso seu consumo deixou de se difundir no país, embora a vocação exportadora da região pioneira do Vale do Paraíba fluminense, e das demais regiões cafeeiras do país tenham se destacado ao longo do século XIX e também na centúria seguinte. Sobre o consumo interno da rubiácea, o autor Gustavo Penna afirma:

*O café brasileiro é tão democrata, que o encontram na mais humilde habitação, e, ao mesmo tempo, tão aristocrata e poderoso, que os governos, os estadistas, os banqueiros nele põem todas as suas esperanças de riqueza e de prosperidade. É o gênio tutelar de nossa pátria, o que concerta os erros dos administradores da res publica, sempre abnegado, sempre previdente, exercendo sua missão com a mais inteira e a mais completa prodigalidade. Justo é, pois, que ricos e pobres, mendigos potentados, literatos e jornalistas, governantes e governados, tenham no dia de hoje um pensamento de bondade e carinho consagrado à árvore glorificada.*<sup>93</sup>

Salvo os excessos de Penna no trecho acima, pode-se reconhecer que para além do caráter exportador do café, sobre o qual exercerá papel dominante nos processos de produção, comercialização e consumo, o uso frequente da rubiácea conseguiu adentrar na cultura daqueles países produtores de maneira expressiva. Significa que, se o hábito de tomar café não foi imitado pelos latino-americanos de acordo como os moldes europeus de modernidade,

---

<sup>90</sup> *Idem*, p.4111.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p.4120.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p.4125.

<sup>93</sup> PENNA, Gustavo. *A árvore glorificada*. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.336.

quer dizer que as regiões produtoras incorporaram o produto de maneira independente a suas necessidades e costumes específicos.<sup>94</sup>

Portanto, o advento do café enquanto bebida de consumo de *massa*, é muito mais complexo do que a simples identificação da crescente demanda em torno do produto. Não há como determinar cronologicamente um momento exato que defina o consumo do café mundialmente. Mas é possível, através da análise de transformações socioculturais e conjunturais específicas, refletir de que maneira a bebida vai se incorporando nos países e regiões diferentes, e esse processo parece ocorrer ao longo do oitocentos. Os aspectos sociais intrínsecos aos países que se estabelecem como os principais consumidores revelam motivações e conjunturas diferentes em relação à planta. Da mesma forma, pode-se dizer em relação aos países produtores. É nesse sentido que a importância do sistema agrário será especificada no que diz respeito à oferta, na seção seguinte, uma vez que ele é um dos principais responsáveis para o incremento da produção cafeeira.

---

<sup>94</sup> TOPIK, Steven. *Op. Cit.*, 2008, p.4103.

### 1.3 – O Sistema Extensivo de uso do solo

O Sistema Agrário<sup>95</sup> pode ser definido como o modo de exploração de um meio historicamente constituído, em que as formas sócio-culturais adquiridas no trato da lavoura, mediante as especificidades decorrentes do meio natural, são determinantes no processo de produção. Grosso modo, trata-se das relações entre dois elementos: o *ecossistema cultivado e o sistema social produtivo*.<sup>96</sup> Nesse último caso, compreendem-se os meios de trabalho; as técnicas de produção; e as formas de acesso a terra, ao próprio trabalho, e ao capital. Já o primeiro componente citado, refere-se à importância de variáveis como o clima, a topografia e a vegetação; que em simbiose com os demais elementos, interferem de maneira direta na conformação das atividades agrícolas estabelecidas.<sup>97</sup>

Portanto, o sistema agrário não é um conceito estático e pode ser definido de acordo com as especificidades de cada caso estudado em tempos e espaços devidamente demarcados pelo pesquisador. Dessa forma, a paisagem agrária também não se constitui como um elemento meramente natural, uma vez que se compõe de outras variáveis para além das características geomorfológicas das regiões em foco. Trata-se também da composição dos caracteres que conformam a atividade agrária em suas relações humanas, ou seja, as características sociais e culturais que dão identidade aos processos de trabalho e dispêndio de energia, suficientes para a produção e reprodução das culturas desenvolvidas.<sup>98</sup> Maria de Nazaré Angelo-Menezes, assim especifica os elementos de composição do sistema agrário:

*(...) é caracterizado por diferentes elementos em interação com o ecossistema cultivado, modelado, explorado e reproduzido pelo trabalho agrícola, os meios de produção material biológico, as ferramentas de trabalho e o nível das forças produtivas resultantes, que determina o grau de acumulação e permite uma certa divisão social do trabalho (influenciando mesmo no processo de*

<sup>95</sup> Marc Bloch trabalha com o termo “Regime Agrário”. Ver: BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Edusc, 2001, Cap.2, p.127-71. *O que é pois um regime agrário? Se enfocamos um grupo rural determinado, uma pequena coletividade rural vivendo numa gleba de extensão mediana, percebemos facilmente que sua vida inteira é regulada por um conjunto complexo ao mesmo tempo de receitas técnicas e de costumes jurídicos, que essas receitas técnicas e esses costumes jurídicos são, em larga medida, concebidos como imposição.* (p.136) Ver também: KULA, Witold. *Da tipologia dos sistemas econômicos*. IN: FOURASTIÉ, Jacqueline (ORG.). **Economia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1981.

<sup>96</sup> MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Abordagem Sistêmica e Sistemas Agrários*. IN: MIGUEL, Lovois de Andrade. *Op. Cit.*, 2009, p.26-27.

<sup>97</sup> SMITH, T. Lynn. *Sistemas Agrícolas*. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano IX, Nº 2, Abr-Jun, 1947. MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, Cap.1, p.71-77. ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *Sistema Agrário*. IN: MOTTA, Márcia (ORG.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>98</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p.38.

*produção). Finalmente, as relações de produção e de troca que determinam a repartição social do lucro e as superestruturas políticas e ideológicas permitem a reprodução do conjunto.*<sup>99</sup>

Em termos gerais, o conceito de Sistema Agrário pode ser incorporado à ideia de *Metabolismo*. O termo pode ser resgatado na obra de Karl Marx, uma vez que o autor utilizou da palavra alemã *Stoffwechsel* em vários momentos para a compreensão dos processos de trabalho humano tanto nas obras principais, quanto nos manuscritos postumamente publicados.<sup>100</sup> Baseado em estudos de ciências naturais, sob a influência da obra do químico alemão Justus Von Liebig sobre a composição dos solos na temática da segunda revolução agrícola; além da crítica do escocês James Anderson às obras de David Ricardo e Thomas Malthus a respeito da renda e da produtividade da terra, o autor define o metabolismo como o processo por meio do qual a sociedade humana *transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção.*<sup>101</sup>

Dessa forma, o metabolismo se estabelece como uma relação recíproca de movimento entre o homem e seu meio natural. Pois, *ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele [o homem] e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.*<sup>102</sup> A partir do conceito, percebe-se mais claramente por essas proposições, a presença dos dois elementos conformadores do sistema agrário anteriormente citado. Primeiro a natureza, representada pela terra: a configuração da propriedade no que diz respeito às suas formas de acesso e disponibilidade de recursos para a produção. E em segundo lugar o trabalho: novamente as formas de acesso, e a configuração da mão-de-obra no interior das propriedades rurais, aliados às medidas de mudança técnica inseridas no campo.

É, portanto, a interação entre os dois fatores (terra e trabalho) que estabelece o caráter social e econômico da temática proposta.<sup>103</sup> Assim como em outras regiões tropicais no

<sup>99</sup> ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *Sistema Agrário*. IN: MOTTA, Márcia (ORG.). *Op. Cit.*, 2010, p.434-35.

<sup>100</sup> Ver principalmente: MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, Vol.I, Tomo I, Cap.V, p.297-315. MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

<sup>101</sup> FOLADORI, Guillermo. *O metabolismo com a natureza*. **Crítica Marxista**. São Paulo, Nº12, p.105-117, 2001, p.106.

<sup>102</sup> MARX, Karl. *Op. Cit.*, 1996, p.297.

<sup>103</sup> FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review Press, 2000. MOSLEY, Stephen. **The environment in world history**. New York: Routledge, 2010. THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. MORRONE, Eduardo Corrêa & MACHADO, Carlos Roberto da Silva. A

período em foco, o sistema agrário da Zona da Mata mineira praticado ao longo do século XIX e início do XX, caracteriza-se como um sistema de derrubada-queimada. O chamado *sistema extensivo de uso do solo*, ou ainda *sistema racional de uso do solo*, se abalizava em termos *quantitativos* na incorporação/disponibilidade desses dois elementos primordiais ao processo de produção e reprodução da agricultura com um todo, novamente, a terra e o trabalho. Segue-se uma análise mais detalhada sobre cada um deles. O fator terra – assim como no sistema de cultivo de *pousio longo*, demonstrado pela pesquisadora Ester Boserup; agia da seguinte forma:

*Na parcela escolhida para o cultivo, as árvores maiores são derrubadas a machado ou por meio da queima das raízes quando estas secam após a abertura de incisões anulares no tronco. A vegetação menor é igualmente queimada. Troncos e raízes não queimados, assim como as cinzas, são deixados nos campos. Semeia-se e planta-se diretamente nas cinzas, sem qualquer preparo da terra e sem outra ferramenta que não, talvez, uma estaca para afastar as cinzas e perfurar o solo. Não é possível usar o arado em terras abertas por método tão sumário. Nem é necessário, pois cinzas abundantes asseguram grande produção se o solo e clima são razoavelmente favoráveis. (...) Depois da queimada, o solo está livre de ervas e solto; não é necessário revolvê-lo com a enxada.*<sup>104</sup>

Mesmo sendo um sistema de derrubada-queimada, o sistema agrário da Zona da Mata se diferencia do sistema de *pousio longo* referido pela autora. Se no modelo de Boserup existe a possibilidade de retorno da produção em um determinado espaço físico após um longo período de tempo dado ao reflorestamento do local; por outro lado, não é possível que isso ocorra no primeiro caso. Quer dizer que o *sistema extensivo do solo* eximia esse período de espera com a incorporação de novas áreas de cultivo.<sup>105</sup> A disponibilidade de terras com matas virgens fazia com que a frequência do cultivo ou a rotação de áreas para o descanso não fosse efetivamente adotada. Ainda que houvesse uma mentalidade em prol das inovações técnicas em determinados ciclos, como se verá adiante, a difusão do *uso racional do solo* era generalizada em termos práticos, uma vez que se aliavam os poucos instrumentos de trabalhos aos métodos de derrubada-queimada, até o esgotamento do solo e abandono quase que definitivo das atividades agrícolas no espaço anteriormente utilizado.<sup>106</sup>

---

*natureza em Marx e Engels: Contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, FURG-RS, Vol.24, jan-jul, 2010.

<sup>104</sup> BOSERUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987, p.24.

<sup>105</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *A Grande Lavoura*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo 2, Vol.4, 1974. FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983, p.114.

<sup>106</sup> FRAGOSO, João L. Ribeiro *A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol.12, Nº2, mar-ago, p.125-50, 1986. PÁDUA, José Augusto. "Cultura esgotadora": agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Nº11, out., p.134-163, 1998.

A cafeicultura, cuja predominância fora exercida no agro matense durante o período em foco, fora de fato a maior responsável pelo caráter expansivo da agricultura local. Com a derrubada da floresta primária, e a conseqüente queima da matéria exposta, era possível alcançar altos índices de produtividade sem maiores esforços técnicos de preparo ou manutenção da lavoura no cultivo dos gêneros agrícolas, principalmente no caso da rubiácea. Um pouco antes do período chuvoso, a combustão de todo o material remanescente da floresta fazia com que a enorme massa de nutrientes de sua biomassa recaísse sobre o solo na forma de cinzas. Com a chegada das chuvas, os nutrientes eram drenados, proporcionando os processos de neutralização e fertilização do solo. Portanto, essa camada superficial ficava coberta pelo húmus responsável por alimentar as culturas nas parcelas escolhidas, além de permanecer por um bom tempo livre das sementes e plantas invasoras.<sup>107</sup>

Mazoyer e Roudart assim descrevem em termos biológicos esse processo:

*(...) quando se cultiva pela primeira vez uma floresta virgem com um sistema de derrubada-queimada, a fertilidade do solo nesse lugar é a mais elevada possível. Com efeito, esse solo cultivado pela primeira vez continua a se beneficiar dos aportes em elementos minerais provenientes da solubilização da rocha-mãe, da fixação de nitrogênio do ar e da mineralização de uma fração de húmus florestal. Além disso, ele se beneficia de aportes excepcionais muito elevados provenientes em grande parte das cinzas decorrentes das queimadas e, por outra parte, da mineralização acelerada de uma fração suplementar do húmus. Essa mineralização acelerada é provocada pelo aquecimento e aeração dos horizontes superficiais do solo, resultantes do desmatamento e da preparação do leito de cultivo.*<sup>108</sup>

Portanto a frequência do cultivo é também elemento essencial na conformação do sistema agrário, sendo que no caso da Zona da Mata, a área de cobertura do agro é formada por uma floresta primária sem resquícios de ocupação agrícola. Assim como em outras regiões do centro-sul do país, o *sistema extensivo* foi capaz de se manter a contento, uma vez que a disponibilidade de terras, e mais ainda, a disponibilidade de áreas compostas pela vegetação primária eram abundantes. É nesse sentido que a baixa densidade demográfica proporciona os meios necessários ao processo de produção e reprodução da cafeicultura, em que pesem as discussões em torno do acesso às parcelas no período em foco.

No entanto, mais do que o acesso a terra, necessariamente, o que mais importa nesse caso é a questão da disponibilidade de áreas cobertas pela vegetação. Se as *cinzas deixadas pela queimada são suficientes para assegurar boas colheitas*,<sup>109</sup> o uso de instrumentos de trabalho mais desenvolvidos era muito pouco difundido. Quer dizer que o emprego do arado,

<sup>107</sup> DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p.44-45.

<sup>108</sup> MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. *Op. Cit.*, 2010, p.141.

<sup>109</sup> BOSERUP, Ester. *Op. Cit.*, 1987, p.26.

da charrua ou de qualquer outra ferramenta mais complexa, assim como a rotação ou as técnicas de fertilização amplamente difundidas na Europa à época, não foram adotados em regiões como a Zona da Mata mineira, precisamente dadas às especificidades do sistema agrário local, que se bastava da utilização de métodos *imperfeitos e instrumentos insuficientes e grosseiros*.<sup>110</sup> Segundo Canabrava, essas ferramentas *ajustavam-se à rusticidade da mão-de-obra escrava, à organização do trabalho coletivo, como também às condições topográficas das regiões cafeeiras do país*.<sup>111</sup>

Basicamente eram necessárias apenas três ferramentas em todo o processo: o machado, a foice e a enxada. O primeiro desses instrumentos manuais rudimentares, o machado, servira-se ao procedimento da derrubada da vegetação, a primeira etapa antes da qualquer empreitada agrícola. Os dois últimos, a foice, e principalmente a enxada, serviam na manutenção da lavoura, cujo manuseio em épocas estabelecidas garantia a plantação isenta da ação de outros componentes, como as ervas e o surgimento da mata secundária após as queimadas. Além da manutenção e limpeza do solo, a enxada também se prestava ao processo de semeadura.<sup>112</sup> Parece que os maiores esforços no sentido de melhorar a produção, e consequentemente agregar valor ao produto, não eram realizados no processo da produção, mas após a colheita. Ou seja, o beneficiamento da produção agrária, como no caso do café tornava-se uma das melhores maneiras de investir o capital na forma de maquinário e também no trabalho, seja nos processos de secagem, torrefação, trituração, etc.<sup>113</sup>

Uma peculiaridade do sistema agrário extensivo diz respeito a sua natureza esgotadora, exaustiva. Se por um lado o *uso racional do solo* apresentava uma série de vantagens como a alta produtividade e a baixa taxa de dispêndio do trabalho, por outro, o processo se tornava naturalmente menos eficaz com o decorrer do tempo. Ou seja, as lavouras extensivas, principalmente no caso do café, possuíam um tempo útil de produtividade em espaços delimitados. Uma parcela destinada ao cultivo da rubiácea durava cerca de quarenta anos, uma vez que o desgaste do solo ocupado pela produção era inevitável. A começar pela destruição da floresta primária, que por si só já poderia acarretar em alguns casos modificações no clima, alterando sensivelmente elementos como a temperatura e a

<sup>110</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro** [1839]. MARQUESE, Rafael de Bivar. (Org.). *Op. Cit.*, 2001, p.91.

<sup>111</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *A Grande Lavoura*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) *Op. Cit.*, 1974, p.97.

<sup>112</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.183. DEAN, Warren. *Op. Cit.*, p.93.

<sup>113</sup> FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Op. Cit.*, 1986, p.147. MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e Escravidão: Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1999, p.188-89.

distribuição das chuvas, sendo capaz de levar até mesmo ao processo de desertificação em algumas áreas em períodos selecionados.<sup>114</sup>

Para além dessas alterações climáticas decorrentes do devassamento da vegetação primária, que podem ser mais bem compreendidas em longo prazo, percebe-se também outro processo destruidor da produtividade das áreas cultivadas, a saber, a erosão. Como a maioria dos terrenos do agro regional se encontrava em áreas de declive, ao contrário do caso da cafeicultura no oeste paulista, esse processo era facilitado no período chuvoso, à medida que as águas tocavam diretamente o solo, provocando o escoamento das mesmas junto a enormes massas de terras, compostas pelos nutrientes depositados na camada superficial, levando-os para as áreas mais baixas. Dessa forma, o solo exposto ficara empobrecido, pois as reservas de água presentes no bioma se reduziam mais rapidamente, deixando o solo ressecado, à medida que suas camadas inferiores sequer se umidificavam:

*Nos meios mais férteis, os cultivos podem se prolongar por mais tempo, mas eles passam a sofrer com a concorrência da vegetação espontânea: as árvores e os arbustos não destruídos, assim como as ervas selvagens que invadem as clareiras, mergulham suas raízes no solo cultivado e absorvem uma parte crescente dos elementos minerais nutritivos. Para reduzir essa concorrência, os cultivadores arrancam as ervas indesejáveis e destroem suas raízes por meio de capinas com o uso de enxadas. Essas capinas revolvem o solo e arejam os horizontes superficiais do solo cultivado, o que acelera um pouco mais o processo de decomposição e de mineralização da matéria orgânica, e ainda contribui para enriquecer momentaneamente o solo em minerais. Além de fragmentar o solo, as capinas freiam a ascensão capilar e a evaporação da água mantida ainda no solo à disposição das plantas. Por todas essas razões, capinas repetidas permitem aos cultivos secundários, que sucedem ao cultivo principal, tirar melhor partido do saldo de fertilidade do solo cultivado. Mas, após alguns anos, os rendimentos, em baixa, acabam se tornando insuficientes, enquanto que as ervas indesejáveis abundam de tal forma que capinar se torna impossível. Então o terreno é abandonado (...).*<sup>115</sup>

Além da inexistência do emprego de ferramentas complexas no processo de produção, o sistema agrário extensivo, percebido na região matense, se caracterizava pela não utilização de técnicas de refertilização dos solos.<sup>116</sup> Desse modo, o sistema de plantio fazia com que a exploração de uma dada região tivesse seus limites marcados pela perda de fertilidade do solo e pelo fim das matas virgens, quando então a lavoura era reorientada para novos espaços pouco ou nada explorados.<sup>117</sup> É nesse sentido que a ideia de *fronteira* é essencial para a compreensão do sistema agrário extensivo, pois o mesmo era composto por ela em dois

<sup>114</sup> MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. *Op. Cit.*, 2010, p.130.

<sup>115</sup> *Idem*, p.141.

<sup>116</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII). Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine*. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, Dez., 1995, p.6.

<sup>117</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850 – 1888)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1994, p.44.

sentidos. Em um primeiro momento, a *fronteira interna* compreendia ao avanço espacial de áreas recém-incorporadas para cultivo do café e de outras culturas no interior de uma propriedade. Ou seja, as unidades rurais se caracterizavam por conter espaços de reserva em matas virgens para garantir o processo de reprodução da agricultura em um período mais longo.

A segunda característica da fronteira diz respeito ao seu movimento em escala ampliada. Quer dizer que se o movimento da agricultura se faz no interior das unidades rurais, esse mesmo movimento pode ser percebido na região da Zona da Mata como um todo, uma vez que a cafeicultura avança nessa região no sentido sul-norte. Contudo, considera-se a fronteira não só como uma dimensão geoespacial, na forma da interiorização da produção agrária, mas também enquanto um componente permeado por outras características. Nesse sentido, ela pode ser estabelecida enquanto *paisagem social dinâmica sobre a qual sistemas sociais e seus códigos de símbolos e signos são construídos*. O sistema agrário, do qual ela é parte integrante, agrega os elementos sociais responsáveis por sua configuração, uma vez que a fronteira é definida *pelos ações, pelas práticas sociais em uma relação indissociável para com as representações sociais*.<sup>118</sup>

Conjuntamente ao fator terra, o sistema agrário necessitava de outro elemento: o trabalho. Uma vez que a produção agroexportadora se fazia *fundamentalmente pela combinação do fator terra e força-de-trabalho, sem a mediação de instrumentos de produção ou técnicas mais apuradas*<sup>119</sup>, a configuração da mão-de-obra era essencial para o processo. Em um primeiro momento, a predominância do braço escravo nas lavouras cafeeiras da região é que de fato manterá e ampliará vertiginosamente a participação da Zona da Mata no mercado mundial do café durante o século XIX.<sup>120</sup> Já no período pós-abolição, predominarão formas de transição para o trabalho livre como o contrato, a parceria e a meação.<sup>121</sup> Para o período considerado por essa pesquisa, o trabalho escravo predominou de maneira massiva.

As regiões de baixa densidade demográfica, aliadas à abundância de terras, podem gerar em condições históricas específicas, segundo Maria Yedda Linhares, o trabalho servil,

---

<sup>118</sup> MYSKIW, Antonio Marcos. *Fronteira*. IN: MOTTA, Márcia (ORG.). *Op. Cit.*, 2010, p.228. FREITAG, Liliane. *Fronteiras: espaços simbólicos e materialidades*. IN: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (ORG.). **História agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2008, p.313-16. Sobre a formulação do conceito de fronteira, ver também: VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Cópia autorizada da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org.

<sup>119</sup> FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983, p.39.

<sup>120</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Op. Cit.*, 2005. FREIRE, Jonis. *Op. Cit.*, 2009.

<sup>121</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993. SARAIVA, Luiz Fernando. *Op. Cit.*, 2001.

perpetuando-se em modalidades camufladas de trabalho compulsório mesmo sob uma ordem jurídica liberal.<sup>122</sup> É nesse sentido que se conforma a mão-de-obra escravista no centro-sul do país ao longo do século XIX, perceptível, por exemplo, nos manuais sobre a administração dos escravos nas Américas, que estabeleceram *uma conjugação estreita entre disciplina e paternalismo*.<sup>123</sup> Pautados também na ideia de propriedade, os autores idealizaram todas as esferas da vida do cativo (moradia, família, alimentação, religião, etc.) a fim de explorar ao máximo a sua capacidade de trabalho, predominantemente o trabalho agrícola.<sup>124</sup>

Um exemplo dessa ideia é a composição do *Manual do Agricultor Brasileiro*. Obra publicada no ano de 1839 sob a influência de textos clássicos Greco-romanos e de política econômica do século XVIII, trata-se de um dos primeiros manuais de agricultura do país. Nele, Carlos Augusto Taunay enfoca de maneira predominante a questão da mão-de-obra escrava, da mesma forma que outros autores como Miguel Calmon Du Pin e Almeida, afirmando que o recurso à mão-de-obra servil era uma *necessidade imperiosa*.<sup>125</sup> Taunay insiste nas estratégias de coação para a manutenção e aproveitamento dos plantéis, assim como defende a inferioridade física e intelectual dos negros, cuja função, segundo o autor, era de fato realizar os *ofícios elementares da sociedade*.<sup>126</sup> Alguns trechos do autor:

*(...) sem jamais perder de vista que qualquer escravatura, e com especialidade a preta, não pode ser aplicada a um trabalho eficaz e produtivo sem coação e rigor, sendo somente possível conciliar o interesse do dono e o bom tratamento do escravo por uma vigilância de todos os momentos, e uma imutável regularidade de disciplina.*<sup>127</sup>

*Os negros pois nas colônias européias, e no Império do Brasil, não são verdadeiramente escravos, sim proletários, cujo trabalho vitalício se acha pago, em parte pela quantia que se deu na ocasião da compra, em parte pelo fornecimento das precisões dos escravos e sua educação religiosa.*<sup>128</sup>

Portanto, os exemplos de Taunay, ou de Miguel Du Pin, tocam questões essenciais da conformação política em torno da mão-de-obra escrava no alvorecer do Império, e a maneira como o trabalho compulsório deveria ser estabelecido. Retornado ao sistema agrário, o fator trabalho, predominantemente escravo, agia de forma a extorquir do elemento servil o tempo necessário a sua própria reprodução, sem a introdução de qualquer tipo de técnica mais apurada. Isso poderia representar cerca de apenas dez ou vinte por cento do trabalho

<sup>122</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. *Op. Cit.*, 1995, p.7.

<sup>123</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Op. Cit.*, 2004, 292.

<sup>124</sup> *Idem*, p.379-82.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p.269.

<sup>126</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro** [1839]. MARQUESE, Rafael de Bivar. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.53.

<sup>127</sup> *Idem*, p.82.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p.57.

necessário para cobrir uma mesma área, caso fossem introduzidas técnicas de cultivo ou a parcela incorporada não fosse ocupada pioneiramente através de seu devassamento. Portanto, com a degradação natural das áreas de cultivo, o tempo de trabalho necessário aos cuidados com a planta tendia a aumentar, necessitando, portanto, de mais mão-de-obra e/ou inovação técnica para a manutenção e/ou ampliação da produção. É dessa forma que ocorre a perda de produtividade do trabalho em regiões em decadência.<sup>129</sup>

Resumindo, quanto maior era a capacidade de agregar largas extensões de terras – compostas por matas virgens; e mão-de-obra – necessariamente escrava; maior seria a capacidade de produção da *commodity* cafeeira no interior das propriedades rurais matenses ao longo do XIX.<sup>130</sup> Do *metabolismo*, da composição social desses elementos supracitados, que se conforma o sistema agrário extensivo da Zona da Mata mineira. Todavia, o caráter extensivo da produção agrária local não se restringiu especificamente à região em foco. De um modo geral, esse sistema se fez presente em outras áreas cafeeiras do centro-sul do país, tais como o Oeste paulista e o Vale do Paraíba fluminense, em que pesem as diferenças dos processos cafeeiros entre essas regiões.

No caso do Vale do Paraíba, os primeiros questionamentos sobre o trato da lavoura cafeeira surgiram por volta do segundo quartel do século XIX. Ou seja, alguns ciclos perceberam o caráter exaustivo do sistema agrário adotado antes mesmo do esgotamento dos solos ou do fechamento da fronteira agrária na região fluminense, de modo que nesse período a produção da *commodity* se expandia sem maiores limitações. No ano de 1827 é fundada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, instituição responsável sobre os assuntos competentes à agricultura na época.<sup>131</sup> Seis anos após a fundação da instituição, no ano de 1833, surge o *Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico que passa a expressar as ideias e projetos da SAIN. No *Auxiliador*, foi publicada uma série de textos que de fato insistiam em medidas que poderiam ser colocadas em prática no campo, como a rotação das culturas, a utilização de instrumentos como o arado e a charrua, além do uso do adubo.<sup>132</sup>

Todas essas determinações elencadas pelos autores das pautas publicadas no *Auxiliador*, assim como em outros veículos de comunicação afinados à discussão do tema, a

<sup>129</sup> BOSERUP, Ester. *Op. Cit.*, 1987, p.31-32.

<sup>130</sup> (...) *As diferenças no processo material de produção eram mais quantitativas do que qualitativas, visto que era o tamanho e a diversificação da “fábrica” ou do “empreendimento” agrícola (quantidade de terras, escravos, atividades econômicas etc.) que distinguíam as unidades produtivas.* CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2008, p.171.

<sup>131</sup> Sobre a SAIN, ver: SILVA, José Luis Werneck da. **Isto é o que me parece: a SAIN (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877**. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 1979.

<sup>132</sup> FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Op. Cit.*, 1986, p.133-34.

exemplo da *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*,<sup>133</sup> se utilizaram da literatura e da prática empregadas no continente europeu. Figuras importantes da região como Barão de Paty do Alferes foram importantes nessas discussões, que na verdade nada mais eram do que uma tentativa de implantar as mesmas medidas que foram concretizadas na segunda revolução agrícola europeia, alcançada através da maior difusão, e principalmente do aprimoramento dos instrumentos de trabalho secularmente conhecidos no velho continente; a adoção de sistemas de rotação menos esparsos através do cultivo de tubérculos e forrageiras; e o desenvolvimento e maior aproveitamento da pecuária como aliada à produção agrária.<sup>134</sup>

Já no caso das Minas Gerais, percebe-se o esforço e a consciência que as autoridades provinciais possuíam em relação ao sistema agrário corrente. E os Relatórios dos Presidentes da Província, datados de meados do oitocentos, podem dar uma ideia de como a agricultura praticada no interior das unidades rurais mineiras era vista por parte dos agentes oficiais e especialistas da agricultura. Uma análise mais detida dessa documentação revela que tanto a preocupação, quanto as medidas julgadas serem ideais são bastante parecidas com aquelas proclamadas na região do Vale do Paraíba fluminense. A começar pelo diagnóstico de como era praticada a agricultura na Província mineira, datado do ano de 1856, que chama atenção para os processos de derrubada-queimada e a falta de uma rotatividade das áreas cultivadas:

*Resumindo rapidamente o que se pratica actualmente, encontra-se apenas a cultura annual que consiste nas derrubadas, queimas e mais processos adaptados geralmente no paiz: assim destroe-se successivamente cada anno vastissimos mattos virgens e ao mesmo tempo immensas riquezas que no futuro poderião ser exploradas; o que mui certamente acarretaria a falta absoluta de madeiras de construcção e de carbonisação, para as diversas industrias que hão de vir a estabelecer-se no paiz em consequencia da abundancia de seos productos mineraes e vegetaes. A cultura alternada não se pratica em parte alguma, e mesmo não é conhecida; todo o systema actual da agricultura pode-se dizer que consiste em destruir sem crear novos elementos de producção.*<sup>135</sup>

Ainda, os textos elaborados no século XIX sobre os processos adotados por parte dos agricultores locais afirmavam que as terras *dentro de pouco tempo se tornão irremediavelmente cançadas* [sic.], fazendo desaparecer rapidamente *magnifeas florestas*, enquanto que o solo, *cobrindo-se de arbustos inúteis, e mesmo damnosos, vai perdendo sua*

<sup>133</sup> Sobre o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, ver: BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Mercado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891**. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2011. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola no Segundo Reinado (1860- 1897)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1995.

<sup>134</sup> FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Op. Cit.*, 1986, p.132.

<sup>135</sup> **Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinária de 1856 o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia**. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1856, p.49.

*primitiva fertilidade*.<sup>136</sup> Trata-se do sistema rotineiro de uma lavoura que estava, segundo relatório de 1869, em *estado primitivo*.<sup>137</sup> Portanto, era preciso aliar os conhecimentos das ciências até então disponíveis no sentido de melhorar a produtividade e garantir a reprodução da agricultura no longo prazo, donde a inovação dos instrumentos de trabalho era um dos principais argumentos para a introdução das melhorias no campo:

*Cumpra, porem, não desconhecer-se a efficacia de outros meios, como introdução de novas e melhores machinas, e de outros recursos quase vão empregando, como remessas de sementes e memórias sobre seu cultivo, distribuidos pelos fazendeiros.*<sup>138</sup>

*A rotina seguida até hoje, alem de exaurir as forças do sólo, sem reparação possível, repele toda tentativa de melhoramento, o emprego de instrumentos aratorios, e torna inuteis e ociosas todas as descobertas da sciencia, que á ella de certo não tem applicação. (...) o meio único é iniciar a pratica da cultura dos campos pelo arado.*<sup>139</sup>

Portanto, o uso do arado ou introdução de técnicas como a rotação trienal, o uso de forrageiras, etc. eram, assim como citado anteriormente, os principais elementos capazes de gerar as melhorias necessárias no agro. Contudo, ainda que houvesse esse tipo de mentalidade em prol dessas inovações nos meios institucionais e por parte de alguns agricultores<sup>140</sup>, a difusão do *uso racional do solo*, perpetrado de maneira *extensiva*, continuava a ser generalizada em termos práticos, uma vez que se aliavam os poucos instrumentos de trabalhos aos métodos de derrubada-queimada, até o esgotamento do solo e abandono de atividades agrícolas no espaço anteriormente utilizado:

*O impacto histórico concreto destas reflexões, no entanto, em termos de influenciar uma mudança efetiva nas práticas agrícolas da época, foi praticamente inexistente. A rotina predatória continuou seu curso em levar em conta as relativamente poucas advertências que eram feitas quanto à sua insustentabilidade.*<sup>141</sup>

No entanto, dois pontos podem ajudar a elucidar de que forma essas mudanças não foram de fato introduzidas na prática, em face da consciência sobre os ganhos reais que elas

<sup>136</sup> **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto.** Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1837, p.24-25.

<sup>137</sup> **Relatorio apresentado á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, na sessão ordinária de 1869, pelo presidente da mesma provincia, Dr. José Maria Corrêa de Sá Benevides.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870, p.22.

<sup>138</sup> **Relatorio que á Assembléa legislativa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865, o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia.** Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1865, p.24.

<sup>139</sup> **Relatorio que á Assembléa legislativa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1870, o Vice-presidente Dr. Agostinho José Ferreira.** Ouro Preto: Typographia Provincial, 1870, p.10.

<sup>140</sup> TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro** [1839]. MARQUESE, Rafael de Bivar. (Org.). *Op. Cit.*, 2001, p.44.

<sup>141</sup> PÁDUA, *Op. Cit.*, 1998.

poderiam trazer. A primeira delas diz respeito ao real alcance que a ciência e o discurso sobre as melhorias poderiam ter no interior da Província. Ou seja, a argumentação tende a determinar a não adoção das melhorias ou pelo desconhecimento das técnicas, ou ainda pelo descaso praticado em relação à mudança, uma vez que o sistema agrário possuía aspectos culturais intrínsecos, fundado sob a imbricação de tradições autóctones milenares e os arranjos institucional, jurídico, geográfico e econômico em relação a terra e ao trabalho. No caso do café especificamente, percebe-se a atitude como o *elogio heróico do avanço da fronteira*, destacando positivamente o caráter predatório e irreversível da atividade.<sup>142</sup>

Já a segunda questão em relação à não adoção das técnicas de cultivo mais apuradas, trata-se da inadaptabilidade dos instrumentos de trabalho às especificidades geomorfológicas locais. O uso da charrua ou do arado, amplamente difundidos na Europa, e responsáveis pelo incremento da agricultura do velho continente durante o século XIX, não era de fato adaptável ao solo das regiões no centro-sul do Brasil. Essa questão já fora discutida, por exemplo, em Spix e Martius, quando os autores enfatizaram que nas regiões montanhosas da Zona da Mata de Minas Gerais o emprego do arado era impraticável, justamente pelo fato desses locais apresentarem uma topografia acidentada, dificultando não só o manuseio do instrumento, assim como o seu desempenho.<sup>143</sup>

Portanto, a tecnologia agrícola deve dialogar com o caráter natural da região a qual ela será introduzida. Se o arado foi extremamente eficiente nas regiões temperadas é porque, segundo as características do solo dessas áreas, era preciso um instrumento que revolvesse a terra de maneira mais densa, uma vez que os nutrientes se encontram aí em camadas mais profundas. Da mesma forma, o revolvimento da terra possibilitava o degelo dessas camadas localizadas mais abaixo, facilitando a insolação da terra que detinha alta concentração de matéria orgânica formada por um lento processo de decomposição. Já nas regiões tropicais esse processo não se adapta, uma vez que a camada mais fértil do solo não ultrapassa 18 cm de espessura na maioria dos casos.

Sendo assim, o arado revolve a parte dotada de nutrientes para fundo do solo, enquanto a camada inerte emerge, contribuindo rapidamente para a destruição da bioestrutura da terra.<sup>144</sup> Resumindo,

*(...) os processos da agricultura europea nem podem ser universalmente applicados ao nosso pais, coberto em grande parte de soberbas matas, nem devem ser condemnados em muitissimos lugares que*

<sup>142</sup> PÁDUA, *Op. Cit.*, 1998.

<sup>143</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.148.

<sup>144</sup> FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Op. Cit.*, 1986, p.139. CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.149.

*pela a ausencia de grossos troncos se prestão ao emprego da charrúa, com grande proveito dos fazendeiros na plantação da cana de assucar, dos cereares, dos legumes, e de todas as raizes tuberosas. Querer estabelecer uma regra geral de trabalho para o nosso paiz é desconhecer absolutamente as variedades de producções de que é capaz esse solo fertil de dons naturais, mas um rica mina temos a explorar com os processos da agricultura europea, e vem a ser o roteamento das terras que se achão nas visinhanças de nossas povoações, as quaes por se dizerem cansadas, estão pela maior parte em completo abandono.*<sup>145</sup>

A cultura cafeeira era composta basicamente por sete fases: derrubada, queimada, alinhamento, covagem, plantação, cuidados culturais e colheita. A começar pela derrubada, a parcela é escolhida e empreende-se o emprego do machado nas árvores de maior porte, escolhidas como mestras, pela capacidade que tem de poder derrubar as de menor talhe com o seu peso. O sucesso da empresa depende diretamente da competência do *derribador*, uma vez que é ele quem escolhe as picarias, de modo a estabelecer o ângulo e a sequencia com que a vegetação será deitada. Segue-se a segunda fase da empresa agrícola, a queimada, que por sua vez não deve ser nem insuficiente, nem excessiva, evitando no primeiro caso a proliferação de ervas e insetos na área inflamada, e no segundo caso, evitando a perda dos nutrientes presentes na camada superficial do solo.<sup>146</sup>

Já o alinhamento, terceira fase do processo, corresponde à técnica adotada para garantir que a luz solar contemple todos os pés, de modo a favorecer de maneira equitativa tanto a absorção da energia como a maturação dos frutos. Geralmente, ele é feito com um marcador de madeira, que distribui a maneira com que as linhas devem ser estabelecidas tanto vertical como horizontalmente. Demarcada de maneira precisa a disposição que os cafeeiros devem ficar, começa a outra etapa, a covagem. Aqui são feitas as aberturas no solo, que podem variar de vinte a quarenta centímetros de profundidade, e de trinta a sessenta centímetros de largura para a introdução das mudas. Logo após, o plantio consiste em colocar de 10 a 15 bagos de café em cada cova, cobrindo-as com leve camada de terra. Com o tempo, elimina-se a maior parte das plantas, deixando de duas a quatro mudas que conformarão o pé de maneira definitiva. No caso do plantio de mudas, colocam-se de duas a quatro plantas em cada cova.<sup>147</sup>

Depois de plantado, o cafeeiro exige alguns cuidados culturais. São basicamente quatro capinas anuais, além da arruação. A primeira delas serve ao espalhamento do cisco e

---

<sup>145</sup> **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1847 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva.** Ouro Preto: Typ. Imparcial, de B. X. Pinto de Sousa, 1847, p.28-29.

<sup>146</sup> ALVIM, Aristóteles. *Confrontos e Deduções*. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.105.

<sup>147</sup> *Idem*, p.107-111.

terra amontoados na arruação e colheita. A segunda desafoga os cafeeiros, livrando-os da concorrência do mato que nasce em abundância com as primeiras chuvas da primavera. A terceira delas acontece para conter a germinação das sementes de mato abafadas no trabalho anterior. A quarta e última capina às vezes se confunde com o próprio processo de arruação, que corresponde à formação de uma espécie de dique em cada pé, evitando o aceleração da lixiviação. Todo esse processo ocorrido ao longo do ano é acompanhado por outros poucos cuidados tais como a poda dos galhos amarelados ou secos dos cafezais.<sup>148</sup>

Por fim, a colheita é empregada através do *derriçamento*. Nele, o lavrador costuma atirar o café ao chão ou em algum recipiente de onde é em seguida, recolhido e passado em uma peneira para que sejam retirados a terra, folhas, ciscos e outros detritos, uma vez que o apanhador envolve o galho com a mão fechada e a corre no sentido de suas extremidades arrancando os frutos, sem qualquer seleção prévia de grãos a serem recolhidos, mutilando o cafeeiro.<sup>149</sup> Grosso modo, o trato da lavoura cafeeira no sistema agrário extensivo observado, consiste nessas etapas bem simples, que de fato não exigiam maiores cuidados, através do uso de instrumentos e métodos bastante rústicos. O maior esforço do trabalho se concentrava após as sete fases supracitadas, consistindo de fato no processo de beneficiamento do produto (despolpamento, secagem, trituração, etc.), que não eram necessariamente feitos nas unidades rurais produtoras da rubiácea e necessitavam em alguns casos de equipamentos específicos.

Enfim, essas são as peculiaridades em torno do *sistema extensivo de uso do solo*, em sua racionalidade. Ao aliar os elementos terra e trabalho sem a mediação de técnicas ou instrumentos de trabalho que eram disponíveis na época, o sistema extensivo agregava ao máximo os seus dois componentes, superexplorando-os de maneira a obter altos níveis de produtividade, com o mínimo de trabalho possível, principalmente no que diz respeito à cultura do café, produto direcionado em sua maioria ao mercado internacional.

---

<sup>148</sup> *Ibidem*, p.114.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p.116.

#### 1.4 - Conclusão

O século XIX assistiu a mudanças sob as mais variadas instâncias, desde as alterações políticas e institucionais até o desenvolvimento de um aparato tecnológico extremamente eficaz. E a conformação do mercado de *commodities* no bojo do sistema capitalista em desenvolvimento no período, impulsionado por essas mudanças, fora um importante elemento nesse processo. As mercadorias primárias puderam, dessa forma, integrar regiões longínquas em escala global assim como foram capazes de transformar as economias locais. E o café, planta nativa do continente africano, fora apenas um desses produtos a serem comercializados em grande escala. A adaptabilidade da planta a algumas regiões tropicais e a crescente incorporação do consumo da planta sob os auspícios da modernidade, principalmente nas áreas temperadas do mundo, fizeram do pequeno grão uma *commodity*, no sentido *stricto* do termo.

O Brasil passa a obter posição de destaque na produção da rubiácea durante praticamente toda a centúria, onde o sistema agrário adotado nas regiões produtoras foi capaz de suprir boa parte da demanda mundial do produto. O *sistema extensivo de produção*, ou *sistema de uso racional do solo*, aliava dois elementos para a maior produtividade: a terra e trabalho. Quanto maior a capacidade de agregá-los, aliando-os aos parques instrumentos de trabalho e técnicas de produção, sob a incorporação de áreas recém-desflorestadas e a utilização da mão-de-obra escrava na empresa cafeeira, maiores seriam a produtividade e os ganhos com o negócio. E mesmo que houvesse tentativas de incrementar ou modificar o caráter da produção cafeeira por parte de alguns ciclos, o sistema persistiu à revelia de sua natureza avassaladora e exaurível a médio e longo prazos.

**CAP II – A ECONOMIA MERCANTIL DE SUBSISTÊNCIA NO VALE DO  
PARAHYBUNA (1830-1854)**

## 2.1 – O processo de ocupação do Vale do Parahybuna

O processo de ocupação do território que viria a se constituir como a Zona da Mata mineira, e mais especificamente, a parte sul desta mesma região, compreendido necessariamente pelo vale do Rio Parahybuna, possui raízes ainda no século XVIII. A imensa área ocupada pelos territórios das atuais regiões matense e do Vale do Rio Doce se caracterizava no período colonial como os *sertões do leste* ou *áreas proibidas*. Esse espaço compreendido entre as lavras auríferas do centro da capitania de Minas Gerais e as faixas litorâneas fluminense e capixaba, possuía características naturais bastante peculiares, por apresentar a existência de uma densa cobertura florestal, além da presença de grupos indígenas ali assentados. Em termos exatos, sua localização abrangia:

*(...) a oeste, próximo à região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abarcando o vale do rio Piranga, limitada a noroeste com os territórios dos distritos de Ribeirão do Carmo e Vila Rica; ao norte, evidenciavam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o lado leste era a parte mais imprecisa, pois compreendia até os limites litigiosos na divisa entre as Capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo; e o sul era composto pela serra da Mantiqueira, no vale do rio Paraíba. No centro da área destacava-se o Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, no vale do rio Pomba.<sup>150</sup>*

Os *Sertões*, assim designados genericamente, se caracterizavam por diversas peculiaridades durante o século XVIII. Representações de contemporâneos, manifestadas em imagens e mitos apontam o *sertão* como espaço incivilizado e hostil, com uma natureza inóspita, seja através de matos extremamente densos, ou através de áreas desertas. As características naturais determinam a visão em relação a esses espaços, como no dicionário Bluteau, onde o *sertão* é designado como uma área distante da costa do mar.<sup>151</sup> Já o critério de civilização – onde o elemento branco era o agente propulsor; dimensiona nesse caso a questão demográfica como determinante na titulação de determinadas áreas.<sup>152</sup> A esse critério, adiciona-se ainda outra categoria. Segundo Carrara, os elementos supracitados estão em consonância com a questão econômica, embora paradoxal, de que esses lugares – passivos do movimento de tropeiros, comerciantes, contrabandistas, etc. – representavam possibilidades de ascensão econômica, seja através da busca do ouro, ou outras atividades que emergiriam

<sup>150</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.75.

<sup>151</sup> BLUTEAU, Rafael. *Op. Cit.*, p.613.

<sup>152</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. “Mão de Luva” e “Montanha”: Bandoleiros e Salteadores nos Caminhos das Minas Gerais no Século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786). Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2008, p.55-56.

no decorrer da centúria.<sup>153</sup> É nesse sentido que a fronteira pode possibilitar meios de ganho aos diversos grupos sociais assentados às suas margens.

A pesquisadora Fania Fridman também busca um significado para o termo, definindo-o como “*áreas no interior, afastadas do litoral (civilizado e dominado pelos brancos) e habitadas por índios selvagens e animais bravios*”.<sup>154</sup> Enfim, uma gama de caracteres pode conformar a noção do *Sertão* no século XVIII, seja pela via natural, espacial, econômica, demográfica, etc. Mas cabe também salientar que não só a parte oriental da antiga capitania mineira era considerada como *sertão* durante o setecentos. Quer dizer que de fato não havia um único *sertão*, mas vários *sertões* no interior das Minas Gerais nesse período. Parece que a denominação depende do ponto vista daquele que observa. Ou seja, tomando como referência o observador, os *sertões* surgem na maioria dos casos como espaços para além dos quais ele está inserido:

*Na comarca do rio das Mortes, os sertões eram para os moradores das vilas de São José e São João del Rei os cerrados do alto São Francisco e as picadas de Goiás, como então se nomeavam as terras localizadas no caminho que levava para Vila Boa de Goiás. Para os que residiam na Borda do Campo, podiam ser as escarpas da Mantiqueira. A região da atual Zona da Mata era toda conhecida pelo nome de “sertões de leste,” e entre 1768 e 1814, os assentos de batismo da atual cidade de Rio Pomba, localizada naquela paragem, eram abertos com a seguinte fórmula: Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatas. Além destes, para os homens de Vila Rica, os seus sertões eram as florestas cortadas pelo rio Doce e, para os moradores de Sabará, o médio São Francisco.*<sup>155</sup>

A relação entre observador e *sertão* pode ser vista não só no interior das Minas Gerais, mas também em relação ao Brasil durante o período colonial em quatro frentes: a frente nordestina, que se volta para a exploração da cana-de-açúcar com constantes embates contra os holandeses; a nortista, voltada especificamente para a exploração da região amazônica; a sulista, tomando como ponto de referência o Rio de Janeiro até a bacia do Rio da Prata; e por fim, a frente paulista, que se insere no centro-sul do território brasileiro, acompanhando basicamente as escarpas da Serra da Mantiqueira.<sup>156</sup>

Elemento essencial no processo de intervenção desses espaços definidos como *áreas proibidas* é o surgimento do Caminho Novo no início do setecentos. É a partir dele que viria a

<sup>153</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007, p. 40-52.

<sup>154</sup> FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. **Revista Brasileira de Gestão & Desenvolvimento Regional**. Vol.4, Nº 3, p.27-48, ago, Taubaté, São Paulo, 2008, p.40.

<sup>155</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 253-270, 2003, p.256.

<sup>156</sup> *Idem*, p.257-58.

surgir o processo de ocupação e trânsito da enorme área localizada entre as minas e a faixa litorânea:

*(...) não podemos também deixar de mencionar que estas roças e pousos formados ao longo do Caminho Novo foram de importância ímpar para o processo de povoamento da Mata Mineira, uma vez que alteravam o meio ambiente por meio do trabalho, tanto para sustento próprio quanto para a comercialização, seja do espaço físico (acomodação de muares e de pessoas) seja de gêneros alimentícios (oferecidos aos transeuntes).<sup>157</sup>*

Dois são os principais meios de integração entre as Minas e outras regiões mais longínquas antes da abertura do Caminho Novo. São eles o caminho da Bahia (Dos Currais do Sertão) e o caminho de São Paulo (Caminho Velho). Excluindo-se a primeira rota, cuja integração regional não viria a ser tão expressiva para a administração colonial – em face dos interesses que a mesma possuía em relação à eminente extração aurífera; o Caminho Velho colocava-se então como a única via de acesso entre a região central mineira e as áreas mais ao sul – principalmente o Rio de Janeiro – da Colônia em finais do século XVII. Antonil assim descreve a rota do Rio de Janeiro até as Minas por ele feita na companhia do governador Artur de Sá e Menezes por volta do ano de 1703:

*Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às minas gerais (...) Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dous em Guaratinguetá, dous nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinqüenta e seis dias. E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias.<sup>158</sup>*

Dadas às dificuldades que o antigo caminho impunha à comunicação dentre as duas áreas – como a necessidade de se fazer parte do itinerário pelo mar e o longo tempo de viagem; o Caminho Novo surge como elemento dinamizador dentre as regiões ao passo que irá diminuir em mais de um terço o percurso – agora feito todo em terra firme; em relação ao Caminho Velho. Quer dizer que se o tempo gasto entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais anteriormente girava em torno de 40 dias, com a nova rota há um decréscimo para mais ou

<sup>157</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os primórdios do povoamento e da colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII*. I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2005, Juiz de Fora. **Anais do I Seminário de História Econômica e social da Zona da mata Mineira**. Juiz de Fora: Centro de Ensino superior, 2005, p.1.

<sup>158</sup> ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ªEd. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, p.87. Cópia autorizada da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

menos 12 dias, em que pesem as possíveis variações determinadas pelas condições climáticas e do viajante.<sup>159</sup>

Coube a Garcia Rodrigues Paes, filho primogênito do bandeirante Fernão Dias Paes Leme, a incumbência de abrir a rota terrestre. Sob licença obtida no ano 1698 através do mesmo governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes – que acompanharia Antonil em suas viagens anos após; o sertanista inicia a abertura da picada que tinha como marco central a Borda do Campo com a ajuda de seu cunhado, o Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca. Segundo alguns estudos, certos trechos do trajeto escolhido por Garcia Rodrigues Paes correspondiam a antigas rotas indígenas, constituídas na região há mais de dez mil anos.<sup>160</sup>

Partindo do pé da Serra, mais ou menos do ponto onde atualmente se coloca a cidade de Paraíba do Sul, Garcia Rodrigues Paes “*atacou imediatamente o serviço, tanto para o ‘hinterland’ aurífero, quanto em demanda do Rio de Janeiro, de sorte que, em fins de 1699, já era praticável por pedestres a ‘picada’ entre a Bahia de Guanabara e a Borda do Campo (actual Barbacena).*”<sup>161</sup> Ao fim de seis anos, por questões ainda não muito claras, embora o sertanista alegasse a falta de recursos, Garcia Rodrigues abandona a empresa. O trecho que iria desembocar no porto da Estrela acabou sendo modificado, de modo que a nova variante encurtaria em quatro dias o traçado original. Essa parte do traçado ficou sob responsabilidade do Sargento-Mor Bernardo Soares de Proença, provavelmente após o ano de 1711, embora não seja possível determinar com exatidão as datas de início e término do projeto.<sup>162</sup>

Fica clara a importância do Caminho Novo como elemento integrador das regiões do centro-sul do Brasil. O Vale do Rio Parahybuna – pertencente à bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; será cortado pela via de comunicação terrestre na parte sul do que viria a se constituir como a Zona da Mata mineira, e dela se beneficiará em termos econômicos e demográficos no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Tradicionalmente, a historiografia apontava os *sertões do leste* como áreas intocadas pela civilização branca, com a presença de populações autóctones extremamente hostis, os generalizadamente chamados pelos colonizadores de botocudos, o gentio antropófago e selvagem ali estabelecido. Portanto, essas interpretações fundamentadas muitas das vezes sob fontes de caráter oficial, tendem a definir

<sup>159</sup> *Idem*, p.88.

<sup>160</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.85. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 21, p.181-189, jul. 1999.

<sup>161</sup> CARVALHO, Daniel de. *O café em Minas Geraes*. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.232.

<sup>162</sup> *Idem*, p.232. ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1991.

o *sertão do leste* como uma verdadeira barreira natural que evitaria os extravios do ouro conduzido das Minas para o Rio de Janeiro.<sup>163</sup>

No entanto, é preciso relativizar a ideia de que o leste da capitania de Minas Gerais era um vazio demográfico, sem importância, durante o período colonial e a primeira metade do XIX. Primeiro, porque essa visão ignora por completo a existência de populações milenares presentes na região. Embora seja mais complexo, o estudo dos indígenas, face sua rotatividade no interior do território, e a escassez de fontes que permitiriam maiores informações sobre esses grupos, é importante reconhecer a presença dos mesmos em determinadas áreas por períodos significativos.

Um segundo ponto que não permite por completo a adoção dessa visão, diz respeito ao processo de ocupação branca na região. Quer dizer que se a administração colonial tratou de coibir quaisquer tentativas de ocupação do território no intuito de mantê-lo inacessível, não quer dizer que o apossamento de terras e a intervenção do homem branco não tenha sido possível durante o século XVIII. Alguns pontos contribuem para essa ideia de vazio demográfico até então difundida. A inexistência da criação de vilas durante o período colonial nessa parte da capitania mineira, a prática das patrulhas que percorriam os caminhos, e a criação dos registros, que funcionavam como pontos estrategicamente estabelecidos no controle do trânsito de pessoas e mercadorias, são os principais argumentos dessa visão.<sup>164</sup>

Acontece que existe uma dupla contradição na questão da ocupação do território oriental de Minas Gerais durante o setecentos. Por um lado, a política de contenção exercida por parte do governo metropolitano parece não ter funcionado efetivamente, uma vez que o apossamento de terras e o estabelecimento de pessoas se fizeram à revelia das ordenações governamentais. Por outro, a própria política governamental demonstrava-se contraditória, ao passo que existiram algumas medidas em prol do povoamento como a regularização das posses/doação de sesmarias. Entre 1710 e 1822, são concedidas cerca de 6.642 sesmarias nas Minas Gerais, num total de 4.257 léguas quadradas, cujo tamanho de cada parcela podia variar entre 60 braças e 48 léguas quadradas.<sup>165</sup> Sobre esse processo contraditório, Carneiro afirma:

*A administração metropolitana, ao mesmo tempo em que procurou vedar o povoamento do leste da Capitania de Minas Gerais, com resoluções impedindo o acesso dos colonos em virtude das possibilidades de descaminho do metal por falta de registro e vigilância em certos locais, também foi*

<sup>163</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.2.

<sup>164</sup> *Idem*, p.242. OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Op. Cit.*, 2008, p.62.

<sup>165</sup> MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste: estudo de uma região: a mata mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p.28.

*conivente com o devassamento da área, pois chegou a conceder sesmarias em paragens não povoadas, inclusive, restritas pelos próprios bandos lançados. Mas, isto possui pouca importância, pois o título de sesmaria no período colonial teve, tão somente, o papel de garantia a posses lançadas ou a terras compradas. Ao longo da ocupação da capitania, o processo predominante foi o da difusão generalizada de posses nos espaços de fronteira aberta, onde a expansão populacional interiorizou-se pelas bordas da região mineradora, independentemente dos regimentos que a proibiam.<sup>166</sup>*

Portanto, as *áreas proibidas*, termo criado no ano de 1736 pelo Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, que *proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania, tentando-se evitar extravios do ouro*<sup>167</sup>, assistiram de fato a um processo de devassamento seguido pela ocupação de determinadas áreas, seja pela posse seguida da oficialização, seja diretamente pela concessão de sesmarias. Nesse caso, a necessidade de preservação do leste da capitania mineira não fora homogênea em termos práticos, tanto que na segunda metade do século XVIII, o então governador D. Rodrigo José de Meneses determina ao intendente do ouro da comarca do Rio das Mortes, Félix Vital Nogueira, a incumbência de fiscalizar as condições de povoamento nos *sertões*, em face dos murmúrios sobre a ocupação descontrolada na região.<sup>168</sup>

Mediante a confirmação da existência desse processo de ocupação por parte de Félix Nogueira, o governo da capitania toma como principal medida a regularização das condições de povoamento com a concessão de sesmarias aos posseiros. Dessa forma, a ocupação do território passava a ser uma ferramenta de incorporação à própria lógica colonial que anteriormente buscava impedir a instauração de pessoas na região. A partir daquele momento, a distribuição de terras nas mãos de indivíduos laboriosos, promovendo as atividades das lavras e da agricultura, permitiria a cobrança de impostos, além de funcionar como rechaço a grupos marginalizados que poderiam se estabelecer naqueles espaços.<sup>169</sup> Percebe-se que há de fato uma inversão no projeto que, em primeira instância, buscava assegurar a remessa de metais preciosos de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Se a ideia central era assegurar um território impenetrável, num segundo momento será justamente a dinamização desse território que trará maiores benefícios na transposição segura de todo o ouro e diamante pertencente à metrópole.

Sobre a política de sesmarias e a legalização dessas áreas no interior da capitania de Minas Gerais, Ângelo Carrara afirma:

<sup>166</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008 p.240.

<sup>167</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.*, 2003, p.255.

<sup>168</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Op. Cit.*, 2008, p.65.

<sup>169</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.102. RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.*, 2003, p.259-264. OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. *Op. Cit.*, 2008, p.64-66.

*Antes de tudo, em Minas Gerais, as cartas de sesmaria devem ser consideradas como **garantias** a posses já lançadas ou a terras já compradas. O objetivo da política adotada pelo governo da Capitania na década de 1730 e 1740 (Ordem Régia de 14 de abril de 1738 e Bando de 13 de maio de 1738) tornando nulas todas as posses que se lançassem depois da publicação destas normas não era outro senão o de legalizar as posses. Dever-se-ia atentar de imediato para o fato de os peticionários alegarem indistintamente ora o título de primeiro povoador (o que traduzia em bom português o *ius primi occupantis*), ora o ter comprado a terra de um primeiro povoador. Em ambos os casos, o lançamento de posses estava na origem do acesso à propriedade.*<sup>170</sup>

Entre os anos de 1710 e 1735, aparecem 23 doações na antiga freguesia do Caminho Novo – de Paraíba do Sul até Carandaí, passando pela Borda do Campo; um território que abarcava boa parte do Vale do Parahybuna. Além de Domingos Rodrigues da Fonseca e Garcia Rodrigues Paes, contemplados com largas porções de terras nos anos de 1723 e 1727, respectivamente, dada a contribuição de ambos no trabalho de abertura do Caminho Novo, há outros casos de proprietários estabelecidos na região antes da concessão. Pode-se citar como um desses exemplos João Gonçalves Chaves – cuja carta sesmeira data de 1715; ao passo que o mesmo se colocava naquele espaço três anos antes de receber o título legal de sua propriedade. Já Domingos Gonçalves Ramos, estabelecido desde 1709, é contemplado com a oficialização de suas terras no ano de 1720, 11 anos após a sua chegada. Por fim, João da Silva Lopes, também é contemplado após três anos de estabelecido em 1735.<sup>171</sup>

Cabe lembrar que mesmo com o processo de regularização das propriedades conformadas pela posse ou pela compra, essas práticas regularmente ocorriam à revelia da legislação agrária vigente. Quando não, utilizavam-se meios de corromper as normas estabelecidas pelo regime de propriedade em execução. Falsos títulos de propriedade, demarcações e medições não realizadas ou desempenhadas de maneira equivocada, etc. revelam os meios de acesso a terra adotados no século XVIII.<sup>172</sup> Essas práticas ilícitas estão diretamente relacionadas à condição de domínio que certas figuras exerciam sobre determinadas regiões. Os proprietários fundiários utilizavam-se da condição de prestígio que possuíam para a anexação de terras:

*(...) potentados com grandes cabedais monopolizavam as terras entre o rio Parahybuna e a Borda do Campo como Simão Pereira, Matias Barbosa, Antônio de Araújo, capitão José de Souza, alcaide mor Tomé Correa, Azevedo, Manoel Correia, Manoel de Araújo, Bispo, Medeiros, Luís Fortes (Juiz de Fora), Antônio Moreira, Gonçalves, Queiroz etc.*<sup>173</sup>

<sup>170</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. Mariana: UFOP, 1999, p.11-12.

<sup>171</sup> *Idem*, p.36-38.

<sup>172</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.69.

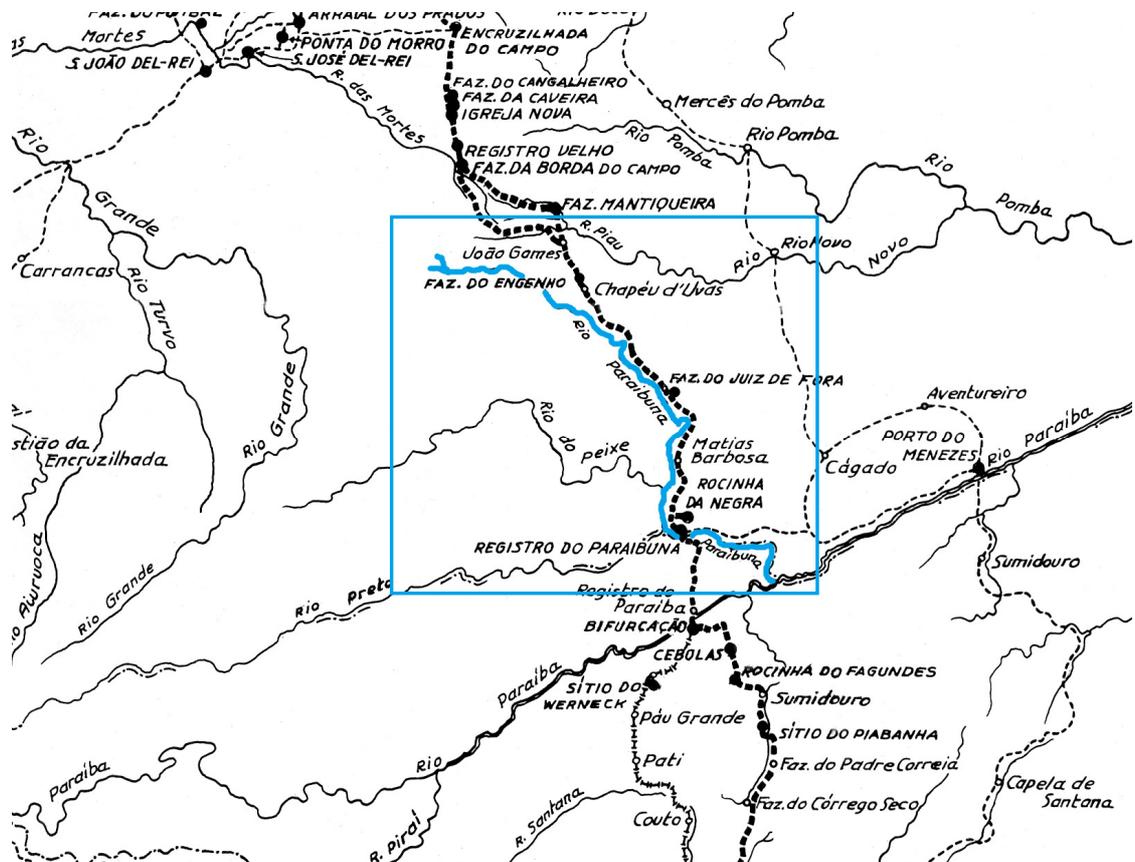
<sup>173</sup> *Idem*, p.215.

Grandes proprietários estabeleceram-se nesses territórios exercendo o domínio de amplas parcelas de terras, além do monopólio das mais variadas atividades. A mineração – possível em algumas áreas; a agricultura, assim como o tráfico de escravos, o predomínio sobre o fluxo de mercadorias e o mando local sobre os agregados, permaneciam como monopólio de indivíduos cuja influência política no interior da capitania de Minas Gerais facilitava a perpetuação desses poderes. José Aires Gomes personifica bem essa ideia, em regiões cuja presença das autoridades estatais se fazia de maneira bem restrita:

*(...) à revelia da lei, homens como Aires Gomes e vários outros potentados locais adquiriram terras e mandavam no local, como se fossem seus verdadeiros donos, comandando econômica e politicamente aquelas paragens. A apropriação das terras proibidas dos sertões da Mantiqueira é um exemplo da atuação de interesses privados na ordem pública. Seguindo o exemplo de José Aires Gomes, ao penetrar nas áreas vedadas, cultivar arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, entre outros produtos, além de criar gado vacum, “povos” foram “furtivamente” introduzindo-se naquelas paragens. Essa população pobre, muitas vezes tangida pelo refluxo do ouro, desenvolvia e estimulava constantemente a produção agrícola local e a procura por terras.<sup>174</sup>*

### Mapa 01

#### Vale do Parahybuna



Apud: BARREIROS, Eduardo Canabrava. Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. 2ªEd. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. In: RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.*, 2003, p.261.

<sup>174</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.*, 2003, p.265.

Exemplo dessa rede de prestígio social e domínio econômico nos sertões é a prática da concessão de mais de uma sesmária a determinados indivíduos, o que era expressamente proibido segundo a legislação:

*Manuel do Valle Amado teria recebido 19 sesmarias, além de outras para seus irmãos. Da mesma forma, Garcia Rodrigues Paes teria recebido 4 sesmarias como prêmio por ter aberto o Caminho Novo. José Ignácio Nogueira da Gama possuía cerca de 17 sesmarias, e Manoel Jacinto Nogueira da Gama, possuía cerca de 12 léguas de terras que iam do Vale do Paraíba fluminense à Zona da Mata. (...) A posse ou domínio da terra pelas elites provenientes das zonas de ocupação mais antigas, envolvidas com o mercado interno mineiro, é que promoveu a ocupação da área sul da Mata, pelo regime de grande propriedade.<sup>175</sup>*

Percebe-se que a constituição da região até pelo menos a primeira metade do século XIX foi permeada pela instabilidade e dinâmica dos seus distintos processos de ocupação.<sup>176</sup> O apossamento, a usurpação de terras indígenas e públicas, a política de aldeamento, etc. funcionaram como elementos diferenciados aos interesses da colônia ou de pessoas de prestígio assentadas naquelas áreas. Em que pesem esses fatores conformadores de seu território, acredita-se que o que dará homogeneidade à Mata enquanto espaço político e econômico, é a linha de expansão da cafeicultura, que seguirá no sentido sul-norte a partir da segunda metade do XIX.<sup>177</sup> Quer dizer que apesar da presença de alguns grupos estabelecidos desde o século XVIII, e a contradição sobre o movimento de contenção de pessoas no seu interior, a *ocupação efetiva* do território se dará somente na segunda metade do século XIX.

Portanto, a região da Zona da Mata só irá se conformar enquanto tal somente nas cinco últimas décadas do oitocentos, uma vez que a modificação recíproca entre o homem e a natureza, o *metabolismo* social, acontece de forma tal a estabelecer uma identidade à região capaz de diferenciá-la profundamente das demais no interior das Minas Gerais. Entendendo que uma região não *deve ser fruto não de atribuições “naturais” em exclusivo, mas da interação desta dimensão com a produção/percepção do espaço*<sup>178</sup>, pode-se afirmar que aquela área que viria formar a Zona da Mata ainda não apresentava as características suficientes para se estabelecer. É preciso esclarecer que a denominação regional *Zona da Mata* para o período anterior a 1850 trata-se de uma divisão anacrônica, considerando os critérios aqui estabelecidos em relação à transformação do meio socialmente constituído.

<sup>175</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Op. Cit.*, 2005, p.46.

<sup>176</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, Ed. PUC Minas, 2008, p.17.

<sup>177</sup> VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, 1958, p.29. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, p.36-37.

<sup>178</sup> CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antonio de. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005, p.8.

Se o caráter conformador da Zona da Mata mineira se converge de maneira direta ao advento da cafeicultura, é preciso antes disso, estabelecer em que condições o então espaço físico e futuro espaço social se encontrava na primeira parte da centúria. Para tanto, esse espaço será chamado ao longo desse capítulo de Vale do Parahybuna, considerado como a zona pioneira da produção em larga escala da rubiácea em Minas Gerais.

## 2.2 – A produção

O momento compreendido entre o início da queda de extração aurífera – tributária da segunda metade do século XVIII; e a primeira metade da centúria seguinte, é permeado por uma conjuntura de profundas transformações socioeconômicas no interior da capitania de Minas Gerais. Trata-se do movimento secular assistido em praticamente todo o território mineiro, denominado como *acomodação evolutiva*.<sup>179</sup> Ou seja, com o refluxo de sua principal atividade econômica, a Capitania e futura Província passa por um lento processo de rearranjo interno, cujas principais transformações viriam a atingir intimamente aspectos como a demografia, a ocupação do solo, e as dinâmicas de produção e do trabalho, assentadas fortemente no regime escravista de produção.

A pesquisadora Carla Almeida desenvolve essa ideia originalmente elaborada por Douglas Libby, acrescentando uma subdivisão dentro desse secular processo de transformação em três momentos distintos. Primeiro, entre as décadas de 1750 e 1770, quando se estabelece o auge minerador. Aqui pouco se modificou a estrutura produtiva da capitania, uma vez que a queda abrupta da extração aurífera só viria a ocorrer no final desse período. Em um segundo momento, ocorrido entre os decênios de 1780 e 1810, já é possível perceber que a mineração deixa de ser a principal atividade econômica da capitania, substituída pela agricultura e pecuária, tributárias do processo de diversificação das unidades produtivas mineiras. Já o último sub-período estabelecido pela autora, correspondente às décadas de 1820 a 1850, é marcado pelo crescimento da dinâmica produtiva, quando se consolida o surgimento de mercados voltados para fora do espaço mineiro.<sup>180</sup>

De maneira análoga, os pesquisadores João Fragoso e Manolo Florentino desenvolvem a noção de *colonial tardio*, entre meados do XVIII e início do XIX, entendida pelos autores como um incremento da *forma tradicional da riqueza colonial, a agricultura de exportação*, cujo processo de desenvolvera internamente:

(...) entende-se aqui uma época marcada não tanto por uma recuperação econômica, mas principalmente um período de consolidação de novas formas de acumulação do Sudeste-Sul escravista, formas essas coincidentes com o domínio do capital mercantil e, pois, com a hegemonia de uma nova elite econômica.<sup>181</sup>

<sup>179</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>180</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial*. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p.137-160, 2005, p.154.

<sup>181</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.84.

Voltando ao caso mineiro de maneira específica, em termos demográficos a transformação se dá pela enorme dispersão populacional, que tinha como ponto de referência as regiões centrais do ouro. Segundo Carrara, esse processo ocorreu como *ondas provocadas pela queda de uma pedra num lago, a fronteira avançou desde os primeiros anos da ocupação territorial nos fins do século XVII a partir dos núcleos mineradores originais*.<sup>182</sup> A mobilidade espacial representava nesse caso, tanto para os mais quanto para os menos abastados, um recurso importante diante as transformações conjunturais ocorridas no interior da capitania.<sup>183</sup> Somando-se a isso a existência de uma ampla fronteira aberta, com baixos níveis de densidade demográfica, ocorrera então uma significativa transferência de pessoas.

A grande área mais ao sul da capitania de Minas Gerais, representada pela antiga Comarca do Rio das Mortes, foi quem de fato se colocou na vanguarda das transformações ocorridas no período. Posto que na virada para o século XIX Minas Gerais inverte a lógica de seu processo pioneiro, ou seja, o da urbanização afluyente da fundação de distritos auríferos e suas áreas anexas, a parte meridional da capitania assiste ao processo de ruralização.<sup>184</sup> Quer dizer que a estagnação/decadência desses antigos distritos mineradores é acompanhada pela dinamização de um grande espaço voltado para atividades agropastoris, numa conjuntura de crescimento dos mercados localizados em regiões próximas, como o Rio de Janeiro.

*Freguesias até então extremamente produtivas e em constante crescimento, deram lugar a outras que até a bem pouco tempo possuíam reduzido número de habitantes e menor interesse econômico, fosse para a coroa, ou para os habitantes das Minas. Assim, o peso das quatro comarcas da capitania também se alterou sensivelmente, tanto em termos da proporção da população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial. Vila Rica que fora até então dominante cede lugar para a Comarca do Rio das Mortes que passa a concentrar a maior parte da população livre, da mão-de-obra escrava e da geração de recursos. Em menor proporção, esse mesmo movimento de rearticulação interna da população e da produção na capitania de Minas, também se manifestou no interior das comarcas e dos termos, quando algumas localidades até então inexpressivas passaram a ter grande importância para a economia local. Foi este o caso de muitas localidades do Sul de Minas e da Zona da Mata.*<sup>185</sup>

A evolução da economia mineira – enquanto um processo secular perante as adversidades decorridas do declínio acentuado da sua principal atividade econômica; vem sendo estudada através de uma documentação de caráter fiscal de suma importância para a compreensão do período colonial: as listas de dízimos. Os lançamentos trienais sobre o valor da produção mercantilizada das unidades rurais podem nesse ponto revelar a dinâmica agrária

<sup>182</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, 1999, p. 14.

<sup>183</sup> MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998, p.29.

<sup>184</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.156.

<sup>185</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.*, 2005, p.157.

de determinadas regiões. Administrados pela Provedoria de Minas Gerais a partir de 1715, e extintos somente no ano de 1835, os registros que atualmente estão sob custódia do Arquivo Público Mineiro, ao lado de outras fontes de caráter fiscal, apontam o vertiginoso crescimento das freguesias do sul de Minas Gerais em relação as mais ao norte:

*Entre 1750 e 1807, todas as freguesias das zonas mineradoras cujos dados são mais completos experimentaram acentuadíssima queda de produção agrária, derivada da queda do nível de mercantilização provocada pela escassez de ouro (...) Por outro lado, as freguesias da Comarca do Rio das Mortes (à exceção de Prados), estabilizaram-se. As regiões da fronteira oriental, como Cuieté e Rio Piracicaba, não têm seus dízimos aumentados, mesmo com suas populações em crescimento intenso, dado que eram predominantemente camponesas. É, contudo, nas freguesias ao sul da Capitania que vamos encontrar o crescimento mais acentuado, desde a metade do século XVIII, o que revela a articulação precoce com o mercado do Rio de Janeiro. Dízimos, a entrada de mercadorias pelo Registro da Mantiqueira, principalmente, e o quadro de exportação de gêneros pelo mesmo Registro, a partir de 1801, explicam essa articulação. Os dados disponíveis para os dízimos a partir de 1808 demonstram a acentuação das tendências anteriores: redução da produção rural nas freguesias mineradoras originais, e crescimento nas freguesias produtoras de gêneros que estabeleciam a articulação com mercados internos e principalmente externos.*<sup>186</sup>

Mais especificamente, no Vale do Parahybuna, área cortada pelo Caminho Novo que conformará mais tardiamente o espaço sul da Zona da Mata, a agricultura mercantil de subsistência pode ser apreendida não só pelos dízimos, mas também pelos relatos de viajantes – em que pesem os elementos de configuração sobre a impressão desses estrangeiros em determinadas aspectos. A começar por esses relatos, segundo o levantamento feito por Paiva e Godoy, grande parte dos viajantes que passaram pelo Caminho Novo deixou fortes inferências sobre o engajamento da região em atividades agrícolas.<sup>187</sup> Antonil, o primeiro deles a transitar por essas áreas, chama atenção para a existência de *roças e ranchos*:

*Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros; e da parte d'além, está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias. Daqui se passa ao rio Paraíba, em duas jornadas, a primeira no mato, e a segunda no porto, onde há roçaria e venda importante e ranchos para os passageiros de uma e outra parte. É este rio pouco menos caudaloso que o Paraíba; passa-se em canoa.*<sup>188</sup>

Já no século XIX, exatamente após 100 anos da publicação da obra de Antonil, o Barão Eschwege dá suas impressões sobre a região. Mesmo que preocupado em analisar as formações geológicas das localidades por onde passava, Eschwege deixa referências explícitas quanto ao cultivo do café e da cana-de-açúcar, destacando a grande quantidade de

<sup>186</sup> CARRARA, Ângelo. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais – Séculos XVIII-XIX*. Op. Cit., 1999, p.74.

<sup>187</sup> PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit., 2002, p.19-31.

<sup>188</sup> ANTONIL, André João. Op. Cit., 1982, p.87-88.

matas virgens disponíveis naquele momento. Já o comerciante inglês John Mawe, no ano de 1809, não revela muito mais que seus antecessores apesar do maior interesse em descrever o Registro de Mathias Barbosa. Além de apontar um *território cheio de matas*, composto de *belos terrenos próprios para cultura e pastagens*, o autor destaca uma esparsa demografia. Aspecto que chama atenção na sua obra, assim como na dos também comerciantes John Luccock (1817) e Johann Emanuel Pohl (1817) – o primeiro inglês e o segundo austríaco; é uma aparente decadência da região, com construções em ruínas e propriedades desprovidas de maior zelo. No entanto, apontam também que na parte além do Parahybuna, vê-se *bela plantação, muito pitoresca e aprazivelmente situada, com amplos caminhos abertos*.<sup>189</sup>

Em sua estadia no Brasil entre 1816 e 1822, Auguste de Saint-Hilaire, reconhecido naturalista francês, passa pela região e apresenta um dos relatos mais completos sobre o Caminho Novo. Na antiga propriedade do Juiz de Fora, um dos núcleos do que seria posteriormente a cidade homônima, o autor registra um aparente crescimento após 1808:

*Outrora não compreendia senão o pequeno número de casas situadas sobre a beira do caminho; mas, com a chegada do rei João VI ao Rio de Janeiro, recebeu um crescimento de população bastante considerável. Mais de quatrocentos homens livres, com outros tantos escravos, vieram se estabelecer aí, pelas vantagens que oferece a vizinhança da capital, e a de não pagar nenhum direito residindo além do registro de Matias Barbosa.*<sup>190</sup>

Por fim, José Raimundo da Cunha Mattos (1832-35), português erradicado no Brasil, e o inglês Charles James Fox Bunburry, que passara pela região em abril do ano de 1835, também citam a existência dos *ranchos, vendas e plantações* os quais puderam observar, com evidências mais diretas ao cultivo da cana-de-açúcar.<sup>191</sup> Já outros transeuntes como o prussiano Hermann Burmeister (1850), o reconhecido viajante inglês Richard Burton (1867) e o francês Louis Agassiz (1865-67), também passaram pela região. Contudo, suas impressões apontam outros elementos do espaço que começara a se transformar com a introdução da cafeicultura, uma vez que todas as suas contribuições referem-se à segunda metade do século.

Já em relação aos dízimos avençados na antiga freguesia do Caminho Novo, é possível obter algumas informações sobre a dinâmica produtiva de boa parte do espaço que posteriormente viria a ser o sul da Zona da Mata. Os dados revelam uma forte concentração de terras, oriunda a princípio do processo de ocupação destacado na seção anterior, além de altos índices de mercantilização. No triênio 1741-43, com apenas 19 propriedades

<sup>189</sup> BASTOS, Wilson de Lima (ORG.). **Caminho Novo, Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1993, p.33-38.

<sup>190</sup> *Idem*, p.44.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p.55-64.

contribuintes, a freguesia do Caminho Novo pagou aproximadamente 943\$200 réis, o equivalente a 49\$642 réis para cada unidade, o valor per capita mais elevado dentre todas as freguesias da capitania de Minas Gerais.<sup>192</sup> Outra freguesia destacadamente importante na produção de gêneros<sup>193</sup>, São João Del Rei, embora obtenha para o mesmo período o maior valor pago por uma freguesia na Comarca do Rio das Mortes (4:231\$200), cada lavrador fora avençado em 10\$473 réis.<sup>194</sup> O valor per capita pago pela freguesia do Caminho Novo representava cerca de mais de 30% em relação ao segundo maior valor pago para uma freguesia – Itabira, na Comarca do Rio das Velhas – entre os anos de 1765 e 1768, além de representar mais de 60% em relação aos dízimos pagos na capitania de Minas Gerais no mesmo período (Quadro 03).<sup>195</sup>

Sobre o processo de produção na Zona da Mata mineira entre os séculos XVIII e XIX, Fernando Lamas afirma:

*(...) acreditamos que a Zona da Mata Mineira, apesar de ainda não possuir esta designação, pode ser considerada mais do que uma mera área de interligação entre as Gerais e a capitania do Rio de Janeiro no século XVIII, pois já existia uma atividade econômica que a diferenciava da região mineradora, isto é, a atividade agrícola. É bem verdade que a atividade agrícola e a atividade mercantil eram ainda muito incipientes se comparadas à região mineradora. Contudo, foi em torno desses pequenos núcleos que se desenvolveram, no século XIX, cidades como Juiz de Fora e Matias Barbosa. Logo, ignorar a presença daquele tipo de atividade econômica assim como a relevância destas para o povoamento e a conseqüente colonização da área é, em nosso entendimento, ignorar as raízes que caracterizam essencialmente qualquer tipo de povoamento e de colonização.*<sup>196</sup>

### Quadro 03

#### Dízimos das Freguesias da Comarca do Rio das Mortes (1741-1828)

FREGUESIAS	1741-3		1784-6		1805-7		1826-8	
	NL	VAA	NL	VAA	NL	VAA	NL	VAA
São João Del Rei	404	4:231.2	695	4:112.6	-	-	560	4:469.3
Caminho Novo	19	943.2	-	697.92	-	-	163	2:589.5
Itaverava	184	1:689.6	-	2:274.6	-	-	196	2:258.6
São José	216	1:843.2	398	2:665.8	-	-	349	3:015.9
Borda do Campo	181	1:966.8	394	2:877.6	-	-	704	7:698.3
Prados	163	2:122.8	159	1:601	217	1:686	304	2:682.7

NL: Nº de lavradores; VAA: Valor, em mil réis, do ajuste anual.

Apud: CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, p.76.

<sup>192</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, 1999, p.76.

<sup>193</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>194</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, 1999, p.76.

<sup>195</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.*, 2005, p.149.

<sup>196</sup> LAMAS, Fernando Gaudereto. *Op. Cit.*, 2005, p.2.

De acordo com Douglas Libby, a futura Zona da Mata mineira encontrava-se firmemente inserida em um modelo econômico dinâmico durante a primeira metade do oitocentos. A afirmativa do pesquisador norte-americano se fundamenta no fato de que havia naquele momento uma porcentagem significativa de escravos antes da introdução efetiva da cafeicultura. Portanto, era o setor mercantilizado da agricultura o único capaz de agregar mão-de-obra naquele momento, posto que não existia outra atividade economicamente mais rentável na região, a não ser a própria agricultura dos gêneros:

*(...) a Mata já se encontrava firmemente engajada na agricultura mercantil de subsistência antes da chegada do café. Isso, alias, explicaria a tradição da auto-suficiência das fazendas de café da região ao longo da segunda metade do século passado (...) Ademais, esse achado também indicaria que, embora o mercado-alvo dos excedentes produzidos na Zona da Mata na década de 1830 provavelmente fosse a cidade do Rio de Janeiro, a região não deveria estar ausente da rede de abastecimento dos núcleos mineradores no século XVIII, especialmente dada sua proximidade de boa parte desse mercado. Mais importante ainda é constatar que, com seu considerável plantel de escravos, a Zona da Mata estava apta a absorver o surto da cafeicultura, cuja chegada não tardaria.<sup>197</sup>*

Na primeira metade do século XIX, essa tendência de acentuação das diferenças entre novas freguesias, mais dinâmicas produtivamente em relação aos espaços historicamente ligados à extração de metais preciosos tende a continuar. Figuras como José Inácio Nogueira da Gama – *a mais acabada personificação da categoria econômica do grande proprietário fundiário escravista*; e José Marques, representam a base na qual a futura região da Zona da Mata viria a se conformar. O primeiro, que pagara cerca de 100\$000 anuais no triênio 1816-1818 seguido do fazendeiro Paulo Alves Martins (71\$333), pagou o referente à 1:037\$600 do dízimo em 1826. Já o segundo, é avençado no valor de 435\$958 pagos no mesmo ano.<sup>198</sup> É nesse contexto de expansão mercantil que localidades matenses como Engenho do Mato, Simão Pereira, Mathias Barbosa e Santo Antonio do Parahybuna vão se destacando no decorrer da centúria.

Para além dos dízimos e as inúmeras inferências sobre as atividades econômicas encontradas nos relatos de viajantes e outras fontes tais como os registros de passagem, relatórios de presidente de província, etc. os inventários *post-mortem* se revelam como uma ferramenta importante para o pesquisador. Embora os dados sobre a produção agrária presentes nessa documentação cartorária sejam bastante generalizantes para a primeira metade do século XIX, é possível fazer um exercício em se apreender os principais elementos da dinâmica de produção das unidades rurais.

<sup>197</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Op.Cit.*, 1988, p.48.

<sup>198</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, 1999, p.79.

E é com bases nos dados pesquisados nos inventários de Santo Antonio do Parahybuna entre os anos de 1830 e 1854 que poderá ser feita uma breve consideração sobre a economia local, privilegiando os aspectos da dinâmica produtiva que puderam ser observados. Em que pesem as recorrentes divisões administrativas e variações do território de comarcas, vilas, distritos, etc., comumente ocorridas no início do oitocentos mineiro, a documentação pesquisada corresponde sumariamente a localidades do Vale do Rio Parahybuna como Simão Pereira, Engenho do Mato, São Francisco de Paula, além do próprio distrito Santo Antonio do Parahybuna, pertencente ao termo de Barbacena e elevado à categoria de vila em 31 de maio de 1850 através da lei provincial nº 472, instalada posteriormente como cidade em setembro do ano de 1856.<sup>199</sup>

A existência de benfeitorias no interior de uma determinada propriedade *permite a identificação de sua capacidade produtiva*.<sup>200</sup> Desse modo, a recorrência de paióis, moinhos, monjolos, engenhos e demais itens capazes de transformar de alguma forma os frutos da atividade agrária demonstrou-se diversificada. Embora em muitos casos apareça a descrição *benfeitoria(s)* junto ao valor nominal, sem o detalhamento dos itens que a(s) compõe(m), foi possível registrar os elementos mais recorrentes.

#### **Quadro 04**

##### **Principais Benfeitorias (1830-1854)**

<b>BENFEITORIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
<b>Moinho</b>	45	32,60
<b>Paiol</b>	37	26,81
<b>Monjolo</b>	33	23,91
<b>Engenho</b>	23	16,66
<b>TOTAL</b>	138	100,0

Apud: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

De um universo de 118 inventários entre 1830 e 1854, o maior número de ocorrências de benfeitorias corresponde aos moinhos: 45 ou quase um terço das quatro mais recorrentes. Vêm em seguida os paióis (37), os monjolos (33), e os engenhos, com 23 (Quadro 04). O número de senzalas, dezesseis unidades, as coloca como a quinta benfeitoria mais recorrente nas unidades rurais. Apenas seis vezes aparecem os chiqueiros e quatro vezes os alambiques. Os engenhos de socar café, somando seis unidades, revelam a pouca expressividade da

<sup>199</sup> ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. 3ªEd. Juiz de Fora: Funalfa, 2008, p.54-58.

<sup>200</sup> GUIMARÃES, Elione. *Benfeitoria*. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.58.

cafeicultura naquele momento. Já as ferramentas de trabalho, correspondem basicamente aos instrumentos como a enxada, a foice e o machado, não destoando do modelo de baixo nível técnico característico do sistema extensivo. Ainda, não foi encontrada qualquer referência ao arado ou outros instrumentos mais elaborados no trato da lavoura. Percebeu-se também a existência de algumas poucas atividades de transformação, representadas pelas olarias (2), teares (5) e tendas de ferreiro (10).

Quanto à produção de gêneros agrícolas, a maior incidência recaiu sobre o milho. As características do produto, cujas qualidades nutricionais poderiam ao mesmo tempo suprir as dietas humana e animal – aliadas as facilidades de cultivo – levam a crer na preferência dos proprietários por esse cereal. À ampla propagação do milho, segue-se o cultivo de outros gêneros comumente difundidos nas propriedades rurais mineiras. Primeiro, aparece o arroz como o produto mais cultivado no Vale do Parahybuna, seguido do feijão. São esses os três principais e praticamente os únicos gêneros agrícolas encontrados com maior frequência na documentação, donde um quarto elemento de menor expressão também foi observado, embora mais escasso: a cana-de-açúcar.

Deve-se compreender que a dinâmica agrária do Vale do Parahybuna está firmemente ancorada na diversificação das unidades rurais pelo menos até o fim da primeira metade do século XIX, quando a cultura cafeeira ainda não tinha se instaurado de maneira significativa na região. Aliás, essa parece ter sido a tônica da Capitania/Província durante o período em foco, pois a propriedade rural mineira, sobretudo as maiores, poderia ser assim descrita de acordo com Paiva e Godoy:

*(...) caracterizava-se por pauta produtiva diversificada, inclinava-se para a mais ampla auto-suficiência, para a menor dependência possível de fatores externos e para a maior flexibilidade na alocação de seus fatores produtivos. Propendia, portanto, a complexificação da agenda agrícola, a expansão dos investimentos no sentido de alargar a capacidade de beneficiar e transformar sua produção da agricultura e pecuária, a formação de mão-de-obra apta ao desempenho de múltiplas atividades e, ao mesmo tempo, capaz de atender às necessidades impostas por tarefas especializadas, a progressiva incorporação de atividades subsidiárias que reduziam a dependência de importações e intermediários e a adaptação do consumo interno às restrições que o isolamento e o nível reduzido de capitalização impunham. A eleição de produto ou produtos orientados para mercados externos, determinada pela combinação da influência de fatores naturais com aspectos mercadológicos, sempre processava-se em regime de semi-especialização.*<sup>201</sup>

A miríade de atividades dessa estrutura produtiva diversificada não excluía a capacidade de produção das unidades rurais, ao contrário, tornava-se uma ferramenta importante de acesso aos mercados. Dentro desse processo de diversificação, surge nos meios

---

<sup>201</sup> PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Op.Cit.*, 2002, p.33-34.

institucionais a pauta sobre a cultura do chá. Os relatórios de Presidente de Província da primeira metade do século XIX insistem na questão do plantio do produto, que se tornaria segundo seus defensores a principal atividade agrícola de Minas Gerais diante os mercados exteriores, ou seja, para fora da Província mineira:

*A rapidez com que nas províncias do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo se vae estendendo o plantio e fabrico do chá, he um indicio manifesto da acceitação que elle tem tido no mercado, e huma razão sufficiente para concebermos esperanças muito lisonjeiras sobre o progresso dessa industria nascente.*<sup>202</sup>

A própria criação de um Jardim Botânico em Minas Gerais perpassa a ideia de se desenvolver ao máximo as condições para a ascensão do produto. Segundo os representantes oficiais da Província mineira, o chá poderia levá-la a um *grao de prosperidade incalculavel*<sup>203</sup>, pois a cultura não deixaria dúvidas sobre as *immensas vantagens que ella hade traser á provincia.*<sup>204</sup> Apesar dos esforços por parte dos órgãos governamentais no incentivo da cultura do chá, em termos práticos, o cultivo do produto não avançou na mesma proporção desejada. As intempéries do clima, o baixo consumo nos mercados fora da Província e o baixo preço do chá foram, segundo os próprios agentes governamentais, os principais empecilhos ao seu desenvolvimento.<sup>205</sup>

Diante o processo de diversificação verificado nas unidades rurais mineiras, e as tentativas frustradas de implantação de culturas alienígenas, um produto vai aos poucos se destacando no interior da Província. Trata-se do café, que transformará profundamente a paisagem agrária nas áreas em que se desenvolveu. Muitas são as referências sobre as primeiras localidades responsáveis pelo cultivo do café nas Minas Gerais ainda no alvorecer do oitocentos. As plantações da rubiácea no entorno dos centros de mineração, como Mariana, Ouro Preto e São João Del Rei são citadas como as pioneiras em alguns casos.<sup>206</sup> Também em terras de planalto, há referências sobre o pioneirismo da planta em Barbacena.<sup>207</sup> Há também

<sup>202</sup> CARVALHO, Daniel de. *O café em Minas Geraes*. In: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, p.219.

<sup>203</sup> **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1846 pelo Presidente da Província José da Silva.** S/Id., p.17.

<sup>204</sup> **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1847 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva.** Ouro Preto: Typ. Imparcial, de B. X. Pinto de Sousa, 1847, p.30.

<sup>205</sup> **Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinária de 1851 o doutor José Ricardo de Sá Rego, presidente da mesma provincia.** Ouro Preto: Typographia Social, 1851, p.22-23.

<sup>206</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.41-42.

<sup>207</sup> MAGALHÃES, Hildebrando de. *Subsidios para a historia do café em Minas Geraes*. SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.340.

a suposição de que o café tenha adentrado em Minas Gerais através da fronteira com o Rio de Janeiro, cujo pioneirismo seria de localidades como Além Paraíba, Mar de Espanha, Mathias Barbosa, ou Juiz de Fora.<sup>208</sup> Contudo, esses primeiros ensaios da cafeicultura na primeira metade do século XIX, eram em sua maioria pouco expressivos, ao passo que essas ‘*roças de café*’ representavam pequenas explorações de chacara ou quintal.<sup>209</sup>

Em que pesem as discussões sobre quais seriam as primeiras localidades responsáveis no cultivo da planta, percebe-se que uma região da Província de Minas Gerais ganha destaque na produção do café. A parte sul do que viria a se conformar como Zona da Mata, principalmente, vai incorporando no decorrer das primeiras décadas do século XIX o papel de região precursora do café, ao passo que seria nesse espaço que a cultura da rubiácea seria desenvolvida em larga escala nas unidades rurais:

*A diversificação da produção agrícola deve ter sido a base para aqueles que viriam a ser os maiores produtores de café (...) Lembremo-nos que num primeiro momento, nos arredores daquele que viria a se tornar o Distrito e depois município de Juiz de Fora, se estabeleceu um núcleo fornecedor de produtos de primeira necessidade, bem como de pouso para os tropeiros que se utilizaram daquela estrada. Muitos daqueles homens e mulheres, como os das famílias Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage, sem dúvida, tiveram a origem de suas fortunas ligadas à diversificação de atividades. Fossem agrícolas, comerciais ou usurárias elas garantiram o capital para o início de seu enriquecimento por meio da lavoura cafeeira. Todavia, é preciso reter que, na maioria das vezes, não houve por parte daqueles indivíduos o abandono imediato dessas atividades que lhes propiciaram o suporte financeiro para se dedicar à produção daquela rubiácea mesmo porque não sabiam que o café seria tão lucrativo.<sup>210</sup>*

É possível perceber a ascensão do produto na primeira metade do século XIX, de acordo com os dados levantados pelo Barão Eschwege. Enquanto em 1818 Minas Gerais exporta 9.739 arrobas de café, dez anos após a Província mineira chega a exportar o equivalente a 81.400 arrobas da rubiácea, um crescimento na ordem de 735%. Em 1839 são 243.473 arrobas – cujo percentual de crescimento em relação ao decênio anterior chega a 300%; cifra essa mais do que triplicada no ano de 1850, quando a produção cafeeira alcança 900.597 arrobas.<sup>211</sup> Diante o quadro de crescimento da lavoura cafeeira, percebe-se que o Vale do Parahybuna é de fato o espaço onde a rubiácea se desenvolverá de maneira predominante na Província de Minas Gerais durante o século XIX, sendo que a região sul-

<sup>208</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.340.

<sup>209</sup> CORTES, Oscar Teixeira de Figueiredo. *Além Parahyba no Bicentenario do Café*. SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.380.

<sup>210</sup> FREIRE, Jonis. *Op. Cit.*, 2009, p.52.

<sup>211</sup> GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980, p.28-30.

mineira, segunda produtora, não ultrapassa sequer a proporção de 0,2% do café ali produzido até o final da década de 1860 (Quadro 05<sup>212</sup>).

### Quadro 05

#### Composição regional das exportações de café (1818-1851)

ANO	ZONA DA MATA	ZONA SUL	RESTO DA PROV.
1818-19	99,7	0,0	0,3
1842-43	99,9	0,1	-
1844-45	100,0	0,0	-
1847-48	99,8	0,2	-
1850-51	99,8	0,2	-
1867-68	99,7	0,2	-

Apud: MARTINS, Roberto. *Op. Cit.*, 1980, p.17.

A primeira metade do século XIX se caracteriza pela chegada de grupos de proprietários ligados a diversas atividades mercantis da extinta capitania de Minas Gerais. Enquanto boa parte dos proprietários que se estabeleceram na região do Vale do Paraíba fluminense era oriunda das zonas mineradoras centrais como Mariana e Vila Rica, os novos habitantes da Zona da Mata mineira provinham de localidades do Campo das Vertentes, principalmente do termo de Barbacena. Tal processo corresponde ao já citado momento de dispersão populacional e rearranjo econômico ocorrido após o declínio da mineração. Famílias de prestígio provenientes dessas regiões como os Monteiro de Barros, Dias Tostes, Ferreira Armond, Paula Lima, etc. são as responsáveis pela formação de um núcleo agrário-exportador no sul da Zona da Mata<sup>213</sup>:

*O crescimento da agropecuária de caráter exclusivamente mercantil, comandada pelos parentes e pela elite oriunda dos Termos de São João Del Rey e Barbacena, era consequência inevitável. Bem como o direcionamento, a partir das duas primeiras décadas do oitocentos, dos excedentes da economia mercantil de alimentos para a atividade agroexportadora do café: principal alternativa econômica lucrativa, capaz de proporcionar o tão almejado status de grande proprietário de terras e de escravos. O novo núcleo agrário formado no sul da Mata esteve comandado por poucas famílias, proprietárias de pés de café, terras e escravos.*<sup>214</sup>

<sup>212</sup> Embora o autor do quadro em questão tenha se referido ao espaço como “Zona da Mata” no período em que ela sequer estava constituída, como vem sendo demonstrado ao longo desse capítulo, os dados nele arrolados são representativos, portanto, do processo de ascensão da cafeicultura em sua proporção relativa às futuras áreas com as devidas denominações.

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Op. Cit.*, 2005, p.250, p.273-74.

<sup>214</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Op. Cit.*, 2008, p.236.

Segundo Celso Furtado, a *economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial*, cujos grupos dominantes utilizariam de seu poderio econômico e político para a aquisição de terras, mão-de-obra, e melhorias no setor de transportes.<sup>215</sup> Contudo, mais do que a própria montagem da cafeicultura local e a distinção dos atores envolvidos no novo negócio, o que interessa aqui é determinar quando a Zona da Mata mineira se insere de fato no mercado internacional dessa *commodity*. Refletindo sobre os limites cronológicos da produção mineira de café, em face às especificidades do sistema agrário no qual esteve inserida, descritos em capítulo anterior, será possível determinar esse momento, além de diferenciá-lo dos momentos de inclusão de São Paulo, e principalmente do Rio de Janeiro no mercado mundial do produto.

Com base nos inventários correspondentes ao período de 1830 a 1854, verifica-se em que medida a cafeicultura esteve presente no Vale do Parahybuna, zona pioneira do café mineiro. As unidades agrícolas comprometidas de alguma forma com a produção cafeeira corresponderam a aproximadamente 33% das propriedades levantadas, ao passo que mais da metade destas tiveram como data de abertura os processos posteriores a 1850, ou seja, o quinquênio 1850-54. Ainda, a massiva maioria delas está de alguma forma relacionada a atividades agrícolas que não o cultivo do café. É possível afirmar que a referência a outras culturas ou a benfeitorias destinadas ao processamento dos mais variados gêneros agrícolas está presente em quase toda a documentação, mesmo considerando o número de processos com informações comprometidas ou sem nenhuma informação.

Esse se torna um ponto que indica o processo de diversificação econômica engendrado no interior das propriedades rurais, tanto como forma de garantir a subsistência da propriedade – da família, agregados, escravos, etc.; tanto quanto forma de acesso ao mercado de gêneros. No que diz respeito à fase de amadurecimento da cultura cafeeira na região, embora a grande maioria dos cafezais não possua sua idade descrita nos inventários, é possível notar a presença de cultivos denominados como *velho(s)* nas descrições feitas pelos louvados ainda na primeira metade do século XIX. Mesmo assim, nota-se que a descrição de cafezais com a alcunha *novo(s)* até os sete anos, tende a configurar a natureza incipiente da lavoura cafeeira na região (Gráficos 01 e 02).

Excluindo os cafeeiros que não possuem informações sobre o ano de plantio, o predomínio de cafezais novos é revelador dessa fase inicial da cafeicultura, pois os cafezais

---

<sup>215</sup> FURTADO, Celso. *Op. Cit.*, 2003, p.89.

novos, isso é, até os cinco anos de idade, demonstram-se bem superiores às árvores da rubiácea com idade acima desse número. Ainda, não se verificou a presença de cafezais com mais de doze anos de idade, a não serem aqueles com a denominação *velho(s)*. A alta representatividade desses, revelada pelo gráfico, explica-se pelo fato de que mais de 83% deles referem-se a uma única propriedade. Trata-se das posses do falecido Antonio Bernardino de Barros, compostas de senzalas e engenho de socar café, dentre outras benfeitorias. Com a quantia de 8.988 arrobas de café seco, o proprietário ainda contava com 120 alqueires de arroz e 80 alqueires de feijão à época de seu falecimento no ano de 1850.<sup>216</sup> Casos como os de Bernardino são incomuns, assim como os do proprietário da Fazenda Santa Sofia, José Ferreira Armond, cujas remessas de café para o Rio de Janeiro entre meados de 1836 e 1837 correspondem a mais de 4.500 arrobas, somando a quantia de 17:929\$956.<sup>217</sup>

Os poucos grandes cafeicultores como José Armond não só comerciavam o café por eles produzidos, mas também negociavam o produto das unidades menos expressivas. É de se suspeitar que a soma de 4.500 arrobas remetidas pelo proprietário nos anos citados provinha não só de seus cafezais, mas também de cultivos realizados por outros produtores como os falecidos Francisco de Paula Xavier Hofbauer e Lauriano José de Fraga. O primeiro possuía um *sítio de terras de culturas e café* na paragem do Marmelo, e deixara à viúva Guilhermina Celestina da Natividade 19.000 pés de café e 28 escravos.<sup>218</sup> O segundo inventariado, cuja primeira esposa era já falecida no ano de 1844, possuía na localidade de Simão Pereira uma fazenda denominada Ribeirão de Santa Anna, composta por 8.000 pés da rubiácea avaliados em 950\$000.<sup>219</sup>

Os dois últimos casos, em que os proprietários detinham amplas parcelas de terras e somas significativas de escravos para os padrões encontrados nas unidades rurais mineiras (150 alqueires e 28 escravos; 350 alqueires e 29 escravos, respectivamente), revelam que os dois elementos de maior importância ao sistema agrário cafeeiro, embora assegurados por parte desses proprietários, não foram o suficiente para inseri-los no mercado de café de maneira expressiva durante a primeira metade do século XIX. Quer dizer que boa parte desses produtores do Vale do Parahybuna na primeira metade do oitocentos, antes de se estabelecerem como cafeicultores – com uma produção inexpressiva para os padrões da *commodity*; exerciam outras atividades que os inserissem nos mercados próximos, como o

<sup>216</sup> Inventário de Antonio Bernardino de Barros, 1850, AHUFJF, Processo 0004.

<sup>217</sup> LACERDA, Antonio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850)**. Tese de doutorado, Niterói, UFF, 2010, p.328.

<sup>218</sup> Inventário de Francisco de Paula Xavier Hofbauer, 1839, AHUFJF, Processo 0002.

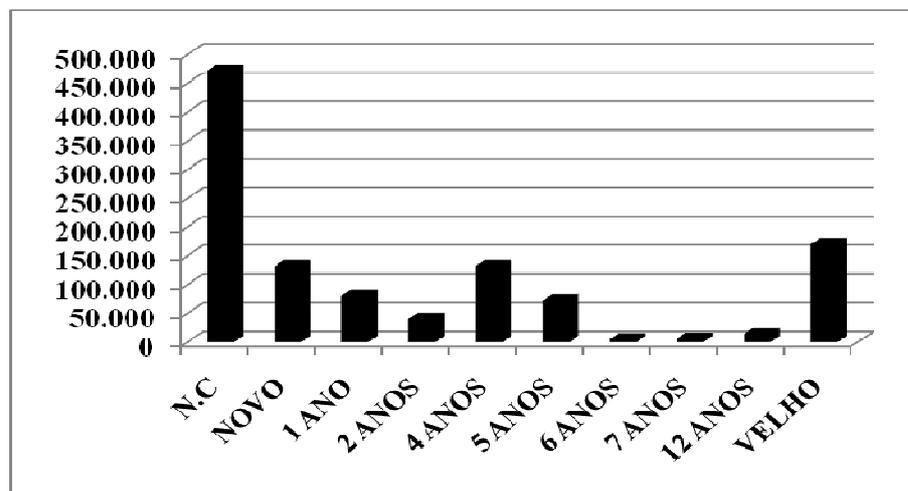
<sup>219</sup> Inventário de Lauriano José de Fraga e Lauriana Maria de Jesus, 1844, AHUFJF, Processo 0007.

plântio da cana-de-açúcar ou a criação de animais negociados tanto para formação de tropas (vacum, muares, cavalares, etc.) ou para o consumo (suínos, vacum, etc.).

Parece ser esse o caso da viúva Ana Joaquina de Oliveira quando da morte de seu esposo José Antônio da Silva no ano de 1837. As cinco propriedades do casal – incluindo duas sesmarias, e a terça parte de uma terceira recebida por herança; que somariam mais de 700 alqueires de terras abarcavam benfeitorias como cozinha, senzalas, paiol, moinho, monjolo e engenho. Além disso, possuíam 54 escravos e produziam cana-de-açúcar avaliada naquele momento em 100\$000, segundo o inventário do casal. No entanto, o cultivo do café ficara restrito a apenas 500 pés, embora a(s) propriedade(s) do inventariante tivesse condições de abarcar uma produção mais expressiva da rubiácea, do ponto de vista da disponibilidade de terras e de mão-de-obra. Percebe-se através de casos como esse, que não há um comprometimento com a cultura cafeeira durante a primeira metade do século XIX, mesmo sendo ela a atividade agrícola mais remuneradora naquele momento.<sup>220</sup>

### Gráfico 01

#### Número e Idade dos Cafezais (1830-1854)



N.C: Não Consta

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

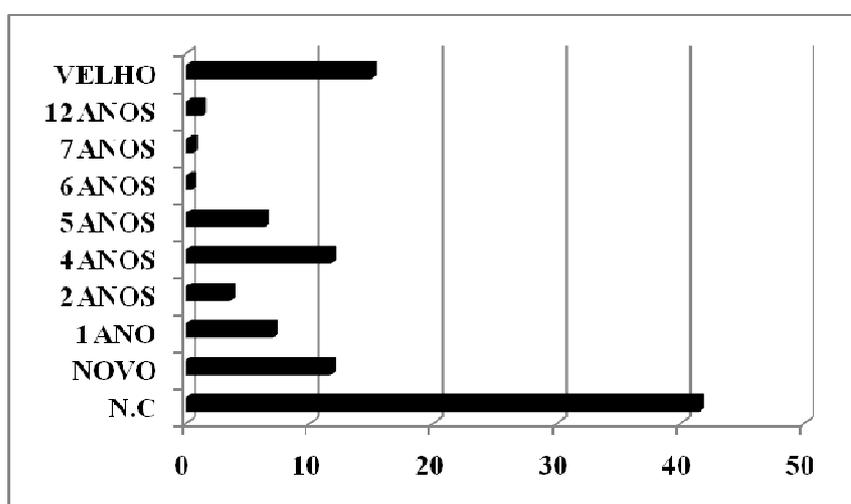
De fato, os exemplos acima citados como os Armond e os Bernardino de Barros, não são nada reveladores da tônica da propriedade cafeeira do Vale do Parahybuna durante a primeira metade do século XIX. Considerando-se que a média de pés da rubiácea em grandes unidades girava em mais ou menos cem mil pés, a cifra alcançada pela média total de

<sup>220</sup> Inventário de José Antônio da Silva, 1837, AHUFJF, Processo 0001.

cafeeiros não chegou a um terço dessa marca, estabelecendo-se em 29.188 pés. Percebe-se também que apenas três proprietários, ou seja, 7,6% dos produtores de café presentes na região possuem mais de cem mil pés, cujo predomínio consiste em 43,3% da produção. A concentração da produção nos primórdios da atividade parece ter sido significativa, pois ainda, a grande maioria das unidades não superou a marca de 25.000 pés, número abaixo até mesmo da média total calculada para o período (Quadro 06; Gráfico 03).

**Gráfico 02**

**Percentual de Idade dos Cafezais (1830-1854)**



N.C: Não Consta

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Quadro 06**

**Proporção dos cafezais (1830-1854)**

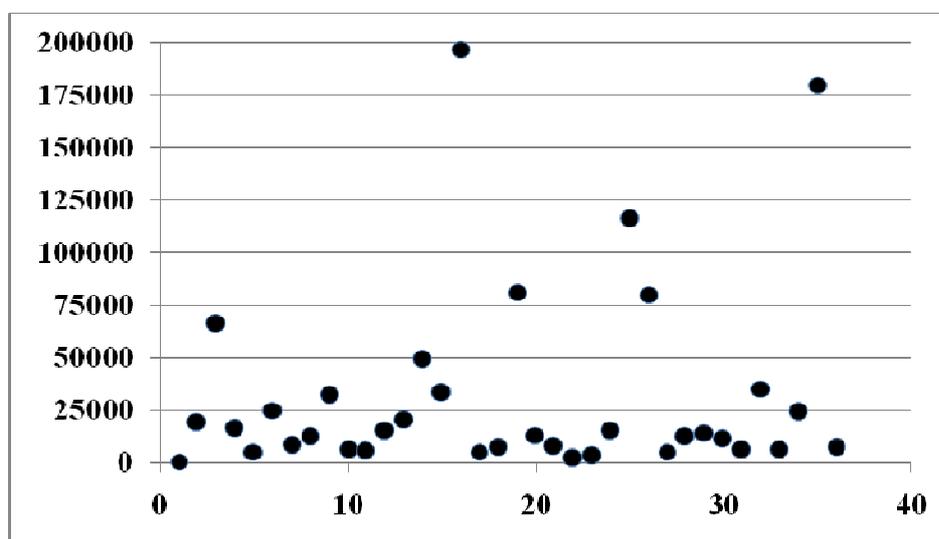
<i>Nº PÉS</i>	<i>Nº PROP.</i>	<i>%</i>	<i>TOTAL PÉS</i>	<i>%</i>	<i>MÉDIA PÉS</i>
Até 5.000	6	15,38	20.500	1,80	3.416
5.001 a 10.000	8	20,51	52.850	4,64	6.606
10.001 a 20.000	10	25,64	147.000	12,91	14.700
21.001 a 50.000	6	15,38	198.000	17,39	33.000
50.001 a 100.000	3	7,69	227.000	19,94	75.666
100.001 a 150.000	1	2,56	116.000	10,19	166.000
Mais de 150.000	2	5,12	377.000	33,11	188.500
Não Consta	3	7,69	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>1.138.350</b>	<b>100,0</b>	<b>29.188</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Enfim, a tônica da produção agrícola no Vale do Parahybuna, embora seu aparente maior grau de mercantilização se comparado a outras áreas da Capitania/Província de Minas Gerais, não diferiu das mesmas em relação aos gêneros cultivados. A posição geográfica intermediária entre os dois maiores centros de convergência do centro-sul do Brasil no período, o Rio de Janeiro e os distritos mineradores, estabeleceu-se talvez como a principal característica na conformação dessa dinâmica produção interna até então destacada, e perceptível na documentação. Contudo, cabe salientar que o processo de produção do espaço que tardiamente se constituirá como a Zona da Mata teve seu equivalente em outras regiões.

### Gráfico 03

#### *Nº de Pés de Café por Propriedade (1830-1854)*



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Pode-se considerar que os itens até aqui destacados em relação ao espaço do Vale do Parahybuna antes do efetivo processo de introdução da cafeicultura não se divergiam em sua essência aos elementos encontrados em outras regiões do centro-sul do país na primeira metade do século XIX. Ou seja, a existência de populações autóctones, as características geomorfológicas do espaço, a esparsa demografia e ainda a dinâmica da produção dos gêneros agrícolas foram elementos também vivenciados em maior ou menor intensidade tanto nas demais regiões da Capitania/Província de Minas Gerais, não produtoras de café, como também nas áreas cafeeiras fluminense e paulista.<sup>221</sup>

<sup>221</sup> STEIN, Stanley J. *Op. Cit.*, 1990. p.33-34. MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984, p.129-32. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.*, 2005.

Com isso, o café parece ter sido mais um elemento integrante do processo de diversificação produtiva na Província de Minas Gerais na primeira metade do XIX, ainda que restrito a um espaço específico, o Vale do Parahybuna. Quer dizer que o plantio nas unidades rurais do período não alcançara um padrão que pudesse inserir o vale do rio homônimo no mercado da *commodity* cafeeira, até pelo menos o quinquênio 1850-54, embora o acesso a terra e a mão-de-obra escrava fosse uma realidade possível aos proprietários ali estabelecidos. Em face dos dois elementos de maior importância ao processo de expansão do sistema agrário em foco, cabe uma análise dos mesmos nas seções seguintes.

### 2.3 – A Terra

O primeiro elemento do sistema agrário adotado no Vale do Parahybuna a ser analisado, corresponde a terra. A propriedade da terra no Brasil foi fundamentada até o ano de 1822 sobre o regime das Sesmarias. A concessão daquela que representava a maior fonte de riqueza e poder do período provêm de uma lei medieval, surgida em Portugal no ano de 1375. Assim como em França e Espanha, a propriedade alodial possuía caráter patrimonial, ao contrário das terras da Inglaterra ou Holanda, consideradas como mercadorias.<sup>222</sup> A concepção capitalista da terra só é regularizada juridicamente no Brasil em 1850 com o advento da Lei de Terras, executada e regulamentada no decreto 1318 de 30 de janeiro de 1854.<sup>223</sup> Portanto, pode-se dizer que o período em questão trata-se de uma fase intermediária em relação à propriedade da terra, quando as concessões já haviam se extinguido, mas a compra e venda da terra não era algo formalizado pelas instituições de poder com uma legislação específica, cuja posse era forma principal de acesso.<sup>224</sup>

De acordo com Hebe Mattos,

*O sentido patrimonial da política de doação de sesmarias havia sempre reforçado, em termos legais, a necessidade de revalidação da concessão, condicionada à efetiva ocupação, e o direito da Coroa de fazer as terras voltarem a seu domínio, quando não cumprida esta última condição. Deste modo, qualquer tipo de propriedade tornava-se inócuo, se contestado, se não se provava a revalidação da sesmaria (o que raramente se fazia). Paralelamente, a legislação colonial, através das Ordenações Filipinas, tradicionalmente consagrara a posse efetiva como recurso legal para a obtenção da propriedade. Após a emancipação política e a revogação do instituto das sesmarias, esta segunda via se tornaria por algumas décadas a forma predominante de constituição da propriedade fundiária no país. A maior parte da expansão cafeeira no Vale do Paraíba fluminense far-se-ia nesta segunda condição. Neste contexto, desde a vigência política de doações de sesmarias, mas especialmente após sua revogação, a 'efetiva ocupação' constitui-se em eixo central da apropriação fundiária no Sudeste, legalmente embasada na legislação portuguesa, privilegiada pelos diversos praxistas que se dedicaram ao tema.*<sup>225</sup>

Nos inventários, não há de fato muitas referências sobre as formas de acesso à propriedade territorial. As descrições generalizantes como *terra(s)*, *partes(s)*, *fazenda(s)*, etc. referem-se mais à dimensão física das propriedades, que na maior parte dos casos, não possuem informações de como foram constituídas suas unidades territoriais. Mesmo assim, é possível observar alguns dados quanto à descrição obtida nessa documentação. Enquanto que

<sup>222</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. Cit.*, 1979, p.117-120.

<sup>223</sup> CAVALCANTE, José Luiz. *A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, nº 2, jun. 2005, p.5.

<sup>224</sup> LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p.48.

<sup>225</sup> MATTOS, Hebe. *Op. Cit.*, 1998, p.74.

mais de 100 propriedades não possuem esse tipo de informação, encontra-se apenas 13 unidades rurais sob a denominação de *Sesmaria*, 8 propriedades designadas como *Herança*, além de 9 delas estarem descritas por *Compra*. Quanto ao acesso às parcelas obtidas através da *Posse*, somente uma propriedade fora assim reconhecida na documentação pesquisada.

Mas o que interessa aqui, de fato, não são as formas de acesso à parcela, mas essencialmente, a dimensão das mesmas, a fim de se obter a capacidade que as propriedades do Vale do Parahybuna possuíam para a reprodução e expansão da cultura cafeeira naquele momento. As fontes pesquisadas no trabalho impuseram alguns limites e dificuldades quanto à classificação das terras inventariadas. Contudo, as adaptações e tipologias adotadas seguirão modelos já elaborados por outros autores.<sup>226</sup> Dessa forma, o tamanho da propriedade agrária fica assim classificado em três instâncias quanto à referência encontrada nos inventários *post-mortem*: pequena (*Posse/Parte/Sorte/Porção/Situação de Terras* ou até 50 alqueires); média (*Sítio* ou entre 50,01 e 200 alqueires); grande (*Sesmaria* ou mais de 200 alqueires).

Ainda na primeira metade do século XIX, percebe-se um aumento significativo de unidades rurais no Vale do Parahybuna. Se no triênio 1741-43, a antiga freguesia do Caminho Novo possuía apenas 19 lavradores avençados pelo dízimo, no período 1826-29 esse número sobe para 163 proprietários, o que significa um aumento da ordem de 231,6%. Essa espécie de parcelamento do solo ocorre devido à ascensão mercantil da região, assegurada pelas levas de pessoas provenientes das Vertentes, que passam a ocupar o solo de forma a produzir para os possíveis mercados. Quer dizer que antigo padrão de colonização, de grandes potentados dominando imensas áreas, típico do século XVIII, vai aos poucos se destituindo nesse espaço.

As possibilidades de acesso ao mercado, facilitadas pela localização geográfica da região e privilegiada ainda pelo traçado do Caminho Novo, também podem ter levado ao surgimento de um efetivo mercado de terras antes de 1850. Segundo Ciro Cardoso, *a propriedade sempre funcionou como propriedade privada no Brasil, do ponto de vista econômico*.<sup>227</sup> Se em Minas Gerais, *as terras mudavam de mão em um ritmo muito acelerado*<sup>228</sup>, o Vale do Parahybuna parece ter assistido a um crescimento no mercado de terras em meados da década de 1830:

<sup>226</sup> CANO, Wilson. *Op. Cit.*, 1985. ANDRADE, Rômulo Garcia. *Formação de Estruturas Agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata mineira (Juiz de Fora e Muriaé, século XIX)*. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina(MG). **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte (MG): UFMG/FACE/Cedeplar, 2006. Vol.1, p.10-11. CARRARA, Ângelo Alves. *Fazenda*. In: MOTTA, Márcia (Org.). *Op. Cit.*, 2010, p.221-22. *Idem. Sítio. Op. Cit.*, p.437.

<sup>227</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. Cit.*, 1979, p.118.

<sup>228</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. *Op. Cit.*, 1999, p. 12.

*(...) a valorização das terras decorreu do incremento da cafeicultura, registrando-se diversos casos de sesmeiros e/ou posseiros que certamente lucraram com a venda de terras adquiridas gratuitamente ou a preço irrisório. (...) as sesmarias originais tinham sido desmembradas em sua maioria, cedendo lugar a diversos subconjuntos de propriedades menores, caracterizadas nas declarações principalmente como fazendas e, em menor escala, sítios. Indicativo dessa substituição é, provavelmente, o fato de que as referências ocasionais às sesmarias guardavam o sentido, não de tipificação/caracterização e sim de medida da extensão de grandes propriedades (...) Nas declarações analisadas, as referências mais antigas à compra de propriedades na região reportavam-se à segunda metade dos anos 1830, sugerindo ter sido a partir dessa época que a terra se tornou efetiva “mercadoria”.*<sup>229</sup>

Se critérios como *fertilidade e localização estabeleciam limites e gradações à preferência dos plantadores*<sup>230</sup>, é possível que esse mercado de terras tenha se efetivado no Vale do Parahybuna, assim como ocorrera na região fluminense do Paraíba do Sul. Contudo, não quer dizer que o parcelamento proveniente da venda de determinadas áreas tenha extinguido o caráter da grande propriedade no Vale do Parahybuna. Pelo contrário, a concentração fundiária parece ter se mantido com o crescimento da diversificação das atividades agrícolas, donde a produção cafeeira que começa a se inserir aos poucos em algumas propriedades da região, incorpora parcelas menores à área de cultivo.

Para os quinquênios de 1830-34 a 1850-54, a pesquisa apontou números parcialmente similares aos revelados pelo pesquisador norte-americano Laird Bergad (Pequena propriedade: 68,2 %; Média propriedade: 23,6%; Grande propriedade: 8,2%) – que teve como base os dados da Comarca do Parahybuna na década de 1850, cuja média girou em torno de 80 alqueires por propriedade.<sup>231</sup> Os inventários revelaram o predomínio da pequena propriedade, perceptível em mais de 65% dos casos, bem como a relativa pouca expressão alcançada pela média propriedade – que fez 14,08% do total de unidades rurais. Já a grande propriedade, chegou a quase 20% da documentação pesquisada. São nesses últimos dois padrões de propriedade que a pesquisa diferiu da análise de Bergad, ainda que a média total das unidades tenha, assim como na pesquisa do norte-americano, da mesma forma, alcançado a casa dos 80 alqueires (Quadro 07).

<sup>229</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. *Op. Cit.*, 2006, p.12.

<sup>230</sup> GORENDER, Jacob. *Op. Cit.*, 1988, p.389.

<sup>231</sup> BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.122.

**Quadro 07****Extensão das propriedades (1830-1854)**

<b>TAMANHO EM ALQ.</b>	<b>QTDE PROP.</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA MÉDIA</b>
- 50,0	99	66,44	3524	28,83	35,59
50,1 - 100,0	7	4,69	525	4,29	75
100,1 - 200,0	14	9,39	2054	16,80	146,71
200,1 - 500,0	29	19,46	6118	50,06	210,96
500,1 - 1000,0	-	-	-	-	-
+ 1000,0	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>149</b>	<b>100,0</b>	<b>12221</b>	<b>100,0</b>	<b>82,02</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Quadro 08****Extensão das propriedades dos cafeicultores (1830-1854)**

<b>TAMANHO EM ALQ.</b>	<b>QTDE PROP.</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA MÉDIA</b>
- 50,0	37	54,41	1494	24,99	40,37
50,1 - 100,0	3	4,41	198	3,31	66
100,1 - 200,0	6	8,82	781	13,06	130,16
200,1 - 500,0	16	23,52	3505	58,63	219,06
500,1 - 1000,0	-	-	-	-	-
+ 1000,0	-	-	-	-	-
Não Consta	6	8,82	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>100,0</b>	<b>5978</b>	<b>100,0</b>	<b>87,91</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Comparando os mesmos dados organizados por Bergad, pode-se também perceber a diferença do padrão de propriedade entre as Comarcas de Minas Gerais. Enquanto a média total da propriedade mineira era de 67,03 alqueires (em face os 82,02 alqueires encontrados no Vale do Parahybuna), as parcelas com mais de 200 alqueires, apenas 6,7% do total nas Minas Gerais, alcançaram o percentual de 19,46% (ou 8,2% segundo o autor) na região em foco. Composta por um quinto do total de unidades, a grande propriedade concentrou mais da metade do território agrário no Vale mineiro. Mesmo tendo como base somente os dados de Bergad, percebe-se que as parcelas mais extensas são mais comuns no Parahybuna (8,2%) do

que em outras áreas da província de Minas Gerais, como Mariana (6%), Campanha (7,4%) ou São João Del Rei (5,7%) – (Quadro 07).<sup>232</sup>

Quando se tomam por base apenas as unidades daqueles proprietários já envolvidos de alguma forma com o cultivo da cafeicultura, os dados praticamente se revelam os mesmos quanto ao padrão da propriedade fundiária (Quadro 08). No entanto, há um elemento em particular que pode ser diferencial na análise sobre a concentração de terras. Trata-se da posse de mais de uma propriedade por partes dos inventariados. Seja por compra, herança, dote, etc. é bem comum a difusão de parcelas em áreas diferentes. Quando os dados são agregados por proprietário, e não por propriedade/parcela, percebe-se um frágil equilíbrio entre pequenas, médias e grandes posses, pendendo um pouco mais para um maior número dessas últimas, conforme quadro abaixo (Quadro 09).

#### **Quadro 09**

##### ***Extensão da soma das parcelas dos cafeicultores (1830-1854)***

<b><i>TAMANHO EM ALQ.</i></b>	<b><i>QTDE PROP.</i></b>	<b><i>%</i></b>	<b><i>ÁREA TOTAL</i></b>	<b><i>%</i></b>	<b><i>ÁREA MÉDIA</i></b>
- 50,0	10	25,64	445	7,44	44,5
50,1 - 100,0	5	12,82	394	6,59	78,8
100,1 - 200,0	5	12,82	746	12,47	149,2
200,1 - 500,0	11	28,20	2944	49,24	267,63
500,1 - 1000,0	2	5,12	1449	24,23	724,5
+ 1000,0	-	-	-	-	-
Não Consta	6	15,38	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>5978</b>	<b>100,0</b>	<b>153,28</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Um número significativo desses proprietários envolvidos com o café possuía mais de uma parcela, embora seis deles (ou 15,38% do total de proprietários) não tivessem nenhuma referência quanto à detenção de terras descritas em seus inventários. Mesmo assim, a consolidação da propriedade, cafeeira ou não, parece ter se alargado nas bases de um nível de concentração significativo. Se por um lado, no caso das unidades rurais correspondentes ao período 1830-54, um quinto delas concentrava mais da metade da área ocupada, no caso das parcelas de posse dos cafeicultores, a concentração aumenta ainda mais, pois cerca de 33,32% dos proprietários detinham 73,47% da área (Quadro 10).

<sup>232</sup> *Idem*, p.122.

**Quadro 10**

**Número de parcelas dos cafeicultores (1830-1854)**

<b>Nº DE PROPRIEDADES</b>	<b>QTDE PROP.</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA MÉDIA</b>
Uma	19	48,71	2434	40,71	128,10
Duas	7	17,94	771	12,89	110,14
Três	4	10,25	976	16,32	244
Quatro	1	2,56	348	5,82	348
Cinco	1	2,56	718	12,01	718
Oito	1	2,56	731	12,22	731
Não Consta	6	15,38	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>5978</b>	<b>100,0</b>	<b>153,28</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Portanto, durante a primeira metade do século XIX, o fator terra agiu sobre as propriedades de forma a ter plenas condições de incorporação de novas culturas. A existência dessa fronteira, composta por áreas preservadas sobre uma extensa cobertura florestal, permitiu que a cultura cafeeira se incorporasse em algumas propriedades, embora ainda não tão expressiva cuja capacidade de produção pudesse inserir a região do Vale do Parahybuna na dinâmica de mercado composta pela *commodity* durante o período. A extensão física da(s) unidade(s) pertencente(s) a um determinado proprietário fora nesse contexto um fator importante para a inserção do(s) mesmo(s) no mercado de gêneros agrícolas, e mais ainda, para a futura reprodução de sua(s) propriedade(s), que poderia ascender com o crescimento da atividade mais remuneradora do café.

Mas não só a dimensão física da propriedade se colocava como fator importante no processo de reprodução agrícola. Outro elemento essencial nesse contexto refere-se à mão-de-obra utilizada nas unidades rurais do período. É justamente nele que a análise se concentrará a partir de agora.

## 2.4 – O Trabalho

O segundo elemento, não menos importante, a ser destacado no processo de reprodução do sistema agrário cafeeiro, refere-se à mão-de-obra encontrada nas propriedades rurais durante a primeira metade do oitocentos. Nesse sentido, a análise da população cativa torna-se elemento primordial para a discussão, uma vez que o braço escravo é predominante no campo. Segundo Florentino, a província de Minas Gerais foi responsável pela absorção de até cerca de 60% dos escravos que saíram do Rio de Janeiro entre meados das décadas de 1820 e 1830.<sup>233</sup> Percebe-se que a dimensão da escravidão negra como forma de trabalho amplamente utilizada, principalmente nas lavouras cafeeiras, fora vital ao processo ocorrido no centro-sul do país durante o XIX:

*(...) por volta de 1820, quando o café assoma como produto-rei das províncias do centro e do sul do Brasil, absorvedo sozinho a quase totalidade dos 1.350.000 cativos importados da Costa da Mina, Congo, Angola e Moçambique. Desse total, 570.000 entram no país pelo porto do Rio, 220.000 pela Bahia, 150.000 por Pernambuco e 40.000 pelo Maranhão. Predomínio esmagador do porto do Rio.*<sup>234</sup>

Os percentuais da população escrava em determinadas regiões servem como elementos importantes na configuração econômica desses espaços. Segundo Paiva e Godoy, o nível de desenvolvimento econômico das regiões em Minas Gerais *estava estreitamente associado ao vigor da instituição da escravidão. (...) Portanto, íntima era a relação entre dinamismo econômico regional e o escravismo.*<sup>235</sup> Significa que o dinamismo econômico alcançado pelas regiões ligadas a mercados exteriores, implicava de maneira proporcional o acesso das mesmas na importação de mercadorias, sobretudo o elemento servil, pois seria o setor mercantilizado da agricultura que asseguraria a permanência de amplas proporções do plantel cativo nas Minas Gerais oitocentistas.<sup>236</sup>

O espaço em foco assistiu a um processo de ascensão das populações livre e escrava na primeira metade do século XIX. A Comarca do Parahybuna se destacou durante a década de 1830 como a terceira mais populosa da Província de Minas Gerais. Ainda nesse período a região já se destacava em termos percentuais como a maior detentora de cativos dessa mesma Província, que por sua vez vai se estabelecer durante o oitocentos como a principal região escravista do país. No ano de 1833 a Comarca do Parahybuna possuía mais de 15% da

<sup>233</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.38.

<sup>234</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.55.

<sup>235</sup> PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Op. Cit.*, 2002, p.43.

<sup>236</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.*, 1988, p.14.

população total da província mineira, ao passo que concentrava quase um quinto (19,2%) do plantel cativo de Minas Gerais (Quadros 11 e 12).

**Quadro 11**

**População Total das Comarcas Mineiras (1833)**

<b>COMARCAS</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>%</b>
Ouro Preto	98.506	12,8
Rio das Velhas	142.987	18,6
Serro Frio	52.050	6,8
Rio das Mortes	113.218	14,7
Paracatú	46.165	6,0
São Francisco	29.721	3,9
Jequitinhonha	49.757	6,5
Sapucahy	119.509	15,5
Parahybuna	116.753	15,2
<b>MINAS GERAIS</b>	<b>768.666</b>	<b>100,0</b>

Apud: BERGAD, Laird W. *Op. Cit.*, 2004, p.167.

**Quadro 12**

**Percentual da População das Comarcas de Minas Gerais (1833)**

<b>COMARCA</b>	<b>BRANCOS</b>	<b>NEGROS E MULATOS LIVRES</b>	<b>ESCRAVOS</b>	<b>POP. TOTAL</b>
Parahybuna	16,5%	10,6%	19,2%	15,2%
Ouro Preto	8,9%	14,5%	14,3%	12,8%
Rio das Mortes	15,0%	11,9%	17,7%	14,7%
Serro Frio	3,4%	11,0%	4,9%	6,8%
Paracatu	8,2%	5,1%	5,1%	6,0%
Rio das Velhas	14,7%	21,7%	18,5%	18,6%
Sapucahy	27,0%	8,9%	13,0%	15,5%
São Francisco	2,1%	6,5%	2,5%	3,9%
Jequitinhonha	4,3%	9,7%	4,8%	6,5%
<b>MINAS GERAIS</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Apud: BERGAD, Laird W. *Op. Cit.*, 2004, p.191.

O distrito de Santo Antonio do Parahybuna é representativo do crescimento populacional ocorrido no vale do rio homônimo. Ainda pertencente ao termo de Barbacena, sua população girava em torno de 1.500 pessoas, das quais 38,05% eram livres e 61,95% cativas no ano de 1833. Duas décadas após, o antigo distrito transformado em vila, alcançará o total de quase 6.500 habitantes, sendo 37,75% deles livres e 62,25% escravos. Percebe-se

nesse caso que a população no Vale do Parahybuna estabeleceu-se de modo equitativo nos dois períodos, sendo que a proporção entre livres e escravos manteve o mesmo patamar percentual. Contudo, não quer dizer que o crescimento ordinário de habitantes não tenha sido significativo, pois no caso de Santo Antonio, o número de habitantes aumenta na ordem de 422% (sendo 418% no caso dos livres, e 424% no caso da população cativa) – (Quadro 13).

### *Quadro 13*

#### *População de Santo Antonio do Parahybuna (1833-55)*

<i>PERÍODO</i>	<i>LIVRES</i>		<i>CATIVOS</i>		<i>TOTAL</i>
	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>	
1833-35	583	38,05	949	61,95	1.532
1855	2.441	37,75	4.025	62,25	6.466

Apud: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Op. Cit.*, p.200.

Existe um debate iniciado na década de 1980 e ainda presente na historiografia mineira, que discute as formas de acesso/aumento da mão-de-obra cativa durante o século XIX. Dois são os principais argumentos. O primeiro, explica a enorme massa cativa alocada nas Minas Gerais oitocentistas pela representatividade do tráfico (atlântico, inter e intraprovincial), ao passo que os níveis de mercantilização de suas regiões tornavam possível a compra do elemento servil nesses mercados. Já a segunda vertente de interpretação considera que o crescimento vegetativo do escravo foi de fato, o componente responsável pelo aumento da população cativa na Província mineira, uma vez que sua economia, com baixos níveis de mercantilização, permitia taxas menores de exploração do cativo, propiciando assim a sua reprodução natural.<sup>237</sup>

No caso do Vale do Parahybuna, Jonis Freire elabora um quadro sobre quais estratégias de obtenção de escravos algumas famílias importantes adotaram durante o século XIX. Segundo o pesquisador, a região é marcada pela ampla predominância das modalidades do tráfico como forma de acesso ao elemento servil – com destaque ao tráfico internacional na primeira metade do século XIX; embora a reprodução natural não tenha sido uma ferramenta excludente em relação à primeira opção:

<sup>237</sup> MARTINS, Roberto. *Op. Cit.*, 1980. LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, 10: p.1-14. out., 1983. SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1985. LIBBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.*, 1988. BERGAD, Laird W. *Op. Cit.*, 2004.

*Cabe ressaltar que o aumento do contingente cativo desses senhores, por meio das várias modalidades de tráfico, bem como da reprodução natural de cativos se fez presente em suas propriedades. O que acima concluímos diz respeito à principal prática utilizada por esses senhores e de maneira alguma ignora as possibilidades da ocorrência daqueles dois processos (reprodução natural, tráfico de escravos), que poderiam possibilitar a manutenção e/ou ampliação do número de escravos. Conclui-se que as duas opções para o aumento do número de cativos – reprodução natural e tráfico de escravos – parecem não ter sido excludentes na referida localidade, mas sim complementares. A opção por uma ou outra dependeu, sobremaneira, do período de formação das posses, da maior ou menor proximidade com o tráfico transatlântico e também com o raciocínio econômico empreendido pelos senhores na busca pelo melhor modelo para a manutenção e/ou ampliação de suas posses em escravos. De qualquer maneira, predominou muito a importação de escravos como modo de reprodução/ampliação da mão-de-obra cativa.*<sup>238</sup>

Assim como afirmam Paiva e Godoy, sustentar uma das duas hipóteses de acesso à mão-de-obra cativa (reprodução natural ou tráfico) tornaria a análise incompleta, dada a complexidade das relações escravistas na Província. Ou seja, as estratégias de manutenção e ampliação do plantel cativo *fundavam-se em variadas formas de combinar tráfico com reprodução natural e conferiam originalidade ao escravismo mineiro.*<sup>239</sup> Fábio Pinheiro analisa a dinâmica do tráfico de escravos para a região em foco no período de 1809 a 1830. Pautado em uma documentação composta principalmente por inventários *post-mortem*, além dos passaportes e despachos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte, o autor também não refuta a importância da reprodução natural na composição dos plantéis locais. Da mesma forma, Pinheiro destaca também o papel desempenhado pelo tráfico atlântico de escravos, uma vez que Minas Gerais dominou *a oferta de africanos novos no mercado do Valongo em todos os momentos* cobertos pela pesquisa.<sup>240</sup>

Mas assim como nos caso da propriedade da terra, as formas de acesso ao cativo não são necessariamente os elementos de maior importância para os objetivos deste trabalho. A estrutura de posse de escravos, ou seja, o número de cativos alcançado pelas unidades rurais é o ponto fundamental na compreensão da capacidade de reprodução que sistema agrário do Vale do Parahybuna possuía naquele momento.

As listas nominativas de 1831 representam uma ferramenta importante ao estudo das populações durante a primeira metade do século XIX por trazerem informações como sexo, cor, idade, ocupação, etc. dos indivíduos recenseados. Seguem-se algumas informações do documento elaborado para o distrito de Santo Antonio do Parahybuna. A estrutura de posse de

<sup>238</sup> FREIRE, Jonis. *Op. Cit.*, 2009, p.117.

<sup>239</sup> PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Op. Cit.*, 2002, p.55-56.

<sup>240</sup> PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata, c.1809- c.1830.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2007, p.100. Ver também a crítica de Restitutti à metodologia aplicada às fontes da Intendência de Polícia da Corte: RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Comércio e Tráfico de Escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas.* II Encontro Internacional de História Colonial. **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**, Natal (RN), 2008.

escravos revelada por essa documentação demonstra um predomínio dos pequenos plantéis, confirmando a afirmação de Libby, de que *as grandes posses eram bastante raras na paisagem mineira do século XIX*.<sup>241</sup> Percebe-se dessa forma a concentração da posse cativa, sendo que 2,5% dos proprietários detinham quase um terço (31,7%) do total de escravos do distrito em foco (Quadro 14).

#### Quadro 14

##### *Estrutura de Posse de Escravos – Santo Antonio do Parahybuna (1831)*

<i>ESCRAVOS</i>	<i>QTDE. PROP.</i>	<i>%</i>	<i>TOTAL ESCRAVOS</i>	<i>%</i>	<i>MÉDIA</i>
0	51	43,2	-	-	-
1 - 19	54	45,8	253	30,7	4,68
20-50	10	8,5	316	37,9	31,6
Acima de 50	3	2,5	264	31,7	88
<b>TOTAL</b>	118	100,0	833	100,0	7,05

Apud: FREIRE, Jonis. *Op. Cit.*, 2009, p.128.<sup>242</sup>

Os critérios de aglomeração da posse cativa foram divididos em três grupos: de 1 a 20 escravos (pequeno); de 21 a 50 escravos (médio); e mais de 50 escravos (grande). Várias são as faixas de escravaria adotadas na historiografia para determinar os pequenos, médios e grandes plantéis. O critério aqui adotado diz respeito a pesquisas em regiões cafeeiras importantes, em que se destaca o Vale do Paraíba fluminense, e também a pesquisas cujo objeto são as localidades mineiras em foco.<sup>243</sup> Em que pese a existência de trabalhos direcionados à regiões cafeeiras ou não que adotam um padrão com números menores (1 a 4; 5 a 19; e 20 ou mais, por exemplo),<sup>244</sup> preferiu-se manter patamares maiores. A escolha em se trabalhar com números altos foi considerada para que as seguintes comparações de estrutura de posse de escravos sejam mais pertinentes e não comprometam as conclusões a respeito da concentração cativa nas propriedades.

<sup>241</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.*, 1988, p.98.

<sup>242</sup> Aqui, o autor elaborou um quadro incluindo os dados referentes aos não proprietários de escravos, embora se trate de uma discussão sobre a posse cativa.

<sup>243</sup> FREIRE, Jonis. *Op. Cit.*, 2009. SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Salles adiciona ainda uma quarta categoria, a dos *mega-proprietários*, composta por aqueles com mais de 100 escravos.

<sup>244</sup> MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX**. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1998. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá (1780-1850)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2009.

Já com base nos inventários do período correspondente a 1830-54, também é possível traçar um quadro sobre a estrutura de posse de escravos no Vale do Parahybuna. As listas nominativas foram mais representativas da afirmação de que a posse do cativo era na primeira metade do século XIX, *um privilégio de aproximadamente um terço da população livre*<sup>245</sup> nas Minas Gerais, pois os inventários revelaram uma proporção bem menor de proprietários sem escravos (12,71%). Quanto ao caráter concentrador dos plantéis, percebe-se que 11 proprietários, ou 9,32% do total, detinham quase metade da escravaria (44,48%). As posses médias também se demonstraram significativas ao passo que concentraram o segundo maior número de cativos, enquanto que as pequenas posses, embora predominantes quanto ao número de proprietários, não ultrapassaram a casa dos 23% no conjunto de escravos inventariados (Quadro 15).

### Quadro 15

#### *Estrutura de Posse de Escravos (1830-1854)*

<b>ESCRAVOS</b>	<b>QTDE. PROP.</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL ESCRAVOS</b>	<b>%</b>	<b>MÉDIA</b>
1 - 5	31	26,27	94	4,41	3
6 - 10	18	15,25	136	6,38	7,5
11 - 19	18	15,25	253	11,87	14
20 - 50	25	21,18	700	32,84	28
51 - 100	7	5,93	483	22,66	69
101 - 150	4	3,38	465	21,82	116,2
151 - 200	-	-	-	-	-
201 - 250	-	-	-	-	-
Acima 250	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>	<b>100,0</b>	<b>2131</b>	<b>100,0</b>	<b>20,6</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Esse padrão só vem a se acentuar quando se tomam os dados apenas dos proprietários inseridos na atividade cafeeira, dos quais apenas dois deles ou 5,12% não tiveram acesso à mão-de-obra cativa. Concentrando mais de 56% dos cativos, os plantéis dos cafeicultores (33,05% dos proprietários de escravos) alcançaram a média total de 30,6 cativos, dez a mais em relação ao total de escravos para o mesmo período (Quadro 16). Enfim, dentro do quadro de crescimento da posse escrava, em que os cafeicultores representavam o elemento predominantemente agregador, Libby destaca:

<sup>245</sup> LIBBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.*, 1988, p.98.

Com sua economia cada vez mais voltada para a exportação, a Zona da Mata é a única região mineira que registrou aumento da porcentagem de escravos na sua população entre 1831 e 1854-57. Não obstante o caráter estimativo do censo da década de 1850, esse aumento é bastante plausível, dada a rápida expansão da cafeicultura ocorrida justamente nessa época.<sup>246</sup>

### Quadro 16

#### *Estrutura de Posse de Escravos dos Cafeicultores (1830-1854)*

<b>ESCRAVOS</b>	<b>QTDE. PROP.</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL ESCRAVOS</b>	<b>%</b>	<b>MÉDIA</b>
1 - 5	5	12,82	17	1,42	3,40
6 - 10	7	17,94	60	5,01	8,57
11 - 19	6	15,38	83	6,93	13,83
20 - 50	12	30,76	370	30,91	30,83
51 - 100	3	7,69	202	16,87	67,33
101 - 150	4	10,25	465	38,84	116,25
151 - 200	-	-	-	-	-
201 - 250	-	-	-	-	-
Acima 250	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>100,0</b>	<b>1197</b>	<b>100,0</b>	<b>30,69</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Embora a rubiácea não tivesse em níveis de desenvolvimento que efetivassem de fato a região do Vale do Parahybuna no mercado da *commodity* cafeeira, a presença da mão-de-obra escrava já se estabelecia de maneira significativa nas unidades rurais da primeira metade do século XIX. Ainda, os proprietários que estavam envolvidos nessa incipiente cafeicultura revelaram-se maiores concentradores da mão-de-obra escrava, coadunando com a ideia de que o braço cativo era uma das bases para a reprodução do sistema agrário do período.

<sup>246</sup> *Idem*, p.52.

## 2.5 – Conclusão

O processo de ocupação do *sertão leste* da capitania de Minas Gerais foi marcado pela instabilidade das modalidades de intervenção (sesmarias, aldeamento, posse, etc.), em que a contradição em relação à proclamada preservação do espaço demonstrou-se patente. Se o Vale do Parahybuna não era de fato um vazio demográfico no início do oitocentos, também não é possível afirmar que sua *ocupação efetiva* tenha se consolidado no período. Quer dizer que entre o Vale do Parahybuna – compreendido enquanto espaço físico – e a Zona da Mata mineira, estabelecida como uma região socialmente constituída, existe um processo fundamentalmente transformador da natureza e do homem que fundará a identidade regional: a cafeicultura, cujas características só se afloram na segunda parte da centúria.

Portanto, o chamado Vale do Parahybuna esteve assentado sob o processo de *acomodação evolutiva* da economia mineira durante as cinco primeiras décadas do século XIX. Inserida na parte sul da Capitania/Província, espaço pertencente à extinta Comarca do Rio das Mortes, a tônica da produção agrária ali se apresentara enquanto uma economia mercantil de subsistência, donde o acesso a mercados mais distantes se dera de maneira eventual, embora a proximidade com o Rio de Janeiro e as fontes como os dízimos denotem seu maior grau de mercantilização em relação a outras partes das Minas Gerais. A diversificação produtiva das unidades rurais apresentara-se como trunfo desse processo, que foi incorporando o café diante outras culturas como as do milho e do feijão. Contudo, os dados apresentados, em que pese a nítida ascensão da rubiácea, não são suficientes para determinar sua produção na dinâmica do mercado do café, dado seu caráter incipiente.

Já os elementos terra e trabalho apresentaram características convergentes entre si. Por um lado, o período intermediário entre o fim das Sesmarias e o advento da Lei de Terras foi marcado também pelo processo de concentração do agro, uma vez que uma parcela menor de proprietários agregou extensões de terras maiores no conjunto das unidades rurais levantadas na pesquisa. Já o fator trabalho se consolidou com o significativo aumento da população escrava, que por sua vez se destacou significativamente diante outras localidades da Província antes do fim do tráfico em 1850. Da mesma forma, a concentração da mão-de-obra se estabeleceu sob o domínio de poucos proprietários, assim como no caso da detenção da terra, características essas que seriam essenciais ao processo de incorporação produtiva do café. Cabe agora analisá-lo.

**CAP III – A ECONOMIA CAFEEIRA DA ZONA DA MATA MINEIRA  
(1855-1870)**

### 3.1 – Introdução

Esse capítulo descreverá as nuances do processo de incorporação produtiva da cafeicultura mineira ao mercado mundial do produto na segunda metade do século XIX. Basicamente, esse processo pode ser delineado por algumas características no caso da produção e comercialização da rubiácea na Zona da Mata. A incorporação produtiva diz respeito ao fluxo regular e economicamente importante de café para a exportação em direção ao Rio de Janeiro, porta de saída do produto para o mercado internacional. Ainda, trata-se da inserção do espaço produtivo matense à rede de comercialização e financiamento predominante na Província fluminense, mais especificamente na capital, donde os comissários tiveram papel determinante para o processo de reprodução da economia local.<sup>247</sup>

Para que tal inserção regional no crescente mercado da *commodity* tivesse ocorrido a contento, alguns elementos que serão aqui evidenciados foram de suma importância. Aspectos conformadores do espaço regional como as características naturais da Zona da Mata, a qualidade do café produzido, e principalmente a transformação no setor de transportes destacam-se nesse processo. Notar-se-á também que a incorporação produtiva do café mineiro aconteceu em descompasso aos demais ciclos das economias cafeeiras do país. Portanto, ficará destacada a posição intermediária da Mata em relação às duas principais regiões cafeeiras do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Por conseguinte, será evidenciado que esse caráter intermediário não foi capaz de bloquear a dinamização da economia local proporcionada pelo produto básico, conformando um modelo de transição capitalista diferente dos vivenciados pelo caso fluminense, e principalmente pelo caso paulista.

A análise direta das fontes recairá mais uma vez sobre os dois elementos primordiais do sistema agrário: a terra e o trabalho. Quanto a terra, uma análise da estrutura das propriedades poderá reforçar o argumento de que a cafeicultura local esteve assentada na grande propriedade, e que a incipiência do processo de produção dava amplas condições ao incremento e desenvolvimento da cafeicultura por um período que extrapola em décadas o recorte feito nessa pesquisa. Em relação ao trabalho, formado essencialmente pela mão-de-obra escrava, destaca-se uma estrutura cuja superexploração do braço cativo fora elemento essencial até o advento da Abolição. Contudo, o fim do escravismo não representaria o mesmo impacto tal como ocorrera na região do Vale do Paraíba fluminense, devido mais uma vez ao caráter de incipiência da cafeicultura local, que pôde manter formas de transição do

---

<sup>247</sup> Sobre o papel dos comissários fluminenses na cafeicultura mineira, ver: PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, Cap.2, p.54-78. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.173.

trabalho que remunerasse o trabalhador sem comprometer a produção e os ganhos dela advindos.

### 3.2 – A conformação da fronteira agrícola na Zona da Mata

A configuração da terra, mais uma vez torna-se elemento primordial ao desenvolvimento da agricultura local, que a partir do processo de incorporação produtiva do café vai utilizar desse elemento para ampliação/reprodução da rubiácea nas unidades rurais com a expansão da fronteira agrária. Mais uma vez, deve ser destacado que a fronteira diz respeito tanto ao avanço espacial de áreas recém-incorporadas no cultivo do café – no interior de uma propriedade, ou na região como um todo; além de constituir características extraespaciais. Quer dizer que ela é paisagem social historicamente constituída, uma vez que é composta por símbolos e práticas sociais, donde se destaca os elementos conformadores do sistema agrário em questão.<sup>248</sup>

A análise empírica das fontes para o sub-período em foco (1855-1870) revelou informações mais completas a respeito das parcelas rurais inventariadas, ao contrário do que ocorrera para a primeira metade do século XIX, principalmente no que condiz ao dimensionamento das parcelas arroladas nos processos como também as formas de acesso. As parcelas inventariadas sob a descrição de *Compra*, perfazem um total de 47, em contraste às apenas 9 propriedades sob essa mesma insígnia no período anterior. Já as parcelas herdadas aumentaram sensivelmente de 8 para 13 propriedades. Enquanto isso, as parcelas denominadas como *Posse*, não apareceram em nenhum momento, além de que, o termo *Sesmaria* aparece em alguns poucos momentos enquanto uma dimensão espacial, não como a concessão de terras (Quadro 17).

Em que pese a importância das formas de acesso à propriedade da terra, o que importa de fato na pesquisa em foco são as dimensões físicas das propriedades e sua presente capacidade de produzir e reproduzir a cultura cafeeira. Comparando mais uma vez com os dados referentes à Comarca do Parahybuna em meados de 1850, elaborados pelo pesquisador Laird Bergad, o norte-americano assim demonstra a distribuição dos proprietários rurais na região: pequeno (68,2 %), médio (23,6%), e grande proprietário (8,2%), além de alcançar uma área média de 80 alqueires.<sup>249</sup> Já os dados elaborados a partir dos inventários *post-mortem* entre 1855 e 1870 alcançam a seguinte proporção: pequeno (56,92%), médio (28,45%), e grande proprietário (14,6%) – (Quadro 18).

<sup>248</sup> MYSKIW, Antonio Marcos. *Fronteira*. IN: MOTTA, Márcia (ORG.). *Op. Cit.*, 2010, p.228. FREITAG, Liliane. *Fronteiras: espaços simbólicos e materialidades*. IN: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (ORG.). *Op. Cit.*, 2008, p.313-16.

<sup>249</sup> BERGAD, Laird W. *Op. Cit.*, 2004, p.122.

**Quadro 17**  
**Formas de Acesso (1855-1870)**

<b>ACESSO</b>	<b>QTDE</b>	<b>%</b>
<b>Compra</b>	47	73,43
<b>Herança</b>	13	20,31
<b>Herança/Compra</b>	1	1,56
<b>Pagamento</b>	2	3,12
<b>Troca</b>	1	1,56
<b>TOTAL</b>	64	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Já em relação ao período anterior, determinado no segundo capítulo, o predomínio da pequena propriedade foi menor do que os superiores a 65% encontrados antes, bem como a relativa pouca expressão alcançada pela média propriedade – que perfaz 14,08% – se fez mais importante com 28,45% do total de unidades rurais. Já a grande propriedade, que chegara anteriormente a 20% da documentação pesquisada, passou a representar 14,6%. Dessa forma, depreende-se que as posses menores e maiores tenderam a diminuir no conjunto das propriedades, cedendo lugar às áreas estabelecidas entre os 50 e 200 alqueires de terras. Ainda, a área média das propriedades revelada por Bergad (80 alq.), que se aproximou consideravelmente da área média alcançada no primeiro sub-período (82,02 alq.), subiu de forma significativa para 104,46 alqueires (Quadro 18).

A concentração fundiária pode ser percebida nos três patamares de comparação até agora utilizados. No entanto, é no período correspondente entre 1855 e 1870 que a centralização da posse da terra se destaca mais. São apenas 3,84% dos proprietários possuindo mais de um quarto das terras, ou 26,6% do espaço agrário pesquisado (Quadro 18). Portanto, a tendência à concentração do solo sob a posse de um número cada vez menor de proprietários se acentua com o decorrer do tempo, uma vez que a cafeicultura, inserida de maneira definitiva, tenderá a agregar a terra como forma de expansão da atividade. A existência de mais de uma propriedade por inventariado foi fator recorrente encontrado na documentação. Uma vez agregadas essas propriedades diferentes pertencentes a um mesmo dono, a tendência da concentração do solo tende mais uma vez a aumentar.

**Quadro 18**

***Extensão das propriedades (1855-1870)***

<b>TAMANHO EM ALQ.</b>	<b>QTDE PROP.</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA MÉDIA</b>
- 50,0	148	56,92	3014,74	11,09	20,36
50,1 - 100,0	40	15,38	3067	11,29	76,67
100,1 - 200,0	34	13,07	5228,82	19,25	153,78
200,1 - 500,0	28	10,76	8620,87	31,73	307,88
500,1 - 1000,0	9	3,46	6170,95	22,71	685,66
+ 1000,0	1	0,38	1059	3,89	1059
<b>TOTAL</b>	<b>260</b>	<b>100,0</b>	<b>27161,38</b>	<b>100,0</b>	<b>104,46</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Cabe lembrar que a posse da terra representava naquele momento um elemento essencial do sistema de uso extensivo do solo. Mais ainda, a disponibilidade de áreas em matas virgens caracterizava a capacidade de ampliação do empreendimento cafeeiro nas unidades rurais. Contudo, o caráter de incipiência da cafeicultura local talvez tenha sido a causa da inexistência da divisão entre as áreas aptas ao cultivo (em matas), em processo de cultivo (em cafezais ou outras culturas), ou já cultivadas (em capoeiras ou pastos) descritas nas fontes de pesquisa. Portanto, não foi possível aplicar a metodologia de mapeamento dessas áreas, tal como outros estudos em história agrária a faz.<sup>250</sup> De fato, essa divisão só começa a ocorrer de maneira mais detalhada na região matense em finais do XIX, quando a cafeicultura alcança o ápice de sua produção, prenunciando a decadência que se consolidaria no final da República Velha.<sup>251</sup>

Importante ressaltar que são exatamente os proprietários envolvidos com a cafeicultura quem deterão o maior número de parcelas desagregadas (Quadro 20). E as formas de acesso a essas parcelas não diferiram daquelas elencadas anteriormente, com destaque para as terras obtidas através de herança, e principalmente através da compra. Portanto, a nova conjuntura imposta pelo desenvolvimento da produção cafeeira parece ter sido um elemento a mais no aumento do número de transações de parcelas, de forma tal que os donos de duas a quatro parcelas representaram cerca de 41% no conjunto dos que detinham alguma propriedade, em que pese a maioria absoluta possuindo apenas uma parcela (52,01%) – (Quadro 19). Ainda, percebe-se que as parcelas negociadas serviram de fato ao propósito da produção agrícola

<sup>250</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983.

<sup>251</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993. DESTRO, José Augusto de Souza. *Op. Cit.*, 2006.

mercantilizada, uma vez que a área média das terras negociadas demonstrou-se relativamente alta, ao ultrapassar em 25 alqueires por propriedade.

**Quadro 19**

**Número de parcelas geral (1855-1870)**

<b>Nº DE PROPRIEDADES</b>	<b>QTDE PROP.</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA MÉDIA</b>
<i>Uma</i>	155	52,01	7434,74	27,37	47,96
<i>Duas</i>	75	25,16	5912	21,76	78,82
<i>Três</i>	29	9,73	4396,5	16,18	151,6
<i>Quatro</i>	18	6,04	3539,2	13,03	196,62
<i>Cinco</i>	8	2,68	494,25	1,81	61,78
<i>Seis</i>	4	1,34	1096	4,03	274
<i>Sete</i>	1	0,33	384	1,41	384
<i>Oito</i>	1	0,33	680	2,50	680
<i>Nove</i>	3	1,0	1416	5,21	472
<i>Onze</i>	1	0,33	582	2,14	582
<i>Quatorze</i>	2	0,67	1035,3	3,81	517,65
<i>Vinte e Cinco</i>	1	0,33	191,5	0,1	191,5
<b>TOTAL</b>	<b>298</b>	<b>100,0</b>	<b>27161,49</b>	<b>100,0</b>	<b>91,14</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Com base nos Registros Paroquiais de Terras da Vila de Santo Antonio do Parahybuna, elaborados em 1854/55, Rômulo Andrade aponta o caráter centralizador da propriedade rural. O que vem a ser confirmado por Anderson Pires, ao considerar a *brutal concentração* de terras na localidade. Dividindo as parcelas em dois blocos – maiores e menores do que 200 alqueires – o autor demonstra que apenas 22 declarantes (21,78% dos proprietários) possuíam 11.723 alqueires de terras, ou seja, 74,28% da área total declarada. Dessa forma, o autor aponta a importância da grande propriedade em detrimento da pequena no contexto de formação da cafeicultura local. Cabe ressaltar que essa estrutura fundiária se fez presente no momento em que a atividade agroexportadora já havia se constituído como a atividade econômica mais importante do município do Parahybuna, que naquele momento era o maior produtor da Província de Minas Gerais.<sup>252</sup>

<sup>252</sup> ANDRADE, Rômulo. *Op. Cit.*, 2006, p.4. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, p.39-40.

**Quadro 20**

**Número de parcelas dos cafeicultores (1855-70)**

<b>Nº DE PROPRIEDADES</b>	<b>QTDE PROP.</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA MÉDIA</b>
<i>Uma</i>	55	39,85	3859,87	21,74	70,17
<i>Duas</i>	41	29,71	3758,5	21,18	91,67
<i>Três</i>	15	10,86	3133,71	17,66	208,91
<i>Quatro</i>	13	9,42	2907,5	16,4	223,65
<i>Cinco</i>	5	3,62	365,25	2,05	73,05
<i>Seis</i>	2	1,45	986	5,55	493
<i>Oito</i>	1	0,72	157	0,9	157
<i>Nove</i>	3	2,2	1416	7,98	472
<i>Onze</i>	1	0,72	194	1,09	194
<i>Quatorze</i>	1	0,72	772,75	4,35	772,75
<i>Vinte e Cinco</i>	1	0,72	191,5	1,07	191,5
<b>TOTAL</b>	138	100,0	17742,08	100,0	124,07

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Quando se tomam por base apenas as unidades daqueles proprietários envolvidos com o negócio do café, os dados demonstram-se bastante similares aos encontrados para os proprietários em geral. As diferenças se dão de fato no que diz respeito à concentração e ao volume da área coberta por essas propriedades. Aqui, apenas cinco cafeicultores não detinham a propriedade da terra ou 3,49% do total de cafeicultores encontrados. Outros 15 (10,47%) não tiveram a área de suas propriedades devidamente descritas no inventário, impossibilitando maiores informações sobre a posse na localidade. Mesmo assim, foi possível destacar a concentração fundiária dentre os produtores da rubiácea, que concentram 68,67% da área total cultivável na região.

Peter Blasenheim e Rômulo Garcia Andrade destacaram em suas pesquisas a área média da propriedade cafeeira matense. Em uma amostragem composta por Editais de Leilão e inventários *post-mortem* datados entre 1854 e 1888, Andrade descobre uma média de 236 alqueires por cada parcela.<sup>253</sup> Já Peter Blasenheim aponta uma média de 280 alqueires para as décadas de 1870 e 1880.<sup>254</sup> Na pesquisa documental entre 1855 e 1870, os inventários revelaram que essa mesma média calculada por Andrade e Blasenheim alcançou apenas

<sup>253</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. *Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.11, nº22, mar/ago, 1991, p.97.

<sup>254</sup> BLASENHEIM, Peter. *Uma História Regional: a Zona da Mata Mineira, 1870/1906*. V **Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG/PROEP, 1982, p.43.

148,04 alqueires (Quadro 22). Portanto, revelou-se menor do que as encontradas pelos autores supracitados, em que pesem os critérios de seleção da documentação e a diferença cronológica. Andrade, por exemplo, considerou apenas os proprietários que detinham mais de 50 escravos, enquanto que Blasenheim postulou dados posteriores, quando a cafeicultura estava em um estágio de desenvolvimento bem maior na região.

### *Quadro 21*

#### *Extensão das propriedades dos cafeicultores (1855-1870)*

<i>TAMANHO EM ALQ.</i>	<i>QTDE PROP.</i>	<i>%</i>	<i>ÁREA TOTAL</i>	<i>%</i>	<i>ÁREA MÉDIA</i>
- 50,0	175	66,53	3039,58	16,29	17,36
50,1 - 100,0	34	12,92	2687,75	14,4	79,85
100,1 - 200,0	31	11,78	4628,75	24,81	149,31
200,1 - 500,0	18	6,84	5147,0	27,59	285,94
500,1 - 1000,0	5	1,90	3150,0	16,88	630
<b>TOTAL</b>	<b>263</b>	<b>100,0</b>	<b>18653,08</b>	<b>100,0</b>	<b>70,92</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Mesmo assim, é possível crer no padrão de predomínio da grande propriedade, que tende a se consolidar com o decorrer dos anos, e o processo de ascensão da produção da *commodity* na região da Zona da Mata. No caso dos cafeicultores, as parcelas com mais de 200 alqueires representaram 22,21%, maior índice de grande propriedade encontrado até então, cuja porcentagem representou 67,84% da área (Quadro 22). Se no período anterior (1830/1854) não existiam proprietários com somas de terras superiores a 500 alqueires, posteriormente os mesmos surgiram na forma de nove proprietários que concentraram em mais de 36% a área total. Da mesma forma, percebe-se a redução da pequena propriedade no caso dos cafeicultores, se relacionados com o total de propriedades levantadas na documentação no período (de 56,92% para 43,65%). Enquanto isso, as médias propriedades aumentam, embora em menor escala (de 28,45% para 34,12%).

Esses dados encontrados para o período em foco demonstram que as assertivas da historiografia mais tradicional sobre a Zona da Mata esteve pautada em informações inconsistentes no que diz respeito à propriedade da terra.<sup>255</sup> Ou seja, os devidos trabalhos que buscaram caracterizar a cafeicultura regional através do padrão de pequenas e médias propriedades, ao mesmo tempo em que não se debruçaram sobre as fontes de pesquisa, não

<sup>255</sup> LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.*, 1977. CANO, Wilson. *Op. Cit.*, 1985.

pueram compreender a dinâmica da fronteira agrária na Mata. Segundo esses autores, a restrita capacidade de reprodução da economia cafeeira representada pelo também restrito tamanho de suas unidades rurais, não seria capaz de agregar elementos suficientes para o crescimento econômico e a diversificação do capital agrário. Esse, por sua vez, se caracterizaria como um elemento disperso na economia regional, ao passo que não possuía condições de reter os fluxos de renda gerada pelo produto básico.<sup>256</sup>

### Quadro 22

#### *Extensão da soma das parcelas dos cafeeiros (1855-1870)*

<b>TAMANHO EM ALQ.</b>	<b>QTDE PROP.</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>ÁREA MÉDIA</b>
- 50,0	55	43,65	1151,62	6,17	20,93
50,1 - 100,0	23	18,25	1680	9,0	73,04
100,1 - 200,0	20	15,87	3164,09	16,96	158,2
200,1 - 500,0	19	15,07	5930,62	31,79	312,13
500,1 - 1000,0	8	6,34	5667,75	30,38	708,46
+ 1000,0	1	0,8	1059	5,67	1059
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>100,0</b>	<b>18653,08</b>	<b>100,0</b>	<b>148,04</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Portanto, ao contrário dos estudos cristalizados pela historiografia, deve-se reforçar o argumento de que a grande propriedade cafeeira dominou no espaço pioneiro da cafeeira na segunda metade do século XIX e início do XX, como demonstraram algumas pesquisas.<sup>257</sup> Dessa forma, é preciso refutar o papel representado pelas médias e pequenas como as principais características da produção agrária cafeeira da Zona da Mata mineira<sup>258</sup>, que não só se encontram em estudos mais tradicionais, como também em publicações mais recentes.<sup>259</sup> Considera-se que no momento de incorporação produtiva do café regional ao mercado de *commodities* em escala mundial, a propriedade da terra já era elemento primordial ao processo de reprodução cafeeira local, dadas as especificidades de cultivo da planta, que necessitava de

<sup>256</sup> LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.*, 1977. CANO, Wilson. *Op. Cit.*, 1985. LANNA, Ana. *Op. Cit.*, 1985.

<sup>257</sup> BLASENHEIM, Peter. *Op. Cit.*, 1982. ANDRADE, Rômulo Garcia. *Op. Cit.*, 1991. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993.

<sup>258</sup> LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.*, 1977. CANO, Wilson. *Op. Cit.*, 1985, p.296.

<sup>259</sup> MELO, Hildete Pereira de. *Coffee and Development of the Rio de Janeiro Economy, 1888-1920*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). *Op. Cit.*, 2003, p.378.

amplas parcelas de terras disponíveis. E o que se verificou é que esse processo, ainda incipiente no período 1855/1870 só tende a se consolidar em finais do XIX.<sup>260</sup>

Reforçando, os critérios de tamanho de propriedade estão aqui elencados segundo o padrão do Vale do Paraíba fluminense, a maior região produtora de café do mundo durante boa parte do século XIX. Portanto, as pequenas (até 50 alqueires), médias (entre 50 e 200 alqueires) e grandes propriedades (mais de 200 alqueires) correspondem ao modelo adotado em pesquisas dedicadas à região que fora pioneira no cultivo da planta em escala global, e sem exageros criou o mercado mundial de larga escala.<sup>261</sup> Ao disponibilizar uma quantidade enorme de sua produção, verificou-se um processo de redução dos preços da *commodity* – em cerca de ¼ entre 1820 e 1850<sup>262</sup> – que ficara assim mais acessível a um amplo mercado consumidor representado pelas classes emergentes dos países industrializados.<sup>263</sup>

Portanto, seria preciso um esforço de pesquisa muito maior do que o até aqui apresentado para inserir uma análise comparativa dentre outras regiões cafeeiras, localizadas fora do Brasil. Colocando o padrão utilizado para as propriedades brasileiras frente ao adotado em alguns países da América Latina, por exemplo, é possível compreender a exorbitância da dimensão das terras na região da Mata ou nas outras regiões cafeeiras do Brasil, ainda que as distinções dos tipos de café cultivados em cada região possam interferir nesse quesito. Na Colômbia e na Nicarágua, por exemplo, a grande propriedade é aquela que contém mais de 35 hectares, ou apenas cerca de 8,75 alqueires. Da mesma forma, as pequenas parcelas dessas regiões cafeeiras latino-americanas não ultrapassam a quantia de 1 alqueire<sup>264</sup>, números irrelevantes se comparados aos padrões brasileiros de 50 ou 200 alqueires.

Em que pesem as dificuldades de se delimitar um padrão de tamanho das unidades agrárias, pode-se perceber que situação da propriedade da terra na Zona da Mata, de um modo geral é a da crescente concentração fundiária com o decorrer do período em questão. Contudo, quando se isolam as propriedades cafeeiras, percebe-se um aumento significativo no número das médias e grandes propriedades, diminuindo esse nível de concentração e contribuindo para a assertiva de que a cafeicultura local esteve pautada em propriedades maiores, cuja disponibilidade de novas áreas de cultivo estava aberta ao processo de reprodução do cultivo

<sup>260</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2007.

<sup>261</sup> LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.109.

<sup>262</sup> *Idem*, p.109.

<sup>263</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). *Op. Cit.*, 2008.

<sup>264</sup> OCAMPO, José Antonio & BOTERO, María Mercedes. *Coffee and Economic Development in Colombia*. IN: CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary (ORG.) *Op. Cit.*, 2000, p.72. CHARLIP, Julie. *Small Farmers and Coffee in Nicaragua*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). *Op. Cit.*, 2003, p.239.

da *commodity*. Com base nos dados aqui descritos, a expansão da fronteira cafeeira estaria em plenas condições de se consolidar tanto no interior das propriedades, de acordo com o sistema agrário adotado, quanto no contexto da região como um todo, como se verá nas próximas seções.

### 3.3 – A dinâmica da mão-de-obra cativa

O item explorado na presente seção refere-se ao trabalho, segundo componente apontado na especificação do sistema agrário em foco. Mais detidamente, trata-se do trabalho escravo, uma vez que foi ele predominante nas unidades de produção da região matense durante praticamente todo o decorrer do século XIX. Aliada ao fator terra, a superexploração do trabalho cativo é que gerava a renda agrária uma vez que a mão-de-obra utilizada no cultivo da produção mercantilizada era também alocada às atividades de abastecimento da própria unidade rural, conformando um regime de trabalho que aliava os dois elementos como tipicamente conformadores do sistema agrário vigente.<sup>265</sup>

Com base nas pesquisas realizadas por Jonis Freire é possível perceber as formas de acesso ao contingente cativo adotadas pelos proprietários rurais da Zona da Mata mineira na segunda metade do século XIX, após a extinção do tráfico transatlântico. Os dados do autor apontam que a maioria dos cativos transacionados por três famílias tradicionais da região provinham do que era chamado de tráfico local. Portanto, eram escravos adquiridos dentro dos próprios limites da localidade. Logo depois, o acesso à mão-de-obra servil se conformava pelo tráfico intraprovincial, ou seja, pela compra de cativos procedentes das diversas regiões da Província de Minas Gerais. Por último, os escravos eram negociados e trazidos de outras Províncias do Império, principalmente localizadas na região Nordeste do país, modalidade essa chamada de tráfico interprovincial.<sup>266</sup>

Douglas Libby aponta:

*Com sua economia cada vez mais voltada para a exportação, a Zona da Mata é a única região mineira que registrou aumento da porcentagem de escravos na sua população entre 1831 e 1854-57. Não obstante o caráter estimativo do censo da década de 1850, esse aumento é bastante plausível, dada a rápida expansão da cafeicultura (...). Obviamente, são as atividades ligadas à produção do café que explicam por que em 1872 os escravos ainda correspondiam a um pouco mais de um quarto da população da Mata.*<sup>267</sup>

Através da localidade de Juiz de Fora, é possível se ter uma ideia do padrão evolutivo da demografia escrava na região da Zona da Mata. Comparando-a com outras localidades do sudeste escravista, percebe-se que o município que se estabeleceu como um dos pioneiros no cultivo da planta em Minas Gerais e o maior vetor de crescimento econômico proporcionado pelo produto básico, alcançou cifras significativas no que se refere à população escrava. Confrontada a

<sup>265</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Op. Cit., 1983. STOLCKE, Verena. Op. Cit., 1986, p.53-94.

<sup>266</sup> FREIRE, Jonis. Op. Cit., 2009, p.110; p.326-27.

<sup>267</sup> LIBBY, Douglas Cole. Op., Cit., 1988, p.52.

importantes localidades cafeeiras do país, Juiz de Fora, incluindo seus distritos, chega até mesmo possuir uma população cativa sensivelmente maior que o município de Vassouras, um dos maiores produtores de café no período (Quadro 24). Mas não só ao crescimento da população escrava esteve restrita a Zona da Mata. Sua população livre e, por conseguinte sua população total alcançou níveis representativos. Em 1822 a região que contava com a presença de 20.000 indivíduos, já em 1872 possuía 250.000, subindo para cerca de 430.000 habitantes no ano de 1890.<sup>268</sup>

### Quadro 23

#### *Pop. de Juiz de Fora (distrito - vila - cidade em períodos selecionados)*

PERÍODOS	LIVRES	CATIVOS	TOTAL DA POP.
1833-35	583	949	1.532
1855	2.441	4.025	6.466
1872	11.604	7.171	18.775

Apud: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

Percebe-se com base nos dados da segunda metade do século XIX, que o fim do tráfico transatlântico não representou de fato um elemento cerceador da mão-de-obra escrava na região da Zona da Mata mineira. Pelo contrário, o fluxo de africanos para o interior da Mata tendeu a aumentar em relação às outras regiões das Minas Gerais, dada a capacidade dinamizadora de sua economia, proporcionada pela ascensão do café. Martins chega a afirmar que o contingente escravo utilizado nas atividades de exportação era muito reduzido, pois não chegaria a representar nem mesmo 1% do total da escravaria da Província.<sup>269</sup> Segundo o autor, a economia interna das Minas Gerais, pautada no autoconsumo e no eventual acesso aos mercados, sustentaria por si só o maior plantel cativo durante todo o século XIX. No entanto, é preciso reforçar, assim como Robert Slenes fizera em resposta ao autor<sup>270</sup>, a inconsistência das afirmações de Martins.

Ora, especificar que menos de 1% da mão-de-obra escrava estava diretamente ligada à atividade cafeeira durante a primeira metade do século XIX, e afirmar que de 2% a 15% era o percentual de escravos envolvidos no café no restante da centúria, é de fato diminuir o peso que o setor exportador possuía no conjunto da economia de Minas Gerais, embora ficasse

<sup>268</sup> PEDROSA, Manoel Xavier. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - A Zona da Mata*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 9:189-230, 1962, p.201.

<sup>269</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Op. Cit.*, 1980, p.19.

<sup>270</sup> SLENES, Robert. *Op. Cit.*, 1985.

restrito a espaços econômicos específicos. Entre os anos de 1854 e 1872, por exemplo, a Zona da Mata detinha em média mais de 25% de sua população composta por escravos, destacando-se como a região com o maior percentual de mão-de-obra cativa da Província.<sup>271</sup> Portanto, é inegável a natureza aglutinadora do plantel cativo na região agroexportadora, que se demonstrara  *muito mais concentradora de propriedade em escravos do que a agricultura voltada para a subsistência e/ou para o mercado interno.*<sup>272</sup>

Contudo, mais uma vez se insiste que para o objetivo dessa pesquisa, afinada às especificidades do sistema agrário vigente na Zona da Mata mineira durante o século XIX, mais do que as formas de acesso ao elemento servil, são outros elementos conformadores do plantel cativo que mais interessa aqui. Ou seja, a capacidade de agregar e explorar o trabalho sob a forma da mão-de-obra escrava é uma das questões cruciais no processo de produção e reprodução da cafeicultura local. Portanto, para compreender a incorporação produtiva do café na região da Zona da Mata em relação ao trabalho, é preciso descrever a estrutura de posse de escravos presentes nas unidades rurais dedicadas ou não ao cultivo da rubiácea no período.

#### **Quadro 24**

##### ***População escrava de algumas localidades do sudeste no século XIX***

<b>ANO</b>	<b>Juiz de Fora</b>	<b>Campinas</b>	<b>Rio Claro</b>	<b>Vassouras</b>	<b>Paraíba do Sul</b>	<b>Prov. Espírito Santo</b>
<b>1831/32</b>	883	-	-	-	-	-
<b>1835</b>	-	-	598	-	-	-
<b>1840</b>	-	-	-	14.333	6.366	-
<b>1850</b>	-	-	-	19.210	-	-
<b>1853</b>	13.037	-	-	-	-	-
<b>1855</b>	16.428	8.149	-	-	-	-
<b>1856</b>	-	-	1.426	-	-	12.269
<b>1870</b>	-	-	-	-	-	18.772
<b>1872</b>	19.351	14.028	3.935	20.168	14.881	22.552
<b>1880</b>	-	-	-	-	-	21.216
<b>1882</b>	-	-	4.852	-	-	-
<b>1883</b>	21.808	15.665	4.866	18.630	15.369	-

Fonte: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983, p.41. LACERDA, *Op. Cit.*, 2006, p. 51. SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, 2008, p.159. DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.63.

<sup>271</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.*, 1988, p.47.

<sup>272</sup> *Idem*, p.120.

Primeiro, foi possível detectar que 28, ou cerca de 8% do total de propriedades rurais, não possuíam a presença de escravos. A estrutura de posse de escravos revelada pela documentação também demonstra mais uma vez o predomínio dos pequenos plantéis. Exatos 68,49% dos proprietários possuíam menos de vinte cativos em suas propriedades. Isso representava apenas 19,73% do número total de escravos, endossando a ideia da concentração de cativos na região. No período anterior (1830/1854), 11 proprietários ou 9,32% do total, detinham quase metade da escravaria (44,48%). Já no período em foco (1855/1870), os níveis de concentração tendem a aumentar ainda mais, pois apenas seis, ou 2,06% dos proprietários concentraram quase um quinto (18,75%) do número total de cativos levantado para o período (Quadro 25).

### Quadro 25

#### *Estrutura de Posse de Escravos (1855-1870)*

<b>ESCRAVOS</b>	<b>QTDE. PROP.</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL ESCRAVOS</b>	<b>%</b>	<b>MÉDIA</b>
1 - 5	92	31,39	252	3,44	2,73
6 - 10	62	21,16	475	6,49	7,66
11 - 19	47	16,04	716	9,8	15,23
20 - 50	47	16,04	1397	19,1	29,72
51 - 100	29	9,9	1934	26,44	66,68
101 - 150	10	3,41	1168	15,96	11,68
151 - 200	3	1,02	526	7,19	175,33
201 - 250	1	0,34	234	3,2	234
Acima 250	2	0,7	612	8,36	306
<b>TOTAL</b>	<b>293</b>	<b>100,0</b>	<b>7314</b>	<b>100,0</b>	<b>24,96</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Enquanto isso, as pequenas e médias posses compartilham mais ou menos o mesmo patamar quanto ao número total de escravos, mas apresentam diferenças profundas quando comparadas em relação ao número de proprietários. Quer dizer que as posses entre 20 e 49 cativos, embora representem percentualmente um número bem menor em relação às pequenas (de 1 a 19 escravos), a soma total das duas é quase que a mesma – 1.443 (19,73%) e 1.397 (19,1%), respectivamente. É possível detectar também uma sensível queda – 23% para 19,1% – da representatividade das posses médias em relação ao período anterior. Mais uma vez, esse fenômeno pode ser explicado pela questão da concentração, que tende a canalizar o tamanho das posses tanto para cima quanto para baixo, aumentando a distância entre os dois polos.

A comparação com outras localidades cafeeiras pode ser importante para a elucidação dos aspectos referentes à estrutura de posse da mão-de-obra cativa. Nesse sentido, uma breve consideração em relação ao município fluminense cafeeiro de Vassouras revela que o grau de concentração de escravos nas unidades agrárias da Zona da Mata foi bastante centralizado, ao contrário do que algumas pesquisas evidenciavam.<sup>273</sup> Situada no vale médio do Rio Paraíba do Sul, Vassouras se destacou durante o século XIX como uma das mais importantes localidades produtoras de café do país e, por conseguinte do mundo.<sup>274</sup> Portanto, a comparação com uma localidade de tal importância nos quadros da produção da rubiácea deixa transparecer a dinâmica da produção agrária cafeeira da Zona da Mata, como se verá adiante.

### Quadro 26

#### *Estrutura de Posse de Escravos dos Cafeicultores (1855-1870)*

<b>ESCRAVOS</b>	<b>QTDE. PROP.</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL ESCRAVOS</b>	<b>%</b>	<b>MÉDIA</b>
1 - 5	21	15,0	59	1,02	2,80
6 - 10	15	10,71	115	2,0	7,66
11 - 19	30	21,42	488	8,5	16,26
20 - 50	35	25,0	997	17,31	28,48
51 - 100	23	16,42	1558	27,06	67,73
101 - 150	10	7,14	1168	20,3	116,8
151 - 200	3	2,14	526	9,13	175,33
201 - 250	1	0,71	234	4,06	234
Acima 250	2	1,42	612	10,6	306
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>100,0</b>	<b>5757</b>	<b>100,0</b>	<b>41,12</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A estrutura de posse de escravos do município fluminense no período compreendido entre 1851 e 1865 se estabelece da seguinte forma: pequenas posses (52,52%), médias posses (25,21%), e grandes posses (22,27%). Os níveis de concentração da localidade da Província do Rio de Janeiro são bem parecidos com os encontrados nos inventários *post-mortem*, pois os proprietários com mais de 100 escravos perfizeram no caso de Vassouras, 4,35% de propriedades, agregando 23,02% da escravaria local.<sup>275</sup> Enquanto isso, no caso das fontes pesquisadas para o período compreendido nos anos de 1855 a 1870, 5,47% dos proprietários

<sup>273</sup> LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.*, 1977.

<sup>274</sup> STEIN, Stanley. *Op. Cit.*, 1990.

<sup>275</sup> SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, 2008, p.157.

conseguiram acumular exatamente 34,71% do total de escravos presentes nas fontes de pesquisa (Quadro 25).

Se anteriormente não existiam posses com mais de 150 cativos, agora elas chegaram à quantia de seis propriedades ou 2,06% do total. Da mesma forma, a média total de escravos por propriedade aumenta sensivelmente de 20,6 para 24 escravos em relação aos dois sub-períodos da pesquisa. Os padrões detectados até aqui só tendem a se acentuar quando se tomam os dados apenas dos proprietários envolvidos com a rubiácea. Do total, apenas três, ou 2,09% das unidades de produção da *commodity* cafeeira não tiveram o acesso à posse do escravo. Enquanto isso, o nível de concentração das propriedades ocorre da seguinte forma. Ao agrupar 78,71% dos cativos – em contraste aos 56% anteriores – os plantéis dos cafeicultores (47,78% dos proprietários de escravos) alcançaram a média total de 41,12 escravos por unidade, em contraste aos 30,69 encontrados no período anterior (Quadro 26).

Conclui-se com bases nesses dados, que a presença da mão-de-obra escrava aumentara em níveis significativos em relação ao primeiro sub-período da pesquisa. Quer dizer que o segundo elemento especificado no sistema agrário se fez presente de maneira incisiva no momento de incorporação produtiva do café na Zona da Mata mineira. Tanto, que se os dados forem isolados somente para o caso dos proprietários diretamente envolvidos com a rubiácea, os níveis de exploração do trabalho cativo, perfeitos pela crescente relação pés de café/escravo (especificado na próxima sessão); além do próprio aumento e maior centralização da posse cativa, se revelam mais contundentes, uma vez que o sistema agrário determinava, por natureza, a concentração e ampliação do trabalho, assim como a sua superexploração.

Enfim, demonstrou-se o apego à escravidão nas Minas Gerais do século XIX, considerada por todo o período a maior detentora de cativos do Brasil. Nesse processo, destacou-se firmemente a capacidade aglutinadora das atividades exportadoras da Província mineira, em que o café produzido na Zona da Mata se estabelece como elemento fundamental. Mas se por um lado esse apego à escravidão foi fundamental no que diz respeito à adoção do braço cativo no sistema agrário utilizado pela atividade exportadora, não quer dizer que a Abolição tenha tido na Zona da Mata o mesmo impacto que na região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, como alguns autores buscaram evidenciar em suas pesquisas.<sup>276</sup>

Mesmo que fundada no escravismo, a cafeicultura matense conseguiu consolidar um processo de transição do trabalho que, se não teve as mesmas características de dinamismo

---

<sup>276</sup> LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.*, 1977. CANO, Wilson. *Op. Cit.*, 1985.

alcançado pelo caso paulista, também não apresentou as mesmas características do caso fluminense, cujo declínio da produção da rubiácea já era patente no 13 de maio de 1888. Dessa forma, o lapso temporal da cafeicultura matense em relação à produção do café no Rio de Janeiro fez com que se verificasse na Zona da Mata formas de trabalho não compulsório com o fim do escravismo, dada sua capacidade de gerar recursos para tal, uma vez que a região ainda se encontrava em desenvolvimento.<sup>277</sup> É sobre esse lapso temporal, essa diferença cronológica entre as cafeiculturas regionais do sudeste escravista que será inserida a discussão da próxima seção. Mais especificamente, os elementos de conformação da cafeicultura local, qual seja seu processo de incorporação produtiva ao mercado internacional da rubiácea.

---

<sup>277</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993.

### 3.4 – A incorporação produtiva da cafeicultura regional

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, *não há meios ambientes que sejam favoráveis ou desfavoráveis em si, de maneira absoluta* ao desenvolvimento de determinadas atividades agrícolas. Contudo, o mesmo autor afirma ser um erro comumente praticado dentre os historiadores considerar as forças naturais como elemento *puramente externo*.<sup>278</sup> Nesse sentido, as características geomorfológicas das regiões produtoras, em consonância com os elementos socialmente constituídos, são de extrema importância para a compreensão das especificidades da produção agrária existente. É propriamente o caráter, a natureza do *sistema extensivo* – anteriormente especificado – que permite essa análise conjunta dos fatores ambientais e sociais.

É, portanto, nesse sentido que as condições ambientais das regiões em que uma *commodity* agrícola é implantada devem ser aqui consideradas na análise sobre o desenvolvimento da cafeicultura regional. Pode-se compreender que a Zona da Mata mineira apresentava plenas condições físicas à incorporação produtiva da rubiácea na segunda metade do século XIX, uma vez que a adaptação da planta a fatores como o clima, o solo e a topografia locais ocorreu de modo que sua produtividade não seria comprometida, a não ser que fatores extra-ambientais agissem de maneira contrária às especificidades de seu cultivo. E o ajustamento da *Coffea arabica* no interior de Minas Gerais não diferiu, em seus aspectos físicos daqueles encontrados nas demais regiões cafeeiras da parte sudeste do país:

*Na região centro meridional o cafeeiro vinha encontrar as características típicas do meio tropical. Estes se marcam pelos verões ardentes, com suas chuvas fortes concentradas principalmente nos meses de novembro a março, e invernos sempre secos, as noites relativamente frias. (...) Encontrava a pluviosidade média de 1000 mm, muitas vezes ideal, com 1200 a 1600 mm, o mês mais quente com temperatura acima de 22°C, o mais frio acima de 18°C, as médias anuais de 20°C, reputadas excelentes.*<sup>279</sup>

A região constituída pela Zona da Mata mineira apresenta um clima ameno durante boa parte do ano, com regimes regulares de chuva entre outubro e março. Seu território também está constituído em altitudes médias de 800-900 metros acima do nível do mar, sendo que boa parte de onde se implantou a cultura do café, o relevo não supera 1200 metros, onde fatalmente ocorrem geadas que atrapalham o cultivo.<sup>280</sup> Já os solos de coloração alaranjada ou

<sup>278</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. Cit.*, 1979, p.18-19.

<sup>279</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *A Grande Lavoura*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) *Op. Cit.*, 1974, p.94.

<sup>280</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.149-150.

amarelada moderadamente férteis, eram compensados com o húmus produzido pelas abundantes florestas, que por sua vez diminuía a acidez da terra, e geravam condições de maior produtividade para a planta<sup>281</sup> em um momento que as técnicas de cultivo não apresentavam nenhum tipo de tratamento para além dos próprios recursos oferecidos naturalmente, pelo próprio meio biológico.<sup>282</sup>

Portanto, o café da Zona da Mata se incorpora produtivamente ao mercado de *commodities* no devido período também pelo caráter adaptativo da planta ao meio natural local. Embora seja uma planta de clima tropical, naturalmente surgida em áreas quentes, a rubiácea se desenvolveu de maneira extremamente ampla nas áreas de clima ameno. Por ser uma árvore de sub-bosque, o cafeeiro não possui nenhuma espécie de mecanismo de armazenamento de umidade, ao passo que em condições adversas, pode retirar a referida umidade a profundidades consideráveis, ultrapassando os três metros. Dessa forma, seu caráter mesial<sup>283</sup> – que faz com que não exija solos que não sejam nem secos, nem encharcados – demonstrou-se perfeitamente adaptável nas terras argilosas de topografia acidentada mais afastadas da costa marítima, em que as exigências botânicas do produto convergiram com a forma de organização da produção.

Os custos de montagem de uma empresa agrícola cafeeira, nessas condições, também não representam em si um empecilho ao seu desenvolvimento. A relativa facilidade de acesso aos elementos conformadores do sistema agrário, a terra e trabalho, foi fator determinante dessa dinâmica. Adicione-se a isso a iniciativa dos grupos que vão se estabelecendo na região, mormente ligados a atividades mercantis no interior da Capitania/Província de Minas Gerais, cujo cabedal necessário para investir na produção da rubiácea foi o suficiente para iniciar as atividades nas propriedades matenses.<sup>284</sup> Rafael Marquese aponta a importância do acesso a terra e ao trabalho ocorrido no Brasil durante a primeira metade do século XIX:

*(...) os custos de implementação da cafeeicultura no centro-sul eram relativamente baixos, se comparados com outras possibilidades de inversão existentes no período. As condições que tornavam reduzidas as necessidades de grandes investimentos para se formar uma fazenda cafeeira (...) deitavam raízes no baixo custo do fator terra (...) e na oferta elástica de mão-de-obra escrava, provida pelo crescente tráfico negreiro no primeiro quarto do oitocentos entre o litoral congo-angolano da África e a cidade do Rio de Janeiro.*<sup>285</sup>

<sup>281</sup> VALVERDE, Orlando. *Op. Cit.*, 1958, p.3-25.

<sup>282</sup> BOSERUP, Ester. *Op. Cit.*, 1987. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983, p.39-101.

<sup>283</sup> DEAN, Warren. *Op. Cit.*, 2011, p.195-96.

<sup>284</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Op. Cit.*, 2005.

<sup>285</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Op. Cit.*, 2004, p.264.

Para além das características naturais e o acesso aos fatores de produção, outro elemento fundamental ao processo de incorporação produtiva do café mineiro diz respeito à transformação ocorrida no setor de transportes, vivenciada na segunda metade do oitocentos. Duas vias terrestres anteriores marcaram a dinâmica da produção e a conformação do espaço que viria a se estabelecer como a Zona da Mata mineira. O primeiro deles, a existência do Caminho Novo, anteriormente citado, que servira como elo entre as áreas interioranas da Capitania de Minas Gerais e o centro nevrálgico da colônia, o Rio de Janeiro, teve papel importante no fluxo de pessoas e mercadorias dentre duas das capitanias mais importantes economicamente nos séculos XVIII e início do XIX.

O outro, a criação da Estrada do Parahybuna, também representou um avanço nas comunicações entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Empreendimento de menor vulto realizado já no período imperial pelo engenheiro alemão Fernando Henrique Halfeld em 1837, tratava-se de uma variante do Caminho Novo.<sup>286</sup> Ou seja, o objetivo da empresa realizada era encurtar o tempo de viagem para a capital das Minas Gerais, estabelecendo alguns trechos alternativos ao itinerário da via criada há mais de um século naquele momento. Dessa forma, parte da estrada acaba por cortar o antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna, onde exatamente se consolida o que viria a ser o centro da cidade de Juiz de Fora.

Em que pese a importância das duas vias supracitadas por mais de um século e meio, é a partir da criação da Estrada de Rodagem União & Indústria que a dinâmica regional aflora de maneira significativa. Trata-se, para boa parte da historiografia especializada no tema, de um marco importante para a história local,<sup>287</sup> ao passo que seu surgimento coincide com a ascensão do produto exportador escoado da Zona da Mata para o porto carioca. Em 1852, cria-se a companhia que dá início às obras da rodovia, capitalizada em boa parte por proprietários agrícolas exportadores estabelecidos na própria região, com garantias de juros e outros subsídios fornecidos pelo estado. Portanto, a criação da União & Indústria se deu predominantemente em *função do escoamento da produção de café, sendo um dos decorrentes da produção cafeeira da Mata de Minas Gerais.*<sup>288</sup>

Após quase dez anos de seu início, a Estrada de Rodagem União & Indústria é inaugurada em 1861, com a presença do então Imperador Dom Pedro II. Domingos Giroletti aponta alguns elementos da via terrestre que irá representar uma economia de 50% a 70% no custo do frete para o Rio de Janeiro:

<sup>286</sup> BASTOS, Wilson de Lima (ORG.). *Op. Cit.*, 1993, p.32.

<sup>287</sup> GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1980. LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.*, 1981. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Op. Cit.*, 1988. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993.

<sup>288</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.44.

*(...) introduziu uma nova dinâmica no esquema de comercialização da produção local. A abertura da Rodovia União & Indústria vai transformar Juiz de Fora num entreposto comercial. Vai permitir o desenvolvimento do comércio local, tendo como consequência maior concentração de capital. Juiz de Fora se transforma, como ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, no local de passagem obrigatória entre Minas e o Rio de Janeiro, no núcleo econômico mais dinâmico da Zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas e parte de Goiás (...) Com a abertura da Rodovia, com seu leito macadamizado e com seu sistema de transportes – diligências e carroças – modificaram-se radicalmente as condições de transporte feito, até então, pelas tropas de burros, cuja quantidade por jumento não excedia 60 quilos de carga. A Rodovia União & Indústria introduziu maior “liquidez” no sistema: maior rapidez, maior quantidade e volume de carga exportada, maior segurança e continuidade no movimento de circulação de mercadorias em todas as épocas do ano e, conseqüentemente, barateamento do preço/arroba, por légua transportada.<sup>289</sup>*

Embora tenha sido inaugurada na década de 1860, a pauta de discussão sobre a construção da via começa no início da década de 1850. Além do barateamento dos custos de deslocamento da mercadoria exportadora, o advento da estrada de rodagem também representou melhores condições de locomoção, que acabou por reduzir em muito o tempo de viagem entre a cidade de Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, cujo percurso diminuía para apenas em torno de 12 a 14 horas.<sup>290</sup> Ainda, a estrada não só integrou a região da Zona da Mata ao Rio de Janeiro enquanto porta de saída ao mercado mundial, mas também integrou a própria região matense no interior das Minas Gerais, tal como o setor ferroviário faria de maneira mais dinâmica na década seguinte.

A empresa fora pioneira, ao projetar uma estrada de rodagem, e não de ferro, que fosse tão moderna quanto suas similares europeias.<sup>291</sup> O trecho estabelecido entre Juiz de Fora e Petrópolis representava aquilo que de mais moderno havia no setor de transporte terrestre: um trajeto de baixa inclinação, calçado pelo sistema de macadamização, cuja técnica traria maior trafegabilidade, e possuidor de uma linha de carros que fazia a ligação constante.<sup>292</sup> Portanto a Estrada de Rodagem União & Indústria foi um empreendimento de vulto significativo, seja pelas *condições do traçado da estrada e pelo seu acabamento, como pela sua importância econômica no período que precedeu as ferrovias.*<sup>293</sup> Portanto, há uma *causação circular entre a melhoria dos transportes, a abertura de vias de comunicação e o desenvolvimento da*

<sup>289</sup> GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1980, p.41.

<sup>290</sup> *Idem*, p.35.

<sup>291</sup> MORAIS, Viviane Alves de. **Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2010, p.144.

<sup>292</sup> *Idem*, p.201.

<sup>293</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. *Vias de Comunicação*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, Tomo 2, Vol.4, 1974, p.46.

*cafeicultura*, uma vez que o próprio capital cafeeiro financiou direta ou indiretamente a construção dessas vias, e estas, por sua vez, facilitaram o aumento da produção da rubiácea.<sup>294</sup>

Essa *causação circular* apontada por Giroletti trata-se em outros termos, da decorrência de um efeito de encadeamento retrospectivo.<sup>295</sup> O efeito de encadeamento retrospectivo é aquele que leva investimento em *setores que gravitam em torno do fornecimento de insumos, bens e serviços para o setor exportador*.<sup>296</sup> Portanto, o incremento alcançado no setor de transportes na década de 1860 resulta do próprio processo de ascensão do produto básico, uma vez que a Estrada de Rodagem União & Indústria surge como um elemento fundamental na infraestrutura cafeeira regional, ao direcionar praticamente toda a produção da rubiácea saída de Minas Gerais em direção mercado internacional, via Rio de Janeiro (Quadro 27).

Mas não só o incremento do setor de transportes, as características ambientais da Zona da Mata e o acesso a terra e ao trabalho foram fatores essenciais no processo de incorporação produtiva do café regional ao mercado mundial. A questão da qualidade do produto também pode ser elencada como fator de extrema importância nesse processo. Grande parte do café produzido no Brasil ao longo do século XIX se distinguiu por sua relativa baixa qualidade. E a distinção, nesse caso, não representava um empecilho ao alcance que rubiácea aqui cultivada poderia representar ao redor do globo. Pelo contrário, fora justamente um dos fatores que facilitaram o processo de comercialização do café brasileiro nos mercados estrangeiros. Steven Topik chama a atenção para essa questão:

*Os Estados Unidos não eram um mercado interessado na qualidade do café. O longo transporte em carros, trens e navios constantemente causavam danos aos grãos, que também não eram especificamente de boa qualidade por causa do sistema escravista do país, que enfatizava mais o volume do que a qualidade.*<sup>297</sup>

A tônica da cafeicultura brasileira, portanto, se conformou pela superexploração dos recursos naturais e do trabalho cativo para despejar uma quantidade enorme de café no mercado mundial. Embora o *sistema extensivo* fosse utilizado em outras áreas cafeeiras situadas nos trópicos ao longo do século XIX, foi de fato no Brasil aonde ele se disseminou de

<sup>294</sup> GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1988, p.33.

<sup>295</sup> Para uma definição de Efeito de Encadeamento, ver: HIRSCHMAN, Albert. *Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada*. IN: SORJ, Bernardo. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>296</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.32.

<sup>297</sup> *The United States was not a market interested in quality coffee. The long transport in carts, trains, and ships often caused damage of beans that were often not especially good quality to being with because Brazil's slave system emphasized volume rather than quality.* TOPIK, Steven. *The Integration of the World Coffee Market*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG.). *Op. Cit.*, 2003, p.40.

maneira mais efetiva. A diferença da rubiácea nacional produzida no oitocentos, incluindo aqui o café matense, se consolidou não só pela forma de cultivo adotada, mas também e principalmente pelo trato pós-colheita dado ao grão. Ou seja, o beneficiamento do café foi um elemento chave na determinação da qualidade que unidades de produção e as regiões cafeeiras poderiam oferecer em relação aos seus produtos.

**Quadro 27**

***Café Produzido por MG e Volume de Café Transportado pela Cia.União & Indústria (1858-1868)***

<i>Ano</i>	<i>Café Exportado MG em @ - (A)</i>	<i>Café Transportado em @ - Cia. U &amp; I - (B)</i>	<i>% A/B</i>
1858	889.766	503.418	56,5
1859	688.946	1.082.172	177,0
1860	1.593.808	1.362.190	88,4
1861	1.092.616	1.576.826	144,3
1862	647.707	771.598	119,1
1863	994.615	986.072	99,1
1864	1.476.017	887.200	60,1
1865	1.303.748	1.309.006	100,4
1866	2.150.304	1.326.797	61,7
1867	2.130.992	1.982.259	93,0
1868	2.793.555	1.673.622	59,0

Apud: GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980, p.42.

Das tentativas em agregar valor ao produto que se referiam aos processos de beneficiamento, destacam-se dois métodos distintos. O primeiro deles consiste no chamado *método molhado* ou beneficiamento por *via úmida*. O método molhado consistia na imersão dos grãos de café em tanques com água por aproximadamente três dias, para que houvesse a separação dentre o café maduro e o café ainda verde. A diferença de peso dentre os grãos faz com que os primeiros, mais secos, sobrenadem, enquanto os outros submergem. O período é o suficiente para que a fermentação ocorrida destrua ou favoreça a extração da casca que envolve os grãos, que são lavados novamente, e uma vez amontoados são deixados a secar em terreiros sob a ação do sol, ou em aparelhos denominados secadores.<sup>298</sup>

Já o outro método de beneficiamento refere-se ao *método seco* ou beneficiamento por *via seca*. Nele, o processo é bem mais simples, sendo que o produto era diretamente

<sup>298</sup> CARVALHO, João. *A cultura do café no Oeste de Minas – Municipio de Lavras*. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1927, p.463-64.

despejado em terreiros para a secagem sob sol, e remexido de tempos em tempos, tentando-se evitar a absorção da umidade do solo por parte dos grãos. Antes de ser despulpado e moído mecanicamente, o café colhido sem qualquer seleção prévia que distinguísse os grãos mais dos menos maduros, permanecia por cerca de dez a trinta dias nesses pátios, dependendo justamente da porcentagem de café verde presente. Esse foi o método amplamente utilizado no Brasil, e em países outras regiões cafeeiras que buscavam alcançar os mercados estrangeiros pela quantidade de café produzido, como El Salvador ou Java.<sup>299</sup>

O método molhado foi predominantemente adotado em regiões da América Central e do Norte, como as áreas produtoras da Colômbia e da Guatemala. A Costa Rica se estabeleceu como sua principal representante. Particularmente, o café costa-riquenho produzido nas pequenas e médias propriedades rurais, era devidamente processado em unidades maiores ou mesmo em algumas zonas urbanas do país, que contavam com um sistema de transportes mais eficiente. Ao contrário do caso colombiano – embora sua produção fosse realizada em propriedades menores – cujo beneficiamento da rubiácea acontecia nas próprias unidades de produção.<sup>300</sup> A seleção dos grãos no momento da colheita também era característica primordial, ao passo que eram escolhidos apenas os frutos aptos à próxima fase do processo de produção, evitando o método pouco criterioso do derriçamento.

Em que pesem as diferenças dos métodos de beneficiamento na valorização do produto, acontece que com o decorrer do tempo há um processo de segmentação do mercado de café, quando em finais do XIX já possível estabelecer determinados nichos para cada tipo de produto. É nessa especificidade que o café costa-riquenho se destacou e buscou seu espaço dentro do mercado mundial. Contudo, a tendência da combinação baixo custo/baixa qualidade predominava de maneira a não comprometer, pelo contrário, pôs-se a expandir a produção em regiões com características parecidas com o Brasil, incluindo principalmente o próprio. Dois pontos explicam essa tendência: primeiro, a própria natureza do consumo discutida no primeiro capítulo, difundido amplamente às classes emergentes do continente europeu e dos Estados Unidos. Segundo, os próprios avanços técnicos no setor de alimentos, que eximiam a necessidade de um produto de maior qualidade, a exemplo do café solúvel.<sup>301</sup>

---

<sup>299</sup> *Idem*, p.464-65. SAMPER, Mario. *The historical construction of quality and competitiveness: a preliminary discussion of Coffee Commodity Chains*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). *Op. Cit.*, 2003, p.124-25. TOPIK, Steven & SAMPER, Mario. *The Latin American Coffee Commodity Chain: Brazil and Costa Rica*. IN: TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). *Op. Cit.*, 2006, p.130-31.

<sup>300</sup> SAMPER, Mario. *The historical construction of quality and competitiveness: a preliminary discussion of Coffee Commodity Chains*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). *Op. Cit.*, 2003, p.145.

<sup>301</sup> *Idem*, p.128.

Os padrões de qualidade vieram a se estabelecer de maneira mais rigorosa no final do XIX e início do XX. Vários eram os critérios adotados na distinção dos cafés, como a cor, densidade, composição química, umidade, aparência, dimensões, etc. Além dos aspectos referentes ao grão, ficava também estabelecido o tipo de café aquele que era originário de determinados portos.<sup>302</sup> No caso dos dois maiores produtores da rubiácea no Brasil, em terras paulistas o café alcançara o padrão de qualidade entre os níveis 7 e 8, enquanto que o café fluminense se estabeleceu entre os tipos 8 e 9.<sup>303</sup>

Já o café produzido na Zona da Mata mineira não diferiu muito em qualidade das características da rubiácea produzida nas regiões supracitadas, com maior diferença talvez para o caso do café do oeste paulista, cujo padrão demonstrou-se sensivelmente maior. Mas como visto anteriormente, a falta de qualidade da rubiácea cultivada não representou um empecilho para que o mercado internacional do café fosse acessível às regiões produtoras. Em que pesem as sensíveis diferenças dentre as regiões cafeeiras do centro-sul do Brasil em relação ao padrão de qualidade do produto nelas desenvolvido – alcançando em média um nível baixo – a maior distinção dentre elas vai se estabelecer com base na cronologia de seus ciclos. Quer dizer que a incorporação produtiva da região matense ao mercado mundial do produto se deu em um momento distinto do advento da cafeicultura nas outras regiões do sudeste brasileiro, principalmente o Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>304</sup>

Segundo Antonio Barros de Castro, a produção do café nacional foi caracterizada ao longo do século XIX e início do XX como uma *cultura itinerante*, que tanto na expansão quanto na crise, deveria ser pensada enquanto uma atividade em movimento que englobava simultaneamente três espaços e três tempos.<sup>305</sup> Significa dizer que existiam de maneira conjunta uma zona recente de produção, onde o café estaria penetrando; uma zona intermediária, onde a rubiácea já se encontraria consolidada e em pleno cultivo; e por fim, uma zona pioneira que se estabeleceria como a área de ocupação mais antiga, e por isso decadente. Das três regiões cafeeiras mais importantes do país, pode-se elencar na mesma ordem o Oeste paulista, a Zona da Mata mineira e o Vale do Paraíba fluminense como os representantes dessa formulação elaborada por Barros de Castro.

---

<sup>302</sup> SAMPER, Mario. *The historical construction of quality and competitiveness: a preliminary discussion of Coffee Commodity Chains*. IN: CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). *Op. Cit.*, 2003, p.126.

<sup>303</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. Cit.*, 2008, p.93-94.

<sup>304</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993.

<sup>305</sup> CASTRO, Antonio Barros de. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, Vol.2, 1971, p.60.

Portanto, a cafeicultura não deve ser vista como um único processo que englobe todas as áreas envolvidas com o produto, uma vez que somente a abordagem regional é capaz de dar conta das especificidades históricas conformadoras da dinâmica de cada espaço econômico e a capacidade que cada um deles representou em determinadas conjunturas. Sônia Mendonça assim delinea como os estudos históricos devem abordar a questão do café no país:

*A noção de “cafeicultura”, tal como qualquer outra, consiste numa construção e, enquanto tal deve ser relativizada. Identificar um “setor cafeeiro nacional” consiste em uma violência simbólica das mais poderosas, posto pressupor homogeneidade, igualdade de condições produtivas e, sobretudo, união, ausência de conflitos. É impossível esquecer que a cafeicultura não implica em desenvolvimento regional homogêneo, posto englobar áreas em distintas condições de desempenho e baseadas em relações de trabalho totalmente diversas.*<sup>306</sup>

De acordo com essas considerações, pode-se afirmar que o café mineiro destacou-se no cenário nacional como um intermediário da grande produção brasileira da rubiácea, estabelecendo-se dentre as duas regiões mais importantes. Em outros termos, a incorporação produtiva do café em Minas Gerais tardou a ocorrer em relação ao caso fluminense, e se adiantou em relação ao caso do oeste paulista. Contudo, deve ser esclarecido, como é comum ocorrer mesmo entre os historiadores não especializados, que a mera existência da planta na região da Zona da Mata, ou mesmo nas outras regiões cafeeiras do país, não revela por si só a dinâmica de mercado que a envolve. Ou seja, o cafeeiro foi introduzido no início do século XVIII no norte do país, e desde então foi sendo testado, adaptado naturalmente em direção às áreas mais ao sul. Sua presença fora elemento constante nas unidades rurais em diversas regiões, até que o pioneirismo do Vale do Paraíba fluminense incorporasse de maneira efetiva sua produção no segundo quartel do XIX:

*Em 1731 era cultivado em quintais e sítios dos arredores de Belém (PA) e no Maranhão. (...) Durante o século XVIII, e mais especialmente no seu último quartel, a planta foi levada a vegetar por meio de sementes e mudas, em pontos do território brasileiro distantes em relação ao centro original de sua disseminação. (...) Penetrou em várias capitanias do Nordeste, como cultura experimental, no recinto de hortas ou quintais. É certo que foi cultivado no Ceará, desde 1747 ou 1763, sob o clima ameno da serra de Baturité. Na parte meridional da Bahia, pequenos plantios de cafeeiros vicejavam em 1780, os de Ilhéus mais florescentes. Introduzira-se também em Goiás, 1774, no município de Santa Luzia. Por iniciativa oficial plantou-se café em Santa Catarina em 1786, limite extremo de sua expansão meridional.*<sup>307</sup>

No caso mineiro, é inegável a existência do cultivo de café na primeira metade do oitocentos, como foi devidamente demonstrado no capítulo anterior. No entanto, a tônica da

<sup>306</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. Cit.*, 2008, p.88-89.

<sup>307</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. *A Grande Lavoura*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) *Op. Cit.*, 1974, p.87.

produção cafeeira da região que viria a se conformar como a Zona da Mata não foi capaz de estabelecê-lo de maneira efetiva no mercado cafeeiro. Embora se tenha demonstrado a disponibilidade da terra e do trabalho nas unidades rurais inventariadas, a cafeicultura regional ainda não havia sequer iniciado a transformação da paisagem agrária. Portanto, é esse caráter de intercessão que vai configurar as especificidades do desenvolvimento gerado pelo produto básico no final do século XIX, delimitando a Zona da Mata como um espaço *periférico*, se comparado com as duas principais regiões produtoras de café do país.

De fato, não há meios de afirmar que a expansão da cafeicultura *se dá simultaneamente nos estados do Rio, de Minas e de São Paulo, configurando em um único processo*<sup>308</sup>, ou ainda em uma comparação mais simplificada, de que o *café na Mata mineira inicia seu desenvolvimento concomitantemente com o Vale do Paraíba*.<sup>309</sup> Longe dessas afirmações, o advento da cafeicultura mineira emergiu com um atraso temporal em relação ao ciclo de produção cafeeiro fluminense, dada sua posição geográfica. Afastada da costa marítima em mais de uma centena de quilômetros por terrenos escarpados, somente a integração via setor de transportes – primeiro a estrada, depois a ferrovia – foi capaz de colocar a região da Zona da Mata de maneira efetiva no mercado internacional do produto. Portanto, a questão da fronteira demonstrou-se fundamental, ao passo que Mata se inseriu na produção da rubiácea quando o movimento de ocupação e expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba já havia se consolidado, e a região fluminense do café se destacava na primeira posição no mercado mundial da *commodity*.

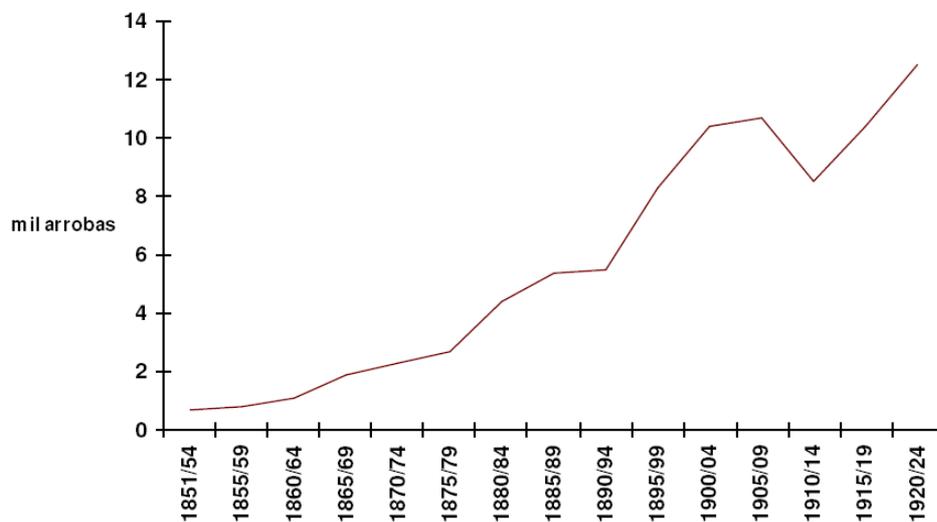
Ainda, o processo de consolidação da fronteira cafeeira no interior da região matense serviu como elemento de diferenciação no próprio território onde ela esteve alocada. Quer dizer que o surgimento da cafeicultura correspondeu à fundação da Zona da Mata enquanto tal, diferenciando-a das demais regiões da Província mineira. A acentuação dessas diferenças iria se concretizar ainda mais com o advento da República, na formação do que veio a ser chamado pelo pesquisador John Wirth como o *mosaico mineiro*.<sup>310</sup> Portanto, percebe-se que há uma dupla diferenciação que é específica à Zona da Mata no que tange a sua dinâmica econômica após o processo de incorporação do café em seu território, em que sua estrutura destoa tanto das outras regiões – não exportadoras – mineiras, quanto das outras regiões exportadoras do café, Rio de Janeiro e São Paulo.

---

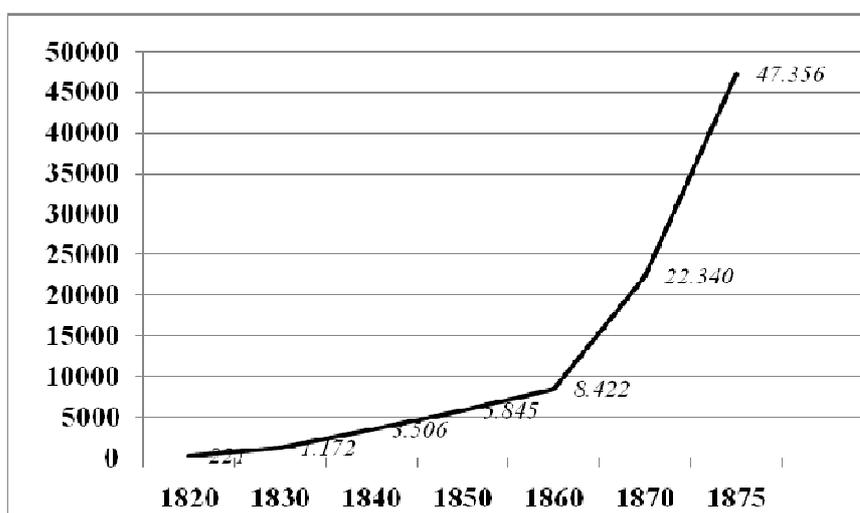
<sup>308</sup> LIMA, João Heraldo. *Op. Cit.*, 1981, p.4.

<sup>309</sup> LANNA, Ana. *Op. Cit.*, 1988, p.31.

<sup>310</sup> WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira, 1899-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

**Gráfico 04****Médias Quinquenais da Produção de Café de Minas Gerais (1850/1924)**

Apud: PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2007, p.16.

**Gráfico 05****Exportações de Café Mineiras em Toneladas (1820-1875)**

Apud: BLASENHEIM, Peter. *Op. Cit.*, 1982.

Com base nos dados fiscais da Província de Minas Gerais, nos levantamentos sobre o volume da produção, e principalmente nos inventários *post-mortem*, é possível determinar o momento de incorporação produtiva do café regional, e diferenciá-lo dos demais ocorridos no agro fluminense e paulista. Os dados presentes nos Relatórios de Presidentes de Província,

dentre outras séries fiscais de Minas Gerais trabalhados por Restitutti, obtém informações sobre a produção e comercialização do café mineiro durante o século XIX. Segundo os dados levantados pelo autor, o café alcança apenas 5% do valor total das exportações da Província no período compreendido entre 1818 e 1828; crescendo respectivamente para 19,2% e 27,9% nos períodos 1839-1849 e 1850-1860. Já na década de 1860, o produto alcança a cifra de 47,6%, chegando a 69,4% no período de 1870 a 1884.<sup>311</sup>

### Quadro 28

#### *Média Quinquenal de Produção de Café em Minas Gerais (1851-1874)*

<i>QUINQUÊNIO</i>	<i>PRODUÇÃO MG (Em Arrobas)</i>	<i>PRODUÇÃO MG (Em Milhares de Toneladas)</i>
1851 – 1854	711.732	11,84
1855 – 1859	809.780	11,85
1860 – 1864	1.150.152	16,83
1865 – 1870	1.973.591	23,89
1871 – 1874	2.313.054	33,87

Apud: PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2007, p.20.

O momento de inflexão da cafeicultura local de fato ocorre nos primeiros anos da década de 1860. E esse movimento teve impacto direto na economia da Província, uma vez que o fluxo, e consequentemente a arrecadação sobre as mercadorias que saíam do território mineiro foram massivamente predominadas pelo crescimento da cafeicultura. Quer dizer que a evolução das exportações não cafeeiras, marcadamente configuradas pela historiografia como elemento-chave do dinamismo da economia mineira durante os séculos XVIII e XIX, em que se destacam a comercialização do gado e de gêneros alimentícios,<sup>312</sup> pouco contribuiu para o comportamento das exportações totais a partir de 1860, pois se verificou que a tendência de crescimento do volume exportado no oitocentos *deve-se quase exclusivamente à expansão da produção de café* durante o período.<sup>313</sup>

*O café constituiu atividade mais dinâmica de Minas provincial (...) Entre 1818-28 e 1839-50 sua participação nas exportações totais passou de 4,5% para 18% e nas agrícolas de reexportação de 20% para 73%. A partir da década de 1860 o café passa a predominar absolutamente na composição das exportações mineiras.*<sup>314</sup>

<sup>311</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação de Mestrado, Araraquara, UNESP, 2006, p.82.

<sup>312</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *Op. Cit.*, 2002.

<sup>313</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.77.

<sup>314</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.83.

O efeito de encadeamento fiscal já é perceptível a partir desse período em sua modalidade de efeito *direto*, ou seja, aquele incidido sobre a exportação. Os fluxos de recursos que serão arrecadados por parte da Província mineira com a produção do café no espaço restrito da Zona da Mata, retornarão em formas de investimento por todo o território de Minas Gerais. A canalização *de recursos originados localmente para outros espaços econômicos de Minas*<sup>315</sup>, ao mesmo tempo em que revela a dinâmica da produção cafeeira, e o peso que a mesma passa a assumir no conjunto da Província, em longo prazo torna-se um elemento delimitador de sua dinâmica. Quer dizer que a dispersão desses recursos – ainda que tenham sido também direcionados para o espaço matense na forma de financiamento da infraestrutura (as ferrovias são um bom exemplo) e da agricultura em geral – desenha a posição periférica Zona da Mata, se comparada com as cafeiculturas paulista e fluminense, onde os recursos por elas gerados ficaram retidos em grande parte no mesmo espaço da produção da rubiácea.<sup>316</sup>

### Quadro 29

#### Arrecadação da Província/Estado de Minas Gerais (1839-1920)

Exercícios	Arrecadação Geral	Arrecadação Especial do Café	Relação
1839-40	52:361\$100	10:956\$293	20,92
1859-60	297:129\$534	159:778\$083	53,77
1880-81	1.543:036\$579	1.205:532\$000	78,12
1900	10.475:053\$798	7.916:202\$270	58,10
1920	27.386:358\$909	15.263:968\$718	55,73

Apud: ALVIM, Aristóteles. *Confrontos e Deduções*. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.90.

No decênio fiscal 1860-70 a exportação total média anual foi 38,7% superior à observada no decênio anterior (1850-60). Já o crescimento das exportações anuais da rubiácea nesse mesmo período, correspondeu a 137,0%, tendo aumentado sua participação no total de 27,9% para 47,6%. Percebe-se desse modo, que nos anos seguintes a 1860, as variações da safra cafeeira tendem a comandar o ritmo das exportações mineiras. Reflexo disso é a comparação da utilização da Estrada de Rodagem União & Indústria por Minas Gerais e pelo Rio de Janeiro. Apesar do maior trecho da rodovia ter sido constituído em território fluminense, é o café mineiro sua principal mercadoria em trânsito, pois se entre 1858 e 1861,

<sup>315</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.219.

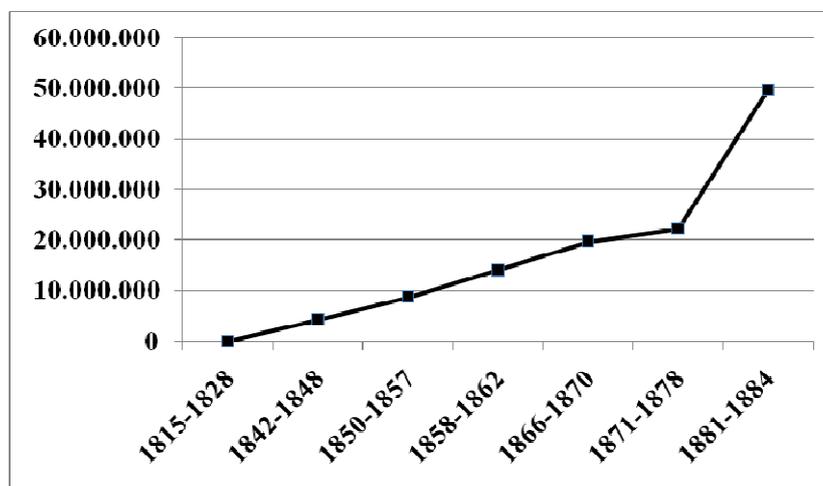
<sup>316</sup> *Idem*, 219.

a participação da rubiácea produzida em Minas Gerais girava em torno de um terço do total, nos períodos 1866/67 e 1868/69 chegam a ultrapassar 60% e 70%, respectivamente.<sup>317</sup>

Os dados fiscais são um bom contra-argumento em relação à afirmação atribuída a Martins de que *a grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do resto da província*. Segundo o autor, a região da Zona da Mata era de fato um enclave no interior das Minas Gerais, e se caracterizava como mera *extensão da cafeicultura fluminense*.<sup>318</sup> As cifras alcançadas pela arrecadação que incidia diretamente sobre o café na Província, revela que o advento da incorporação da rubiácea regional representa mais de 50% do total arrecadado nas Minas Gerais, alcançando o ápice de 78% (Quadro 29). Nesse sentido, a canalização dos recursos gerados pela cafeicultura na forma de impostos, por si só, gerava um enorme impacto positivo para as outras regiões da Província, que seriam teoricamente beneficiadas pela administração mineira na forma de investimentos, desconstruindo totalmente a assertiva de Martins.

**Gráfico 06**

**Quantidade Média Anual em Quilos do Café Exportado, Zona da Mata (1815-1884)**



Apud: RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.280.

Percebe-se, portanto, que a incorporação produtiva da cafeicultura corresponde à própria conformação da região da Zona da Mata enquanto tal, uma vez que esta fora fundada longe dos ideais da tradição mineira arraigados ao século XVIII. Esse descompasso é típico da produção agrária cafeeira dentre as principais áreas a ela dedicadas no interior do país. A região mineira do café chega à cifra de um milhão de arrobas do produto exportado somente

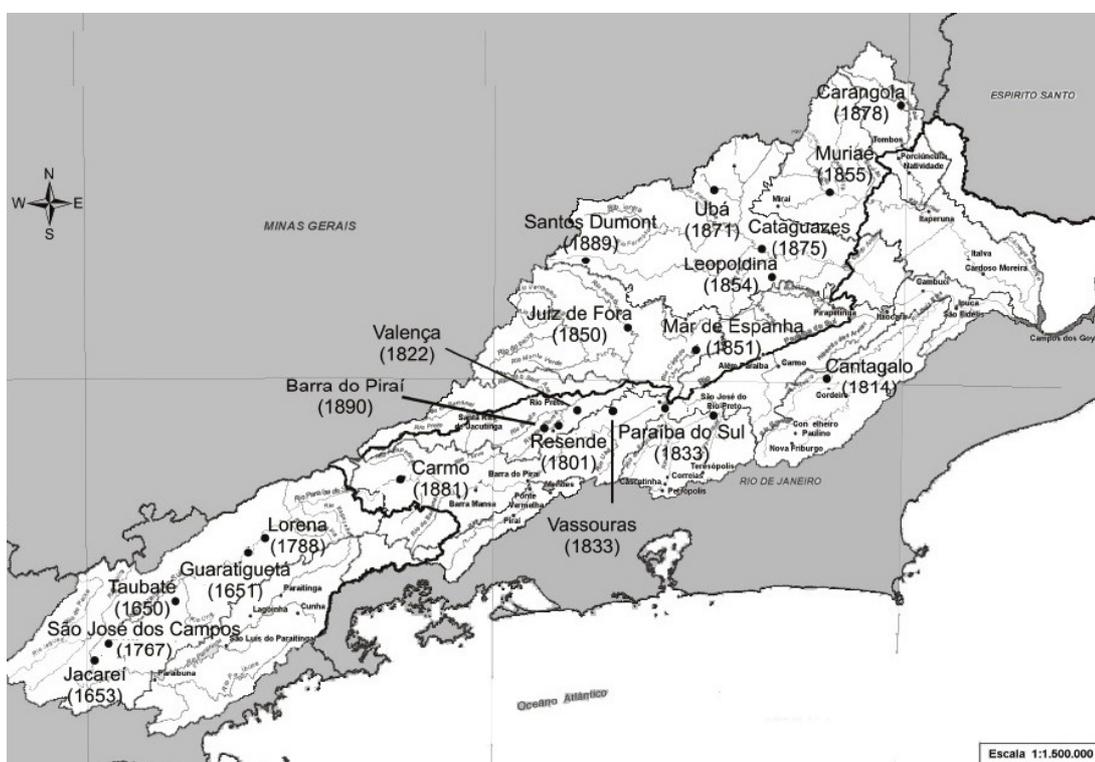
<sup>317</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.70-78; p.269.

<sup>318</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Op. Cit.*, 1980, p.39.

no ano de 1860.<sup>319</sup> Enquanto isso, o Rio de Janeiro já havia alcançado esse patamar quase trinta anos antes, em 1835.<sup>320</sup> Esse descompasso pode ser analisado não só pelo volume da produção, mas também pela própria marcha do café, que segundo Lessa, pode ser percebida no registro cronológico das datas de criação dos municípios.<sup>321</sup> Desconsiderando os dados referentes às localidades paulistas, de colonização mais antiga ligada às bandeiras, o mapa abaixo revela o descompasso entre as cafeiculturas fluminense e mineira (Mapa 02).

### Mapa 02

#### *Municípios do Vale do Paraíba fluminense e da Zona da Mata mineira por data de fundação (1801-1890)*



Apud: SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2008, p.223.

Percebe-se no mapa que os municípios situados no vale fluminense possuem datas de fundação mais antigas em relação aos municípios da Zona da Mata. Enquanto localidades como Vassouras, Resende e Paraíba do Sul são formadas ainda na primeira metade do século XIX, quando do momento coincidente à ascensão cafeeira na Província do Rio de Janeiro, não é possível afirmar o mesmo processo para o caso das Minas Gerais. Ou seja, tanto as

<sup>319</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, p.107. RESTITUTTI, Cristiano Corte. *Op. Cit.*, 2006, p.324.

<sup>320</sup> CANO, Wilson. *Op. Cit.*, p.292. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, p.107.

<sup>321</sup> LESSA, Carlos. *Op. Cit.*, 2001, p.118.

localidades matenses mais antigas, como Juiz de Fora e Mar de Hespanha, quanto as mais recentes como Santos Dumont e Cataguazes, todas elas são fundadas somente na segunda metade do século. Reitera-se assim mais uma vez a questão do descompasso temporal entre as duas regiões através dessa diferença, em que as cidades vão ganhando maior projeção, e acabam por se desmembrarem, criando outras localidades, distritos, etc.

Para além dos dados sobre o volume exportado presentes nos registros fiscais, é possível buscar algumas informações sobre a cafeicultura nos inventários *post-mortem*. Dadas as especificidades do sistema agrário extensivo utilizado no período, vários autores dedicados à temática da cafeicultura se dispuseram de duas metodologias análogas que permitem analisar a dinâmica cafeeira em tempos e espaços delimitados.<sup>322</sup> A primeira delas trata-se do mapeamento das áreas dispostas em culturas, matas, capoeiras e pastos. A partir da diferenciação dessas quatro modalidades, percebe-se a proporção, ou o estágio da cafeicultura, que teoricamente, deixava áreas anteriormente utilizadas na forma de pastos, para incorporar novas áreas na forma de matas.

A segunda metodologia utilizada, diz respeito ao levantamento da idade dos cafezais, também descritas nas fontes de pesquisa. Até os quatro anos de idade, o cafeeiro encontra-se em formação e não gera produtividade. A partir do quinto ano a planta começa a produzir, e atinge seu grau máximo de produtividade em torno dos oito anos de idade. Daí até praticamente os vinte anos, mantém certa regularidade nas safras, que a partir de então tende a declinar lentamente até os trinta e cinco anos, quando a cultura já não é mais compensatória.<sup>323</sup> Portanto, através dessas três faixas de idade, é possível mais uma vez determinar o grau de comprometimento da cafeicultura em regiões ou até mesmo em propriedades isoladas. A primeira metodologia não foi possível de ser estabelecida, pela falta de unidade de dados.

Acontece que os inventários do período 1855/1870 não apresentaram de maneira clara uma distinção entre as áreas constantes das propriedades rurais. E quando o apresentavam, faziam de forma mais genérica, impossibilitando que os dados fossem devidamente agregados. Contudo, essa prática explique-se talvez pelo fato de que a distinção entre terras em culturas, matas, capoeiras e pastos não era ainda um elemento de preocupação por parte dos proprietários, dado o caráter incipiente da cafeicultura local e, por conseguinte, a

---

<sup>322</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993. DESTRO, José Augusto de Souza. *Op. Cit.*, 2006.

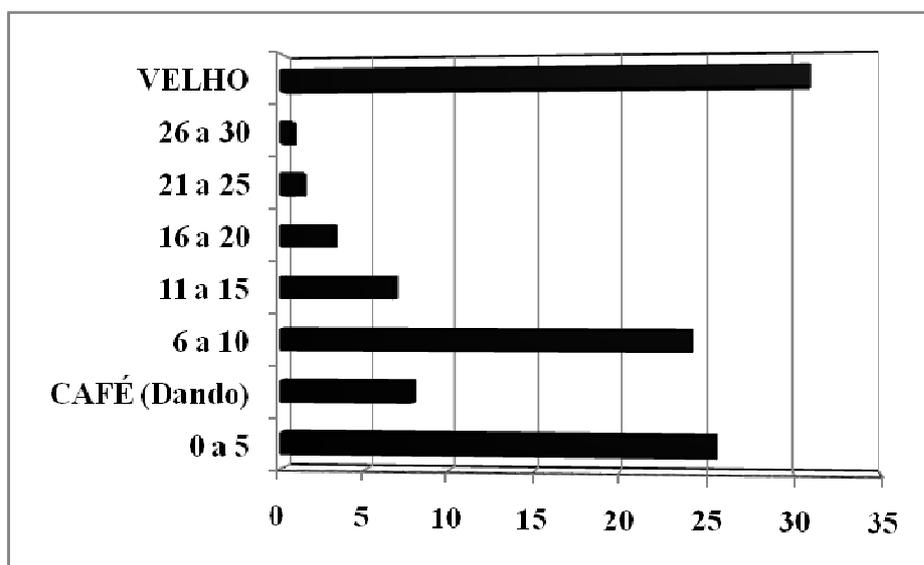
<sup>323</sup> PONTES, Hildebrando de Araujo. *A introdução do cafeeiro no Triângulo Mineiro e a sua cultura no município de Araxá (Memória histórica e agrícola)*. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.422. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983, p.76.

disponibilidade de terras aptas à introdução da rubiácea. Já o segundo método foi um pouco mais fácil de estabelecer, pois esteve presente com maior recorrência na documentação pesquisada.

Com base nos dados do período 1855/1870, percebe-se que cerca de 50% dos cafezais não tiveram sua idade descrita na documentação. Mesmo assim, é possível visualizar que boa parte deles se configurou como plantios mais recentes, se retirados os inventários sem esse tipo de informação. Logo de início, pode-se notar que mais de um quarto da capacidade de produção na região matense ainda está ociosa, à medida que os cafezais com menos de cinco anos de idade perfazem exatos 25,61% do total de pés plantados nas unidades rurais. A segunda faixa cafezais, ou seja, aqueles que se encontram em plena produção, correspondem a 41,67% do total. Já os cafeeiros ainda produtivos, mas em curva descendente, estabelecidos entre 21 e 30 anos de idade, perfizeram apenas 1,74% do montante. Por fim, os pés da rubiácea denominados genericamente como *velhos* alcançaram o patamar de 30,95% (Gráfico 07).

**Gráfico 07**

***Percentual de Idade dos Cafezais (1855-1870)***



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Mesmo com o significativo patamar alcançado por esse último agrupamento, em que pese a generalização do termo, é possível detectar a incipiência da cafeicultura local no terceiro quartel do século XIX. Outra forma de considerar esses aspectos é fazer um levantamento do número de propriedades agrícolas dedicadas ao cultivo da planta, assim

como o número de pés de café alcançado em cada uma delas. Se os dados de 1855/1870 forem comparados com o sub-período anterior estabelecido pela pesquisa (1830/1854), percebe-se um aumento significativo na porcentagem de cafeicultores, assim como no volume de cafezais por unidade produtiva, revelando a participação crescente do café nas grandes, médias e pequenas propriedades da Zona da Mata mineira.

As parcelas com mais de 100.000 pés, consideradas grandes unidades cafeeiras segundo o padrão de propriedade da maior região produtora do mundo, o Vale do Paraíba fluminense<sup>324</sup>, alcançaram apenas três unidades (nem mesmo 3% do total das unidades rurais e 7,68% do total das propriedades cafeeiras). Para o período correspondente ao processo de incorporação produtiva do café em Minas Gerais, os dados são bem diferentes. O número de proprietários com mais de 100.000 cafeeiros aumentou em dez vezes, chegando a 30, cuja representatividade alcançou 23,07% das unidades cafeeiras, ou cerca de 10,06% do total de propriedades. (Gráfico 08; Quadro 31). Na mesma proporção, cerca de dez vezes, aumentou o número total de pés de café no primeiro para o segundo sub-período: 1.138.350 para 10.473.888 pés.

Ainda, no primeiro sub-período da pesquisa ficou claro que a grande maioria dos cafeicultores não ultrapassou os 25.000 pés. Esse mesmo patamar percentual foi encontrado no período seguinte (46,92%, a maioria), mas com uma significativa diferença em relação aos cafezais entre 25.000 e 100.000 pés. Enquanto no primeiro momento essa faixa de número de árvores não ultrapassa os 20%, entre 1855 e 1870 ela irá superar em mais de 30%. Portanto, se o número de pequenos cafezais tende a crescer na mesma proporção, isso não se verifica no caso dos médios e grandes cafezais, que aumentam em escala bem maior. Isso é possível de se perceber também através da média do número de pés que passa de 29.188 para 74.092 pés, duas vezes e meia a mais que o verificado no período anterior (Quadro 31).<sup>325</sup>

Uma vez que os cafezais considerados pequenos tendem ao mesmo patamar de crescimento, e os médios e grandes tendem a aumentar exponencialmente, percebe-se também um processo de concentração no interior das unidades cafeeiras. É possível constatar um alto nível de centralização da produção cafeeira, ao passo que 23,07% dos cafeicultores detinham 72,97% do número de pés. Por outro lado, os médios produtores, representados em 30%, possuíam 20,26% do total de árvores da rubiácea. Já os pequenos cafeicultores, a maioria do número de proprietários, perfeitos em 46,92%, compartilhavam em números de pés, apenas 6,99% do total de cafezais na região da Zona da Mata (Quadro 31). Portanto, a formação da

<sup>324</sup> STEIN, Stanley. *Op. Cit.*, 1990. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983.

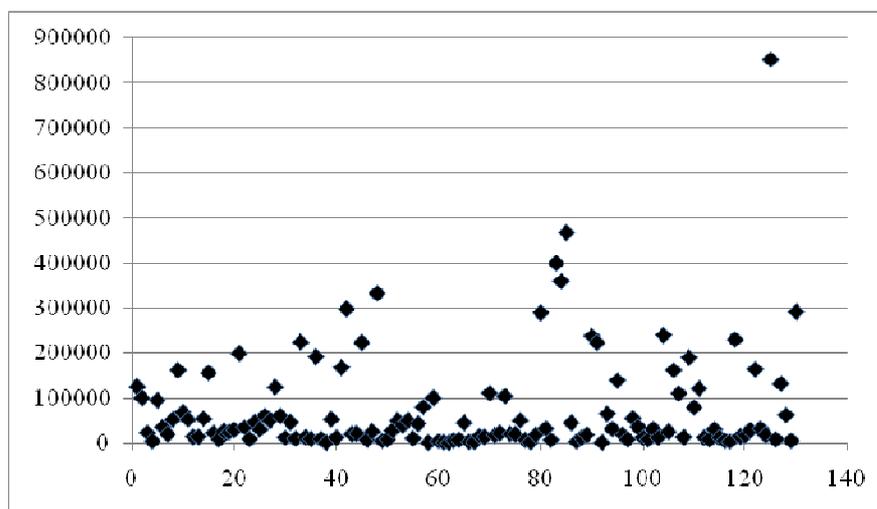
<sup>325</sup> ANDRADE, Rômulo Garcia. *Op. Cit.*, 1991, p.97.

cafeicultura pelo advento das médias e grandes propriedades, endossada pela historiografia dedicada à região<sup>326</sup>, só se faz confirmar nesse momento de ascensão do café local nos mercados.

E essa concentração se dá não só em relação ao número de pés, mas também ao número de escravos, com significativo aumento do primeiro em relação segundo. Quer dizer que a produtividade do trabalho cativo tende a crescer devido à incorporação de mais terras para o desenvolvimento da rubiácea. Entre os anos de 1835 e 1870, o número de cafeeiros por cada escravo sobe de 237,8 para 1.885,12 (Gráfico 09, Quadro 30). Mais uma vez, compreende-se que a superexploração do trabalho cativo foi um dos elementos cruciais ao crescimento da atividade agrária. Contudo, o nível de exploração da mão-de-obra servil na Zona da Mata demonstrou-se relativamente baixo, exatamente pelo grau de incipiência da cafeicultura local. Os dados demonstrados por Ricardo Salles para a localidade de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense, acusam essa diferença, donde o ponto máximo de pés por escravo ultrapassou 3.800 no ano de 1876. Ainda entre 1821 e 1835, a proporção já era de quase 500 árvores por escravo.<sup>327</sup>

### Gráfico 08

#### *Nº e Proporção dos Cafezais (1855-1870)*



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

<sup>326</sup> BLASENHEIM, Peter. *Op. Cit.*, 1982. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993. ANDRADE, Rômulo Garcia. *Op. Cit.*, 1991, p.97.

<sup>327</sup> SALLES, Ricardo. *Op. Cit.*, 2008, p.153-54.

**Quadro 30**  
**Pés de café (1830-1870)**

<b>Período</b>	<b>Nº Prop.</b>	<b>Nº Pés</b>	<b>Escravos</b>	<b>Pés/Prop.</b>	<b>Pés/Escravo</b>
<i>1830-1839</i>	-	-	-	-	-
<i>1835 - 1839</i>	2	19.500	82	9.750	237,8
<i>1840-1844</i>	5	120.000	110	24.000	1.090,9
<i>1845-1849</i>	8	172.150	199	21.518,75	865,07
<i>1850-1854</i>	19	817.700	770	43.036,84	1.061,94
<i>1855-1859</i>	33	1.955.000	1.362	59.242,42	1.435,38
<i>1860-1864</i>	33	1.860.454	1.137	56.377,39	1.636,28
<i>1865-1870</i>	60	5.529.084	2.933	92.151,40	1.885,12
<b>TOTAL</b>	160	10.473.888	6.593	65.462	1.588,63

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Há um descompasso exorbitante em relação ao volume produzido, mas também um descompasso temporal dentre os processos de expansão do café na Zona da Mata mineira e o Vale do Paraíba fluminense. Percebe-se claramente que o maior comprometimento das unidades rurais no cultivo da planta não ocorre antes do quinquênio 1855-1859, quando o número de pés duplica em relação ao período anterior (Quadro 30). De acordo com as especificações explicitadas anteriormente de que o cafeeiro demora cerca de cinco anos para gerar produtividade, seria portanto, na primeira metade da década de 1860 que essas mesmas árvores duplicadas no espaço de meia década começariam a adentrar no mercado. Acredita-se que a reunião dos dados fiscais elaborados por outros autores, em consonância com o levantamento feito nos inventários *post-mortem* tenham sido suficientes para demonstrar que o processo de incorporação produtiva do café mineiro só ocorreu durante os anos 1860.

A conjuntura da produção agrária local muda profundamente entre os períodos selecionados de 1830/1854 e 1855/1870. E a grande diferença foi de fato a incorporação do café de maneira efetiva nas unidades rurais, que por sua vez, mantiveram de alguma forma a tônica da diversificação produtiva. Isso porque é da natureza do sistema agrário vigente a manutenção da produção dos gêneros como o milho, o feijão e o arroz, mesmo que as propriedades pareçam tender a uma condição de especialização da produção.<sup>328</sup> Tendência essa que não se confirma na prática, face ao incremento quantitativo desses gêneros, ainda que os mesmos apresentassem baixos níveis de mercantilização em relação ao café. As mercadorias apresentarem os seguintes níveis de recorrência na documentação: milho (106), arroz (51), feijão (36) e a cana-de-açúcar (16).

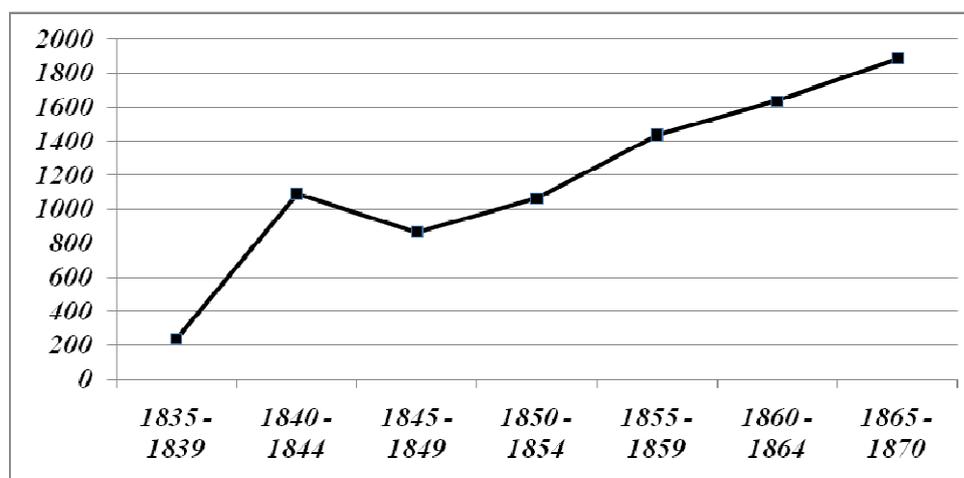
<sup>328</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Op. Cit.*, 1983.

**Quadro 31**  
**Proporção dos cafezais (1855-1870)**

<b>Nº PÉS</b>	<b>Nº PROP.</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL PÉS</b>	<b>%</b>	<b>MÉDIA PÉS</b>
Até 5.000	15	11,53	39.900	0,41	2.660
5.001 a 10.000	15	11,53	118.750	1,23	7.916,66
10.001 a 20.000	25	19,23	378.500	3,92	15.140
21.001 a 50.000	30	23,07	1.029.900	10,7	34.330
50.001 a 100.000	15	11,53	1.034.500	10,75	689.66,66
100.001 a 150.000	8	6,15	965.530	10,02	120.691,25
150.001 a 200.000	8	6,15	1.392.954	14,46	174.199,25
200.001 a 500.000	13	10,0	3.819.004	39,64	293.769,53
+ 500.000	1	0,77	853.000	8,85	853.000
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>	<b>100,0</b>	<b>9.632.038</b>	<b>100,0</b>	<b>74.092,6</b>

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Gráfico 09**  
**Média Quinquenal de Pés de Café por Escravo (1835-1870)**



Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

De fato, a produção de alimentos no interior das propriedades cafeeiras não se desenvolvia propriamente com a finalidade de acesso aos mercados, mas primordialmente pela manutenção da própria fazenda, seja para a subsistência do contingente cativo ou mesmo do complexo de animais presentes nelas. As benfeitorias são representativas desse processo, onde se percebe que as principais delas referem-se ao beneficiamento dos gêneros mais recorrentes, como a existência dos moinhos, engenhos e monjolos. Fato interessante é a ascensão dos engenhos de café, que alcançaram o número de 40, correspondendo a mais de 30% do valor em contos de réis das principais benfeitorias encontradas (Quadro 32).

Enquanto isso, esse mesmo equipamento só fora encontrado apenas seis vezes no período anterior selecionado pela pesquisa (1830/1854).

**Quadro 32**

**Principais Benfeitorias (1855-1870)**

<b>BENFEITORIA</b>	<b>QTDE.</b>	<b>%</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
<b>Moinho</b>	191	26,86	18123094	8,90
<b>Paiol</b>	142	19,97	32587000	16,01
<b>Engenho</b>	109	15,33	54670000	26,86
<b>Monjolo</b>	95	13,36	1713190	0,84
<b>Senzala</b>	81	11,39	24994000	12,28
<b>Rancho</b>	53	7,45	10206000	5,01
<b>Engenho de Café</b>	40	5,62	61224000	30,08
<b>TOTAL</b>	711	100,0	203517284	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem*. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Portanto, pensando em uma lógica de mercados, o café mineiro, embora obtenha suas raízes na primeira metade do século XIX, só vai alcançar a importância aqui estabelecida por volta da década de 1860, quando possui os elementos necessários em relação ao volume de produção, rede de transportes, mão-de-obra, etc. suficientes para se incorporar produtivamente ao mercado mundial do produto. E esse processo se confunde com o próprio surgimento da região matense. Quer dizer que o café nasce no espaço do Vale do Parahybuna cujas semelhanças com o Vale do Paraíba fluminense são enormes – população indígena, demografia esparsa, grupos de famílias provenientes dos distritos da Comarca do Rio das Mortes, etc. No entanto, o produto só desenvolve a contento na esteira da própria formação da Zona da Mata, donde há a transformação da natureza pelos elementos historicamente constituídos.

### 3.5 – Efeitos de Encadeamento e diversificação urbano-industrial

Com o processo de incorporação produtiva e a consolidação da cafeicultura a partir da década de 1860, uma gama de outras atividades surgiu no decorrer do século XIX e início do XX na Zona da Mata mineira. Destaca-se aí o processo de diversificação urbano-industrial conformador do complexo agroexportador desenvolvido na região.<sup>329</sup> São alguns dos seus componentes: o surgimento de uma ampla rede de transportes composta por rodovias (1861) e ferrovias (1875), além do transporte urbano inaugurado na década de 1880 (Cia. Carris Urbanos de Juiz de Fora); a criação de uma estrutura comercial capaz de atender um mercado regionalmente dinâmico; o processo de industrialização em diversos setores fabris; a criação de um mercado financeiro institucionalizado através dos bancos (1887); o aprimoramento dos serviços de comunicações (telégrafo – 1885 e telefonia – 1883). Toda essa estrutura criada principalmente no núcleo do complexo cafeeiro – a cidade de Juiz de Fora – irá de fato criar uma identidade regional que estabelecerá diferenças marcantes para a Zona da Mata mineira.

O setor de transportes destaca-se como um dos principais propulsores da dinâmica alcançada pela Zona da Mata mineira, ao ganhar ainda maior fôlego com a chegada das estradas de ferro a partir da década de 1870. A primeira delas a alcançar a região é a E. F. D. Pedro II (Mar de Espanha – 1869; Além Paraíba – 1871; Mathias Barbosa e Juiz de Fora – 1875; Barbacena – 1880) inaugurada no Rio de Janeiro em 1858, e que irá cortar a Mata mineira no sentido leste-oeste. Já no sentido norte-sudeste, surge a E. F. Leopoldina, que em alguns trechos se encontra com a E. F. D. Pedro II, mas passa por outras localidades importantes que ainda não haviam sido alcançadas pela ferrovia na região: Muriaé em 1885, Pomba e Ponte Nova em 1886.<sup>330</sup>

Grande parte do surto ferroviário alcançado na Província de Minas Gerais a partir da década de 1870 pode ser creditada à importância econômica da Zona da Mata naquele contexto. Das vinte e cinco concessões de ferrovias dadas em território mineiro nessa mesma década, onze localizavam-se na Mata. Já no ano de 1884, cerca dois terços das ferrovias de Minas Gerais estavam presentes na região matense.<sup>331</sup> O crescimento das vias férreas mineiras se equipara em extensão ao crescimento do transporte ferroviário de São Paulo, superando outras áreas cafeeicultoras do sudeste brasileiro. A importância do café no desenvolvimento das ferrovias é incontestável à medida que se pode perceber que o papel de vanguarda no

---

<sup>329</sup> CANO, Wilson. *Op. Cit.*, 1977. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993 ; 2004.

<sup>330</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Op. Cit.*, 1929, p.54.

<sup>331</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.46.

setor é dividido por duas áreas cafeeicultoras mais recentes (MG e SP), ao passo que a região pioneira do café (RJ), já em estágio de queda na produção da rubiácea naquele momento, cresce em ritmo menor (Quadro 33).

### Quadro 33

#### *Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego nos principais estados produtores de café em Km (1873 – 1936)*

UF	Extensão da Rede Ferroviária									
	1873	%	1883	%	1905	%	1919	%	1936	%
<i>São Paulo</i>	254	22	1.457	26	3.790	23	6.615	24	7.330	22
<i>Minas Gerais</i>	-	-	662	12	3.843	23	6.619	24	8.038	22
<i>Rio de Janeiro</i>	510	45	1.706	30	2.661	16	2.794	20	2.810	8
<i>Espírito Santo</i>	-	-	-	-	336	2	609	2	773	2
<i>Brasil</i>	1.129	-	5.708	-	16.782	-	28.128	-	33.521	-

Apud: PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.48.

Outro aspecto conformador da dinâmica exercida localmente através do produto exportador diz respeito ao processo de diversificação econômica sofrido principalmente na cidade de Juiz de Fora, centro dinâmico do complexo cafeeiro de Minas Gerais. É também na década de 1870 que os primeiros investimentos industriais de maior vulto ganham espaço na cidade. No último quartel do século XIX, o desenvolvimento do setor urbano proporciona elementos intimamente conectados à modernização, como serviços de comunicações e energia capazes de alavancar o processo de diversificação econômica, mais uma vez assegurado em boa parte pelo capital agrário local.<sup>332</sup> Os efeitos encadeadores<sup>333</sup> gerados pelo produto principal agem de tal maneira:

*Ao analisarmos que a industrialização tem o seu princípio em centros onde o mercado de exportação é a atividade principal, como o caso do café em Juiz de Fora, sabemos que a expansão da exportação promove a dinamização do mercado interno, cujas necessidades não podem ser satisfeitas somente com bens importados. Tal ampliação do mercado interno provoca a aceleração do crescimento das cidades, gerando investimentos e força de trabalho.*<sup>334</sup>

O fim do escravismo também marca esse período de modernização na Zona da Mata, ao passo que as condições para a efetivação de um mercado de trabalho se consolidam no pós-1888. O crescimento populacional e urbano aliado à nova conjuntura do trabalho livre cria

<sup>332</sup> MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira.** Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1990.

<sup>333</sup> HIRSCHMAN, Albert. *Op. Cit.*, 1985.

<sup>334</sup> DESTRO, José Augusto de Souza. *Op. Cit.*, 2006, p.108.

demandas por bens de consumo e de primeira necessidade, os quais são distribuídos dentre as cidades matenses, estabelecendo assim uma dinâmica rede de mercadorias a nível regional, da qual o centro nevrálgico se estabelece em Juiz de Fora desde o início do processo. Dessa forma, o setor comercial (atacadista e varejista) também possui papel determinante ao reter capitais localmente constituídos que posteriormente eram investidos em atividades industriais.<sup>335</sup>

Embora não estabelecesse uma relação direta na negociação do produto exportador, a estrutura comercial de Juiz de Fora foi capaz de manter sua dinâmica mesmo estando predominantemente voltada às atividades de mercado interno alavancadas pela rubiácea. O que torna mais um elemento específico dos efeitos de encadeamento geradores do complexo agroexportador de Minas Gerais em relação às outras duas principais regiões cafeeiras do país, Rio de Janeiro e São Paulo, onde o comércio esteve profundamente envolto na negociação da *commodity* cafeeira, sendo os portos carioca e santista os principais responsáveis por sua distribuição no mercado internacional. Essa localização interiorana da região, que fica limitada ao acesso direto com os mercados estrangeiros é um dos elementos que a determina como sendo *periférica*, se comparada às outras regiões cafeeiras.

A falta de um *locus* específico que integrasse a Zona da Mata de maneira direta aos países importadores de café, se por um lado colaborou para sua caracterização enquanto uma zona *periférica*, essa característica única da região mineira não foi capaz de atravancar seu desenvolvimento econômico<sup>336</sup>, ao contrário das interpretações sobre a Zona da Mata, que se recusam inclusive a reconhecer o processo de industrialização na cidade de Juiz de Fora.<sup>337</sup>

Essas características do complexo *periférico* só tendem a tornar mais um elemento peculiar ao processo de diversificação urbano-industrial na virada para o século XX, diferenciando a Mata mineira de outras regiões do país, no que se refere aos vetores básicos da constituição capitalista e aos principais vetores a ela associada. Estabelecendo-se como um polo regional, a cidade de Juiz de Fora passa a consistir em um parque industrial relativamente diversificado, ao incorporar setores diversos tais como têxtil, alimentos, bebidas, calçados, etc. Mais uma vez, a adaptação da indústria local basicamente se aplicava às necessidades de consumo relacionadas de alguma forma à renda gerada pela *commodity* cafeeira.<sup>338</sup>

---

<sup>335</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004.

<sup>336</sup> *Idem.*

<sup>337</sup> CANO, Wilson. *Op. Cit.*, 1985. CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.*, 1999, p.65.

<sup>338</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.83.

O incipiente processo de industrialização ocorrido na Mata mineira, do qual vai aos poucos incorporando elementos de operacionalização mais dinâmicos – como a produção em série, utilização de equipamentos mais sofisticados, uso de energia elétrica, emprego de mão-de-obra mais qualificada<sup>339</sup> – necessita também de um instrumento essencial ao desenvolvimento econômico: o crédito. Dessa forma, a cidade de Juiz de Fora se situa também como catalisadora de recursos financeiros apreendidos e distribuídos localmente para as atividades de diversificação do capital agrário regional.

### Quadro 34

#### *Relação dos estabelecimentos industriais: Juiz de Fora (1870 – 1907/8)*

<b>INDÚSTRIAS</b>					
<b>1870</b>	<b>Nº</b>	<b>1877</b>	<b>Nº</b>	<b>1907/8</b>	<b>Nº</b>
Oficinas de ferreiro	7	Oficinas de ferreiro	12	Cervejas e bebidas	7
Olarias	6	Olarias	4	Tecelagem e malharia	6
Fábricas de carroças	3	Fáb. de carros e carroças	5	Laticínios	6
Selarias	3	Selarias e Of. correeiro	4	Fundição e Mecânica	5
Fáb. Fogos de artifício	2	Fáb. Fogos de artifício	2	Curtume e art. couro	5
Funilarias	2	Of. Funileiro e caldeireiro	9	Alimentícia	5
Oficinas marceneiro	2	Oficinas de marceneiro	3	Cerâmica	4
Charuteiros	2	Fáb. Charutos e cigarros	4	Calçados	4
Padarias	2	Padarias	3	Fumos preparados	3
Sapatarias	2	Sapatarias	10	Móveis	3
Fáb. Chapéu de sol	1	Oficinas de chapeleiro	2	Tintas	3
Oficina de colcheiro	1	Oficinas de colcheiro	2	Moagem de cereais	2
Fábrica de cerveja	1	Fábricas de cerveja	2	Ladrilhos	1
		Oficinas de carpinteiro	6	Sabão e velas	1
		Confeitarias	3	Perfumaria	1
		Casas de café torrado	2	Vassouras	1
		Tipografia	1		
		Oficinas diversas	6		
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>TOTAL</b>	<b>57</b>

Apud: GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1988, p.50. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.84.

O surgimento do mercado financeiro na Zona da Mata possui características peculiares. Até a década de 1880, boa parte do crédito fornecido na região ou era originada no Rio de Janeiro pelos comissários ou as *casas comissárias* cariocas, ou era originado

<sup>339</sup> GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1988, p.73.

*informalmente* dentre os próprios fazendeiros locais. Os comissários situados fora do espaço matense – enquanto intermediários entre fazendeiros e exportadores – possuíram papel importante no desenvolvimento das formas de crédito na região, estabelecendo empréstimos de curto e longo prazos.<sup>340</sup> Sua presença se fazia da seguinte forma:

*Na ausência de um sistema financeiro razoavelmente desenvolvido, que, como veremos, pudesse satisfazer a demanda de crédito existente, coube aos agentes representantes da estrutura comercial da economia agroexportadora desempenhar, além de suas atividades típicas como intermediários comerciais, a função de agentes financeiros do movimento de reprodução da estrutura produtiva dessa mesma economia.*<sup>341</sup>

A conjuntura financeira da Zona da Mata passa a mudar de fato com a institucionalização desse mercado. Em 1887 surge o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais. Contudo, a duração efêmera da primeira instituição bancária da região que não resiste à crise do encilhamento e decreta seu fim ainda em 1892, faz com que o mercado financeiro se oriente através do Banco de Crédito Real. Estabelecido na cidade de Juiz de Fora em 1889, o Crédito Real representou de fato a consolidação das formas de inversão do capital agrário na região. O próprio surgimento do banco esteve predominantemente relacionado à agroexportação, uma vez que sete dos doze maiores acionistas fundadores da instituição eram proprietários de terras.<sup>342</sup>

O crédito fornecido sob a forma hipotecária predominava nas agências, que em menos de três anos após a fundação da sede bancária em Juiz de Fora, começava a se expandir dentro e fora de Minas Gerais. A criação do Crédito Real em conjunção ao fim do escravismo também foi fator crucial para o desenvolvimento do mesmo. A abolição, mais uma vez como elemento determinante nas relações econômico-sociais, representou uma guinada nas formas de investimento agrário. Se antes do 13 de maio de 1888, boa parte do capital empatado pelos fazendeiros convergia pela aquisição de escravos, essa conjuntura muda radicalmente com o fim do escravismo.

Além de diversificar as formas de investimento, a criação de um mercado de trabalho livre, instituiu a necessidade de um maior nível de monetização da economia local. Isso porque as formas de transição para o trabalho assalariado na Zona da Mata representavam algum nível de remuneração do trabalhador.<sup>343</sup> Portanto, a institucionalização financeira ocorrida em finais do século XIX na região matense contribuiu para a retenção dos recursos

<sup>340</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, p.66.

<sup>341</sup> *Idem*, p.56.

<sup>342</sup> GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, 1988, p.85.

<sup>343</sup> PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 1993, p.122.

gerados pelo setor exportador, onde o capital acumulado pôde ser convertido às atividades típicas do processo de diversificação urbano-industrial ocorrido durante o período.

Enfim, esses são alguns dos elementos básicos de constituição do capitalismo regional, que diferiu em vários aspectos da transição ocorrida nas demais áreas cafeeiras, principalmente pela posição *periférica* que a Zona da Mata alcançou no cenário nacional da produção da *commodity* cafeeira. Portanto, evidencia-se que a visão sobre as *frágeis bases de acumulação* e a *estancada dinâmica*<sup>344</sup> regional, na qual não seria possível a criação de um complexo cafeeiro, dada as parcas *condições de diversificar sua economia* e a *estrutural debilidade econômica*<sup>345</sup> não é passível de confirmação. Pois, o que se verifica na prática é um dinâmico processo de diversificação econômica ocorrido a partir da década de 1860, quando da incorporação produtiva da Zona da Mata ao mercado internacional do produto.

---

<sup>344</sup> LIMA, João. *Op. Cit.*, 1977, p.10

<sup>345</sup> CANO, Wilson. *Op. Cit.*, 1985, p.297.

### 3.6 – Conclusão

Em que pesem as dificuldades em se delimitar um padrão entre grandes, médias e pequenas propriedades rurais, uma vez que as regiões cafeeiras do país se diferenciaram em muito das demais áreas produtoras do planeta nesse aspecto, foi possível perceber que a situação da propriedade da terra na região matense tendeu à concentração fundiária com o decorrer do tempo. No entanto, percebeu-se o aumento das grandes e médias propriedades, em detrimento das pequenas, quando foram isoladas apenas as unidades agrícolas envolvidas com a cafeicultura. A diminuição da concentração fundiária para o caso dos cafeicultores fez endossar a ideia de que a produção da *commodity* na Zona da Mata esteve sustentada pelas médias e principalmente, pelas grandes propriedades, que detinham naquele momento as condições necessárias para a expansão do cultivo da planta, de acordo com as especificações do sistema agrário extensivo praticado na região.

No que diz respeito ao trabalho, foi possível perceber que o contingente da mão-de-obra escrava foi aumentado a patamares bastante superiores ao primeiro sub-período da pesquisa. Ou seja, o trabalho compulsório, enquanto elemento integrante do sistema agrário se fez presente de maneira incisiva no momento de incorporação produtiva do café na Zona da Mata mineira. Uma vez mais, isolando os dados levando em conta somente os cafeicultores, é possível detectar tanto o aumento quantitativo da proporção de cativos e sua centralização, quanto o crescente nível de exploração da mão-de-obra, representada pela crescente relação pés de café/escravo. Desta forma, a concentração e ampliação do braço escravo, em sua natureza superexploradora, foi mais incisiva no caso das unidades agrícolas cafeeiras no momento de incorporação produtiva da planta em Minas Gerais.

A produção cafeeira pensada em um contexto de surgimento e ampliação de mercados, embora obtenha suas raízes na primeira metade do século XIX no caso da Zona da Mata, só vai alcançar a importância aqui estabelecida por volta da década de 1860, quando atingirá um volume de produção e uma estrutura mínima para o escoamento da mesma, uma vez que os dois elementos do sistema agrário estavam de certa forma assegurados. É possível afirmar que esse processo de inserção do café é o próprio processo de formação da Zona da Mata. O café nasce no espaço do Vale do Parahybuna, cujas semelhanças com o Vale do Paraíba fluminense são enormes – população indígena, demografia esparsa, grupos de famílias provenientes dos distritos da Comarca do Rio das Mortes, etc. No entanto, o produto só desenvolve a contento na esteira da própria formação da Zona da Mata, donde há a transformação da natureza pelos elementos historicamente constituídos.

Uma vez incorporado produtivamente ao mercado mundial, o produto básico vai se estabelecer como um vetor de crescimento econômico regional, cujos efeitos encadeadores da *commodity* possibilitarão o processo de modernização na Mata. Dentre esses efeitos de encadeamento, destacam-se aqueles impulsionados no setor de transportes – desenvolvido sobretudo após o advento da Rodovia União & Indústria em 1861; e também nos setores de serviços, comunicações, comércio, indústria e finanças. Portanto, a conformação de um mercado interno dinâmico se deu por via da diversificação da estrutura econômica regional, fundada sobre a renda gerada pelo negócio do café. Esse todo, o complexo agroexportador, embora diferente dos demais complexos cafeeiros do centro-sul país, foi capaz de, assim como seus homônimos, contribuir profundamente para o crescimento econômico da região.

## **CONCLUSÃO**

Compreende-se que os estudos sobre as economias agroexportadoras necessitam de uma abordagem múltipla, que possa elucidar da melhor forma a dinâmica envolta do produto básico e suas possíveis implicações para além do campo econômico. A conformação da Zona da Mata mineira como região produtora de café e sua inserção no mercado mundial dessa *commodity* durante o século XIX só foi possível através de uma série de elementos específicos em escala micro e macro. Se por um lado as mudanças institucionais, econômicas e culturais delineavam a prática do consumo da rubiácea nos países importadores de um modo geral, somente a incorporação dos meios localmente constituídos, principalmente a terra e o trabalho, aliados às características geomorfológicas da Zona da Mata, propiciou a dinâmica alcançada na região, da qual é possível perceber os impactos da atividade cafeeira durante décadas.

Em escala ampliada, percebeu-se que as transformações da economia mundial, acompanhadas pelas mudanças no campo político-institucional, tecnológico e mesmo cultural, delinearam a formação de um dinâmico mercado de *commodities* ao longo do século XIX. Transformações integrantes da inserção de uma conjuntura historicamente nova na qual se destaca a consolidação do sistema capitalista. E o café, a *bebida do capitalismo*, teve papel preponderante nesse processo, ao passo que o mercado fundado em torno do produto servira como elemento integrador de regiões longínquas ao mesmo tempo em que servira como vetor de transformação econômica. Quer dizer que à medida que oferta brasileira cria um mercado de massa para a rubiácea em regiões distantes durante o século XIX, a produção local também é capaz de transformar sua própria economia, ao utilizar os fluxos de recursos provenientes da produção cafeeira como forma tanto de expandi-la, quanto como forma de diversificar as atividades econômicas.

Ficou também evidenciado o papel do sistema agrário adotado no centro-sul do país para o desenvolvimento da cafeicultura. O *sistema extensivo de produção*, ou *sistema de uso racional do solo*, em sua combinação terra e trabalho, se reproduzia no processo de superexploração desses dois elementos, sob a utilização da mão-de-obra predominantemente escrava e a expansão da cultura cafeeira sobre terras nunca cultivadas. Quanto maior a capacidade de agregação dos dois elementos, aliando-os aos parques instrumentos de trabalho e técnicas de produção, maiores seriam a produtividade e os ganhos com o negócio. Ainda que alguns ciclos especializados na questão agrícola se esforçassem em inserir tentativas de modernização no campo, o que se verificou na prática foi a persistência do sistema avassalador da produção agrícola extensiva.

No segundo capítulo procurou-se demonstrar as peculiaridades da ocupação no *sertão leste* da capitania de Minas Gerais em seus desdobramentos para o século XIX. É notória a existência de alguns grupos assentados no espaço geográfico do Vale do Parahybuna, cuja intervenção fora marcada por distintas modalidades (sesmarias, aldeamento, posse, etc.). No entanto, se o Vale do Parahybuna não era de fato um vazio demográfico no início do oitocentos, também não é possível afirmar que sua *ocupação efetiva* tenha se consolidado no período. Ou seja, o espaço físico do vale do rio homônimo existia enquanto região natural, e passa a ser entendido como Zona da Mata mineira – uma região socialmente constituída – quando se consolida o processo de transformação do homem e da natureza, cujas características se afloram somente com a expansão do café na segunda metade do século XIX.

Ainda, ficou descrito o processo *acomodação evolutiva*, em que a economia das Minas Gerais sofrera como um longo movimento compreendido entre meados dos séculos XVII e XIX. A tônica da produção agrária do Vale do Parahybuna – localizado ao sul das Minas Gerais, em um espaço que correspondia à extinta Comarca do Rio das Mortes – era pautada em uma economia mercantil de subsistência, donde o acesso a mercados mais distantes se dera de maneira eventual, embora a proximidade com o Rio de Janeiro e as fontes como os dízimos denotem seu maior grau de mercantilização em relação a outras partes das Minas Gerais. É diante esse processo de diversificação da produção agrária local que vai se introduzindo uma nova cultura, a do café. Contudo, a primeira metade do oitocentos não se conforma como o período de introdução do café mineiro, ainda que se perceba a existência do produto e a ascensão do mesmo nas unidades rurais no período especificado. A incipiência do processo de produção da *commodity* cafeeira no Vale do Parahybuna fazia com que ainda não fosse possível agregar todos os elementos suficientes para a inseri-la no mercado do produto.

Já os dois componentes do sistema agrário em foco apresentaram características convergentes entre si. Quanto a terra, percebeu-se um movimento de concentração no período que se destacou como uma intercessão em relação à propriedade alodial, uma vez que se estabeleceu entre o fim das Sesmarias e o advento da Lei de Terras. Assim, uma parcela menor de proprietários agregou extensões de terras maiores no conjunto das unidades rurais levantadas na pesquisa. Já o trabalho, que ainda não sofrera o impacto da extinção do tráfico em 1850, se consolidou com o significativo aumento da população escrava, cuja representatividade foi evidenciada mediante a comparação com outras localidades da Província de Minas Gerais. Tal como a terra, a mão-de-obra cativa se estabeleceu sob o domínio de poucos proprietários, características essas que seriam essenciais ao processo de

incorporação produtiva do café na segunda metade do século XIX, dada a natureza do sistema agrário adotado.

No terceiro capítulo, foi possível detectar também o padrão da propriedade agrária, em que pesassem as dificuldades em elencar um padrão para as grandes, médias e pequenas parcelas. Contudo, mais uma vez a propriedade do solo tendeu à concentração fundiária com o decorrer do tempo. Ou seja, percebeu-se o aumento das grandes e médias propriedades, em detrimento das pequenas, quando foram isoladas apenas as unidades rurais cafeeiras, endossando a ideia de que a produção da rubiácea na Zona da Mata esteve assentada nas médias e principalmente, nas grandes propriedades, que detinham naquele momento as condições necessárias para a expansão do cultivo da planta, de acordo com as especificações do sistema agrário extensivo praticado na região.

Quanto ao trabalho, foi possível detectar a ascensão do contingente cativo em relação não só ao primeiro sub-período da pesquisa, mas também de um modo geral, destacando-se a capacidade que a região matense possuiu em agregar escravos tanto em relação às demais regiões mineiras, quanto em relação a outras áreas do sudeste escravista. Ou seja, o trabalho compulsório, enquanto elemento integrante do sistema agrário se fez presente de maneira incisiva no momento de incorporação produtiva do café na Zona da Mata mineira. Isso é ainda mais perceptível quando se isolam os dados sobre a escravidão referentes aos proprietários cafeeiros, donde se percebe o aumento quantitativo da proporção de cativos e sua centralização, além do crescente nível de exploração da mão-de-obra (em sua relação pés de café/escravo). Portanto, a concentração e ampliação do braço escravo, em sua natureza superexploradora, se demonstrou ainda mais contundente no momento de incorporação produtiva da planta em Minas Gerais, dada a necessidade da mão-de-obra cativa no processo.

Essa mesma incorporação produtiva da cafeicultura regional ao mercado mundial de café, só ocorrera a partir da década de 1860, quando a produção mantense atingirá um volume e uma estrutura mínima para o escoamento do produto em largas medidas, já que os dois elementos do sistema agrário estavam de certa forma assegurados. Portanto, percebe-se que o processo de introdução da cafeicultura local se confunde ao próprio processo de formação da Zona da Mata. Quer dizer que o café surge no espaço do Vale do Parahybuna, com características muito parecidas com Vale do Paraíba, incluindo aí a sua proximidade geográfica com mesmo. Contudo, o produto só desenvolve no contexto de consolidação de seu mercado, a partir do momento em que ocorre a transformação da natureza pelos elementos historicamente constituídos, fundando assim a identidade regional da Zona da Mata mineira.

Portanto, a década de 1860 marca o processo de incorporação produtiva do café mineiro, consolidando o produto básico como o vetor de crescimento econômico mais dinâmico da região. Os efeitos de encadeamento proporcionados pela *commodity* conformarão a natureza periférica do complexo agroexportador formado na Zona da Mata, assim como a forma na qual se deu a sua transição capitalista. Dentre esses efeitos de encadeamento, destacam-se aqueles impulsionados nos setores de transportes, serviços, comunicações, comércio, indústria e finanças. Assim, a dinamização da economia local não ficara restrita ao setor exportador, que à medida que crescia, possibilitava também o incremento das atividades de mercado interno. Portanto, ao contrário do que uma historiografia sobre a Mata afirmara, a região pôde assistir à formação de um complexo agroexportador capaz de contribuir para o crescimento econômico local, embora possuísse características diferentes dos demais complexos cafeeiros do centro-sul país.

Alguns dos elementos fundantes desse complexo que só se consolidaria em finais do século XIX, presentes nessa análise, dão uma ideia do quão importante foi a economia cafeeira para o desenvolvimento da Zona da Mata no período em foco. Fazendo o caminho inverso das pesquisas sobre a transição capitalista, tentando identificar o descompasso temporal da cafeicultura mineira no momento de sua introdução, e não no de sua crise, acredita-se que foi possível contribuir para a consolidação de uma historiografia que enxergue a Zona da Mata através de suas especificidades. E da mesma forma, insistir que a transição capitalista regional, que se deu de formas diferenciadas em relação a outras regiões cafeeiras do país e até mesmo da Província/Estado em que a Mata estava inserida, não representou de fato um entrave ao seu desenvolvimento. Pelo contrário, acredita-se que o alargamento nos setores do transporte, indústria, comércio, finanças, etc., assimilados às características *periféricas* do complexo agroexportador, devem ser melhores elucidadas em seus aspectos específicos, de modo a trazer perspectivas ainda inéditas sobre a história regional.

## FONTES

- Inventários post-mortem (1830-1870). Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF)
- Listas Nominativas Santo Antonio do Parahybuna (1831). CEDEPLAR/UFMG
- Recenseamento Geral de 1872. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Relatórios de Presidentes da Província de Minas Gerais (Universidade de Chicago):

**Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto.** Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1837.

**Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1846 pelo Presidente da Província José da Silva.** S/Id..

**Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão ordinária do ano de 1847 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva.** Ouro Preto: Typ. Imparcial, de B. X. Pinto de Sousa, 1847.

**Relatorio apresentado á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, na sessão ordinária de 1869, pelo presidente da mesma província, Dr. José Maria Corrêa de Sá Benevides.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870.

**Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinária de 1851 o doutor José Ricardo de Sá Rego, presidente da mesma provincia.** Ouro Preto: Typographia Social, 1851.

**Relatorio que á Assembléa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou na sessão ordinária de 1856 o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma provincia.** Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1856.

**Relatorio que á Assembléa legislativa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1865, o desembargador Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, presidente da mesma provincia.** Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1865.

**Relatorio que á Assembléa legislativa Provincial da Provincia de Minas Geraes, apresentou no acto da abertura da sessão ordinária de 1870, o Vice-presidente Dr. Agostinho José Ferreira.** Ouro Preto: Typographia Provincial, 1870.

- Relatos de Viajantes:

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil.** 3ªEd. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, Cópia autorizada da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>

BASTOS, Wilson de Lima (ORG.). **Caminho Novo, Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1993.

## SITES DA WEB

- <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>
- <http://www.ibge.com.br>
- [http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

## BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial*. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p.137-160, 2005.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, Ed. PUC Minas, 2008.

ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. **Revista Brasileira de História**. Vol.11, Nº.22, Mar-Ago, p.93-131, 1991.

\_\_\_\_\_. *Formação de Estruturas Agrárias e seu dinamismo na Zona da Mata mineira (Juiz de Fora e Muriaé, século XIX)*. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina(MG). **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte (MG): UFMG/FACE/Cedeplar, 2006. Vol.1.

BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. **Mercado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891**. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2011.

BERGAD, Laird W. **Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BLASENHEIM, Peter. *Uma História Regional: a Zona da Mata Mineira, 1870/1906*. V **Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG/PROEP, 1982.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Edusc, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, Vol.7.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CANO, Wilson. *Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras*. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15(2): 291-306. mai/ago, 1985, IPE/USP.

CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary (ORG.) **An Economic History of Twentieth-Century Latin America, Vol.1, The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. New York: Palgrave, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. Mariana: UFOP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: UFOP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

CASTRO, Antonio Barros de. **7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, Vol.2, 1971.

CAVALCANTE, José Luiz. *A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, n° 2, jun. 2005.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessórias para uso das familias**. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890, Vol.I.

CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CLAY, Jason. **World Agriculture and the Environment: a commodity -by- commodity guide to impacts and practices**. Washington: Island Press, 2004.

COFFEE: ITS HISTORY AND ALSO ITS REMARKABLE GROWTH IN THE WORLD OF COMMERCE. Chicago: Thomson & Taylor Spice Company, 1898.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COWAN, Brian William, **The social life of coffee: the emergence of the British coffeehouse**. Yale: Yale University Press, 2005.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antonio de. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. **Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá (1780-1850)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2009.

DE LUCCA, J. L. (Org.). **Elsevier's Economics Dictionary**. Amsterdam: Elsevier, 2001.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820 / 1920)**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora (1896/1930)**. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 2006.

DICTIONARY OF ECONOMICS. **Commodity**. A & C Black Publishers Ltd: London, 2006.

ELLIS, Markman. **The Coffee-House: a cultural history**. London: Phoenix, 2005.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. 3ªEd. Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

FALEIROS, Rogério Nanques. **Homens do Café – Franca (1880 / 1920)**. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 2002.

FALEIROS, Rogério Nanques & VARGAS, Neide César. *A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora*. IX Congresso Brasileiro de história Econômica e 10ª Conferência Internacional de História das Empresas. **Anais do IX Congresso Brasileiro de história Econômica e 10ª Conferência Internacional de História das Empresas**, Curitiba (PR), 2011.

FLEXOR, Maria Helena. **Inventários e testamentos como fonte de pesquisa**. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_074.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.htm) (capturado em 16/10/2008).

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FOLADORI, Guillermo. *O metabolismo com a natureza*. **Crítica Marxista**. São Paulo, N°12, p.105-117, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review Press, 2000.

- FOURASTIÉ, Jacqueline (ORG.). **Economia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro *A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul*. **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo, Vol.12, Nº2, mar-ago, p.125-50, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009.
- FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. **Revista Brasileira de Gestão & Desenvolvimento Regional**. Vol.4, Nº 3, p.27-48, ago, Taubaté, São Paulo, 2008.
- FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2003.
- GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo, Editora Ática, 1988.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.
- GRAHAM, Harry C. **Coffee: Production, Trade, and Consumption by Countries**. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1912.
- GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, Cap.8, Vol.2 (1831-1870).
- GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828/1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.
- HIRSCHMAN, Albert. *Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada*. IN: SORJ, Bernardo. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (ORG.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, Tomo 2, Vol.4, 1974.
- HULL, E. C. P. **Coffee planting in Southern India and Ceylon**. London, New York: E. & F. N. Spon, 1877.
- JAMIESON, Ross W. *The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World*. **Journal of Social History**. Vol.35, nº 2, 2001.
- JOHN TIMBS, F.S.A. **Clubs and club life in London, with anecdotes of its famous coffee houses, hostleries, and taverns, from the seventeenth century to the present time**. London: John Camden Hotten, 1872.
- KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy, 1820 - 2000: an introductory text**. New York: Routledge, 1999.

KIPPLE, Kenneth F. & ORNELAS, Kriemhild Coneè (Org.). **The Cambridge World History Of Food**. New York: Cambridge University Press, Vol.2., 1999.

LACERDA, Antonio Henrique Duarte. **Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – A Família Ferreira Armonde (1751-1850)**. Tese de doutorado, Niterói, UFF, 2010.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os primórdios do povoamento e da colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII*. I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 2005, Juiz de Fora. **Anais do I Seminário de História Econômica e social da Zona da mata Mineira**. Juiz de Fora: Centro de Ensino superior, 2005.

LANNA, Ana. **Transformação do Trabalho: A Passagem para o trabalho Livre em Minas Gerais, 1870/1920**. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1985.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEVY, Maria Bárbara. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII)*. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal et l'Europe Atlantique, le Brésil et l'Amérique Latine**. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, Dez., 1995.

LINHARES, Maria Yedda Leite. TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, 10: p.1-14. out., 1983.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX**. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1998.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Administração e Escravidão: Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Factores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660/1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Marcellino & JOHNSTON, E. (ORG.). **150 anos de café**. Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E.Johnston Exportadores Ltda., 1992.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola no Segundo Reinado (1860- 1897)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1995.

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1980.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

- MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Convênio de Taubaté e a agricultura Fluminense.* **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** Vol.4, Nº3, Ago (número especial),Taubaté, 2008.
- MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste: estudo de uma região: a mata mineira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1982.
- MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira.** Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1990.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.
- MORAIS, Viviane Alves de. **Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870).** Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2010.
- MORRONE, Eduardo Corrêa & MACHADO, Carlos Roberto da Silva. *A natureza em Marx e Engels: Contribuição ao debate da questão ambiental na atualidade.* **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental,** FURG-RS, Vol.24, jan-jul, 2010.
- MOSLEY, Stephen. **The environment in world history.** New York: Routledge, 2010.
- MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- NETTO, Antonio Delfim. **O problema do café no Brasil.** São Paulo: IPE/USP, 1981.
- OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (ORG.). **História agrária: propriedade e conflito.** Guarapuava: Unicentro, 2008.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870).** Juiz de Fora: Funalfa, 2005.
- OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. **“Mão de Luva” e “Montanha”: Bandoleiros e Salteadores nos Caminhos das Minas Gerais no Século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786).** Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2008.
- PÁDUA, José Augusto. *"Cultura esgotadora": agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império.* **Estudos Sociedade e Agricultura,** Nº11, out., p.134-163, 1998.
- PAIVA, Clotilde Andrade & GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX.* X Seminário Sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. **Anais do X Seminário Sobre a Economia Mineira,** Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2002.
- PEDROSA, Manoel Xavier. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - A Zona da Mata.* **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 9:189-230, 1962.
- PINHEIRO, Fábio Wilson Amaral. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata, c.1809- c.1830.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.

\_\_\_\_\_. *Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930*. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. V. 9, n. 1, v.9 n.1, jan-jul., 2007.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. RJ: Elsevier, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 42ª Ed., 1995.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884**. Dissertação de Mestrado, Araraquara, UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Comércio e Tráfico de Escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriadas*. II Encontro Internacional de História Colonial. **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**, Natal (RN), 2008.

REZENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)**. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2008.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 253-270, 2003.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, Século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850 – 1888)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1994.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: a Transição do Trabalho Escravo para o Livre em Juiz de Fora – 1870/1900**. Dissertação de Mestrado, UFF, 2001.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

SILVA, José Luis Werneck da. **Isto é o que me parece: a SAIN (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877**. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 1979.

SIMMONDS, P. L. **Coffee and Chicory: Their culture, chemical composition, preparation for market, and consumption**. London: E. & F. N. Spon, 1864.

SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1985.

SMITH, T. Lynn. *Sistemas Agrícolas*. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano IX, Nº 2, Abr-Jun, 1947.

SOUZA, Elza Coelho de. *Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais*. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XIII, Nº 1, Jan-Mar, p.47-70.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade...: Estratégias de Sobrevivência Camponesa no Período de Transição - Juiz de Fora (1870-1920)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2003.

SPURR, Howard W. **The Paul Revere Album**. Boston: Howard W. Spurr Coffee Co. Publishers, 1897.

STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro** [1839]. MARQUESE, Rafael de Bivar. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.53.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THURBER, Francis B. **Coffee: From Plantation to Cup (A brief history of coffee production and consumption)**. New York: American Grocer Publishing Association, 1881.

TOPIK, Steven. *Consuming Coffee in Central America, 1850-1930*. **Diálogos Revista Eletrônica de Historia**, N° Especial, 2008.

TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006.

UKERS, William H. **All About Coffee**. New York: The Tea and Coffee Trade Journal Company, 1922.

VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. **Revista Brasileira de Geografia**, 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Cópia autorizada da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – [www.bvce.org](http://www.bvce.org).

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 21, p.181-189, jul. 1999.

WALSH, Joseph M. **Coffee: its History, Classification and Description**. Philadelphia: Henry T. Coates & Co., 1894,

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira, 1899-1937**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1991.